



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vitor Santos

A Nova Direita e a Ditadura Militar no Brasil: Um estudo a partir da produtora Brasil
Paralelo (2016-2022)

Florianópolis

2024

Vitor Santos

A Nova Direita e a Ditadura Militar no Brasil: Um estudo a partir da produtora Brasil
Paralelo (2016-2022)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina para a
obtenção do título de mestre em História Global.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

Florianópolis

2024

Santos, Vitor

A Nova Direita e a Ditadura Militar no Brasil: Um estudo a partir da produtora Brasil Paralelo (2016-2022) / Vitor Santos ; orientador, Sidnei J. Munhoz, 2024.
131 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Brasil Paralelo. 3. Nova Direita. 4. Ditadura Militar. 5. Olavo de Carvalho. I. Munhoz, Sidnei J.. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Vitor Santos

**A Nova Direita e a Ditadura Militar no Brasil: Um estudo a partir da produtora Brasil
Paralelo (2016-2022)**

O presente trabalho em nível de Mestrado/Doutorado foi avaliado e aprovado, em dia XXXX
do mês de maio de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Camila Feix Vidal

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Demian Berra de Mello

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em História Global.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Sidnei José Munhoz

Orientador

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. Minha mãe e meu pai foram fundamentais para meu desenvolvimento como sujeito e como pesquisador. Sempre se dedicaram muito e nunca mediram esforços para que eu conseguisse chegar aonde eu almejava. Sem seu apoio, financeiro e familiar, tudo isso seria muito mais difícil. Devo agradecer também a minha irmã, Sofia, e a minha avó, Dona Neca, que junto com meus pais, são os quatro pilares que me sustentam de pé.

Aos meus amigos de Colégio de Aplicação: Nicollas, Lucas, João, Marina, Júlia, Daniel, Thayná, Sofia, Matheus, Raí. Esse ano faz dez anos que nós encerramos o ciclo do Ensino Médio. Eu nunca diria que uma chapa de Grêmio Estudantil me levaria a formar um grupo de amigos que carrego para todo o lugar, onde quer que eu estiver. Agora de longe, não chego exatamente a ter saudade, parece que nós todos estamos sempre próximos um do outro.

Aos grandes amigos que a militância me deu: Vitor Xuxa, Victor Amal, Carol Morgan, Vic Borges, Fanny, Chico, Bia Gatti, Pamela e demais da Resistência/PSOL de Florianópolis. Foi com parte desse grupo, passeando pelas mesas de bar do centro da cidade que comecei a formular algumas das hipóteses que levariam a essa pesquisa. Agradeço a toda paciência que tiveram comigo nos últimos anos.

Agradeço também aos amigos também que me acolheram nesses últimos meses de chegada em São Paulo: Vic, Carol, Thales, Marina, Luiz entre outros que estão no nosso cotidiano sempre agitado.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e à Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Cultura no Mundo contemporâneo por acolherem a minha pesquisa e ao professor Sidnei J. Munhoz pela sua orientação nesse trabalho.

Por fim, agradeço à Tayná, minha companheira, que torna todas as aventuras mais fáceis.

RESUMO

A presente dissertação intitulada *A Nova Direita e a Ditadura Militar no Brasil: Um estudo a partir da produtora Brasil Paralelo* se dedicou a estudar as estruturas organizacionais e as formulações ideológicas dos agrupamentos de direita que emergiram no Brasil nos últimos anos para compreender como emergiu a produtora Brasil Paralelo no cenário político nacional. Para isso, nos utilizamos do arsenal teórico metodológico de Antonio Gramsci, especialmente do conceito de Aparelho Privado de Hegemonia. Ao longo da pesquisa foi possível concluir que a Brasil Paralelo se conformou a partir de uma complexa teia de relações entre agrupamentos políticos que emergiram no contexto da redemocratização brasileiro. Ela apropriou da ideologia anticomunista presente das elaborações de Olavo de Carvalho, mas também nas Forças Armadas brasileiras, para então edificar um projeto empresarial que cumpre função de divulgação dessas ideias e de mobilização de adeptos para as iniciativas dessa assim chamada nova direita brasileira.

Palavras-chave: Brasil Paralelo; nova direita; Ditadura Militar; Olavo de Carvalho

ABSTRACT

This dissertation entitled *The New Right and the Military Dictatorship in Brazil: A study based on the production company Brasil Paralelo* was dedicated to studying the organizational structures and the ideological formulations of the right-wing groups that have emerged in Brazil in recent years, to understand how the production company Brasil Paralelo emerged on the national political scene. To do this, we used Antonio Gramsci's methodological arsenal, especially the concept of the Private Apparatus of Hegemony. Throughout the research, it was possible to conclude that Brasil Paralelo was formed from a complex web of relationships between political groupings that emerged in the context of Brazil's re-democratization. It appropriated the anti-communist ideology present in Olavo de Carvalho's writings, but also in the Brazilian Armed Forces, to build a business project to disseminate these ideas and mobilize supporters for the initiatives of this so-called new Brazilian right wing.

Key-words: Brasil Paralelo; New right-wing; Military Dictatorship; Olavo de Carvalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 APONTAMENTOS SOBRE A FORMA E O CONTEÚDO DA AÇÃO POLÍTICA BURGUESA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A BRASIL PARALELO COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA.....	13
1.1 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	14
1.2 AÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE.....	19
1.2.1 A teia dos Aparelhos Privados de Hegemonia no Brasil – radicalização liberal-conservadora	25
1.3 AFINAL, O QUE É A BRASIL PARALELO? A PRODUTORA COMO UM APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA	36
2 O OLAVISMO E OS PILARES DO ANTICOMUNISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI	50
2.1 NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA NO SÉCULO XX.....	54
2.2 APONTAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DAS FORMAS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL	57
2.2.1 Brasil: 1935 – 1964.....	57
2.2.2 Transformações internacionais	61
2.2 O CONSPIRACIONISMO FARDADO BRASILEIRO: UMA DOCTRINA COM BASE AO ORVIL	64
2.3 OLAVO DE CARVALHO E A REORDENAÇÃO DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL.....	77
3 A DITADURA MILITAR SEGUNDO A BRASIL PARALELO: REVISIONISMO, NEGACIONISMO E USOS POLÍTICOS DO PASSADO.....	98
3.1 1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS: UMA ANÁLISE	103
3.1.1 Golpe Preventivo.....	107
3.1.2 A Redemocratização e a hegemonia do Marxismo Cultural	115
3.2 A BRASIL PARALELO COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA IDEOLÓGICA.....	119

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERENCIAS.....	125

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado *A Nova Direita e Ditadura Militar no Brasil: Um estudo a partir da produtora Brasil Paralelo (2016-2022)*, surge de um projeto de pesquisa submetido à linha de Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC).

No contexto da elaboração desse projeto de pesquisa o Brasil vivia um dos momentos mais agudos da crise da Covid-19. Assistíamos a uma série de comentaristas e analistas da política brasileira naquele momento justificarem a capilaridade e popularidade do governo Bolsonaro - que atingia, ao final de 2020, cerca de 37% da população brasileira¹ - pelo peso de políticas compensatórias no período da pandemia (como a extensão do auxílio emergencial). Essa visão, bastante vinculada à crítica liberal do populismo, hegemônica nas ciências sociais estadunidenses e europeias, ignorava a gestação de toda uma miríade de instituições privadas que serviam como instrumento de construção de uma hegemonia da extrema direita no Brasil. Naquele momento, indicávamos que a aceitação do governo apontava também à uma complexa construção ideológica, ainda inacabada, em curso. Esse trabalho se põe na tarefa de analisar mais profundamente essa construção.

Nos últimos anos vimos crescer em todo o mundo correntes políticas de direita de um novo tipo. Observamos a ascensão colossal em vários países de programas políticos, com expressiva base de apoio, que defendem abertamente a xenofobia e o racismo, defendem medidas autoritárias e a retirada de direitos dos trabalhadores. Para isso mobilizam uma poderosa retórica anticomunista, generalizada aqui como todo o espectro político da esquerda e mesmo correntes liberais. Desde então, vemos uma série de pesquisadores de diferentes áreas que se dedicam a compreender esse recente processo. Este trabalho se encaixa nesse esforço coletivo.

Ainda que seja um processo transnacional, a emergência de correntes de direita entendidas como *outsiders* tem suas particularidades políticas e programáticas à luz das contradições históricas acumuladas por cada Estado-nação. Nossa pesquisa buscará compreender como a produtora gaúcha Brasil Paralelo atua como instrumento de construção de

¹ Popularidade de Bolsonaro oscila negativamente dentro da margem de erro diz XP/IPESPE. Disponível em <https://www.moneytimes.com.br/popularidade-de-bolsonaro-oscila-negativamente-dentro-da-margem-de-erro-diz-xp-ipespe/>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

um projeto hegemônico vinculado à nova direita² brasileira. A produtora gaúcha, fundada no contexto do golpe parlamentar de 2016³ atua na produção de materiais audiovisuais que mobilizam de forma instrumental conhecimentos históricos, orientados de forma a produzir uma visão específica da história nacional, que corrobore e engaje ao projeto político que se congregou em torno do bolsonarismo, expressão brasileira da nova direita internacional.

Movemo-nos pela necessidade de compreender mais profundamente as formas pelas quais o conteúdo da Brasil Paralelo se torna efetivo nesse projeto de construção. Vimos ao longo dos últimos anos, na academia e nos movimentos sociais brasileiros uma vasta gama de análises que, em um primeiro momento menosprezavam a ascensão da nova direita, para depois, com ela já no poder, vulgarizar a sua ideologia. Não se trata aqui, de forma alguma, de uma valorização dos preceitos ideológicos e políticos defendidos pela extrema direita brasileira, mas estudar o meio pelos quais essas ideias alcançaram tamanha capilaridade e aceitação em nossa sociedade. Concordamos com Motta, quando diz que, sobre esse tema, muitas vezes “o empenho de compreender e explicar é suplantado pela ânsia de denunciar” (2020, p. 16). Dessa forma, não se produz uma crítica capaz de levar a fundo um combate a essa ideologia, na medida em que não há um esforço profundo de sua compreensão.

Nesse sentido, é importante valorizar o esforço intelectuais realizado por uma série de pesquisadores brasileiros que buscam romper com essa lógica e que serviram de referência para essa pesquisa.

Utilizaremos o conceito de Estado Integral e Aparelho Privado de Hegemonia como ferramentas para compreender o modo pelo qual se desenvolveram no Brasil uma série de organismos da sociedade civil, especialmente ao longo da década de 1980. Buscaremos

² No decorrer desse trabalho, o conceito de *nova direita* será empregado partindo da definição atribuída por Casimiro (2020). Para o autor, a assim chamada nova direita corresponde a uma reconfiguração política entre as frações da burguesia brasileira, onde uma fração mais radical - com métodos de ação política mais truculentos e um ofensivo programa de ataques aos direitos sociais - toma protagonismo. Ela difere das outras também por se utilizar prioritariamente da ação política através de instrumentos privados e não das estruturas institucionais tradicionais da política brasileira até então. Nas palavras de Casimiro: “O atual alinhamento das forças das direitas no Brasil sinaliza para a eminência de uma espécie de burguesia emergente, que definitivamente se constitui como representante das classes dominantes – e que até agora não ocupava a posição de protagonista na complexa relação de condensação de forças que relaciona dialeticamente sociedade civil e Estado. Esse segmento das classes dominantes, que aqui estou chamando de burguesia emergente ou “nova direita”, anseia e busca a qualquer custo por sua expansão e internacionalização no conjunto da economia mundo, e a institucionalidade do Estado constitui-se como meio e resultado dessas relações de construção de hegemonia” (p. 152).

³ Nos referimos ao processo político que levou a deposição da presidenta Dilma Rousseff. Atribuímos a esse processo a denominação de golpe parlamentar, na medida em que a retirada da presidenta eleita do país se concretizou pelo uso do instrumento constitucional do *impeachment*. Essa denominação, contudo, não ignora a intensa ofensiva por diferentes meios, através de *lawfare*, da ofensiva dos grandes meios de comunicação e da organização de grupos políticos para luta de rua e para o trabalho ideológico, sob os quais nos debruçamos nesse trabalho.

demonstrar como esses atores se envolveram e ascenderam na política brasileira no contexto do golpe e como esse desenvolvimento foi condicionante para a formação da Brasil Paralelo. Esse tema será discorrido ao longo do primeiro capítulo dessa dissertação.

No segundo capítulo adentraremos às origens ideológicas da nova direita, com enfoque especial em seu caráter mais reacionário e conspiratório. Apresentaremos, primeiramente, o modo pelo qual essa corrente de pensamento se vincula com correntes do passado, com pensadores clássicos do liberalismo e com a retórica anticomunista da primeira metade do século XX. Após essa análise, apresentaremos uma discussão sobre o desenvolvimento das ideias anticomunistas nos grupos militares no processo da ditadura militar e em como esses sujeitos organizaram sua batalha ideológica. Por fim, buscaremos apresentar de forma detalhada uma biografia política de Olavo de Carvalho, analisando também aquilo em compreendemos como sendo seus escritos mais impactantes e que influenciam profundamente o grupo que criou a Brasil Paralelo.

O capítulo final desse trabalho visa analisar as operações revisionistas e negacionistas das quais se vale a Brasil Paralelo em suas produções. Com enfoque no documentário *1964: O Brasil entre Armas e Livros* (2019), discorreremos sobre os principais argumentos que são utilizados como vetores de uma visão anticomunista e conspiracionista contra a os pilares da Nova República brasileira, apontando para a mobilização e a organização política da nova direita para a derrota da esquerda.

1 APONTAMENTOS SOBRE A FORMA E O CONTEÚDO DA AÇÃO POLÍTICA BURGUESA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A BRASIL PARALELO COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

Este capítulo versa sobre as formas de organização do poder e da luta política pela hegemonia na contemporaneidade. Partiremos do arsenal teórico gramsciano, dos estudos sobre o Estado Ampliado, a dinâmica entre sociedade civil e sociedade política e a análise daquilo que os pesquisadores que se alinham a perspectiva teórica do marxista sardo convencionaram chamar – a partir do seminal trabalho de Buci-Glucksman (1980) – de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH). Analisaremos a dinâmica de uma série de entidades políticas, pretensamente *sem fins lucrativos*, que trabalham pela disseminação de diferentes espectros do liberalismo, como elas se relacionam com a ascensão da extrema direita em nosso país e com os trabalhos da Brasil Paralelo, em particular.

Como buscaremos comprovar, a disseminação de APH defensores do livre-mercado não é um fato recente na realidade brasileira. Sem compreender sua persistente construção política, disseminação ideológica, cooptação de lideranças dos mais diferentes espectros e origens, e engajamento orgânico de uma série de empresários, não conseguimos visualizar a totalidade da *guinada à direita* expressiva que vivemos no último período no Brasil.

De todo modo, existem diferentes tipos de APH, como atenta Rejane Hoeveler (2020, pp. 39-40), de forma que é importante precisar suas funções específicas no processo da produção do consenso na sociedade, para melhor compreendermos seu funcionamento. É preciso diferenciar aqueles que são “da classe dominante voltados para a classe dominante”, daqueles organizados pela classe dominante “orientado[s] para uma atuação política voltada para as grandes massas”, além dos APH das classes subalternas, que não serão objeto de atenção dessa pesquisa. Desse modo, acreditamos que a Brasil Paralelo se encaixa mais na segunda tipificação exposta por Hoeveler, o que difere seus métodos sensivelmente de algumas associações que vêm ganhando atenção e sendo estudadas pela historiografia contemporânea.

Dessa forma, acompanhamos Balestro (2021) em sua recente pesquisa, quando conclui que a estrutura de intelectuais orgânicos (acadêmicos, jornalistas, políticos etc.) que foram formados por esses APH nas últimas décadas – estrutura essa que se aprofunda e ganha contornos mais conservadores após 2016 - foi fundamental na elaboração das produções do grupo porto-alegrense. É por meio dessa camada de intelectuais orgânicos que os

documentários alicerçam uma autoridade no discurso, que valida uma série de teorias revisionistas e negacionistas.

1.1 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O conceito de *aparelho hegemônico* teria começado a tomar forma nas elaborações carcerárias do marxista sardo Antonio Gramsci, já em seus primeiros *Cadernos*. Segundo Guido Liguori (2017), o termo *aparelho* acompanha os debates sobre hegemonia desde as primeiras elaborações e continua a ser discutido nos textos de segunda redação⁴, ainda que de forma lateral (LIGUORI, 2017, p. 77).

Em que pese que ainda existir controvérsias sobre a novidade absoluta do conceito de hegemonia presente já desde o *Q1* (1929-1930) - em contraposição ao período pré-carcerário⁵ - concordamos com o Liguori quando diz que há nos cadernos uma maior lapidação, de forma a estudar as mudanças na dominação política do Estado moderno, que segundo Gramsci “tem e pede consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI 2014, p. 121). Assim, desde o começo da elaboração carcerária de Gramsci, há uma percepção de que a estrutura do poder político estatal não se sustentava mais somente pelo seu aparelho formal, sendo essa *ampliada* sob “organismos privados”.

Ainda que não apareça de forma totalmente lapidada, já podemos ver nessas passagens um embrião do que viria a ser a formulação do sardo de *Estado Integral*. Liguori mostra que, ainda no *Q1*, Gramsci apontava que o aparecimento do aparelho hegemônico se dá em um “contexto voltado à formação da opinião pública” (LIGUORI, 2017, p. 78). Gramsci desenvolve seu argumento no *Q6 §135*, dizendo:

Assinalei de outra feita que, numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo natural e

⁴ No cárcere, Antonio Gramsci produziu ao todo 33 cadernos escolares com elaborações que são, até os dias de hoje, motivo de controvérsia não só conceitual, como filológica. Sinteticamente, há excertos de elaborações que foram redigidos uma primeira vez (textos de tipo A) e posteriormente transcritos ou reelaborados em outros cadernos (tipo C) e textos que aparecem uma única vez (de tipo B). Sobre isso ver COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In.: GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere**: Introdução ao Estudo da Filosofia de Benedetto Croce, vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017, pp. 7-44.

⁵ Para uma contraposição a essa visão, ver DIAS, Edmundo Fernandes. **Democracia Operária**. Campinas, Editora da Unicamp, 1987, vol. I e II.

contratual ou voluntário uma ou mais prevalece relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido como aparelho governamental-coercitivo (GRAMSCI, 2000, p. 253)

A elaboração do marxista sardo apontava para a organização social no sentido ampliado, onde mesmo os sujeitos não formalmente filiados a qualquer agrupamento político, atuavam, agiam e pensavam segundo determinados paradigmas difundidos por determinadas construções políticas e ideológicas. Assim, fica nítida a compreensão ampla de Gramsci sobre o desenvolvimento e a penetração das ideologias e das concepções de mundo como construções políticas que não partem exclusivamente de uma imposição Estatal, mas são, sobretudo, fruto de um coordenado trabalho de produção de consenso, mas também de coerção, construídos em grande medida também em uma esfera além da *sociedade política* (Estado restrito), ou seja, na *sociedade civil*, por múltiplos agentes privados.

A discussão riquíssima que Gramsci proporciona nos *Cadernos* era balizada, segundo Liguori, pela necessidade de estudar aquilo que o militante e intelectual italiano teria identificado como a “discussão da filosofia da época, do motivo central da vida dos Estados no período do pós-guerra”. Essa desagregação produziu uma série de projetos hegemônicos alternativos, como saídas revolucionárias a partir da Revolução Russa de 1917. É precisamente sobre esse processo que Gramsci chega a uma avaliação superior sobre sua concepção de Estado, conclui Liguori:

Enfim, no Q 10 II, 12 lemos – logo após a conhecida afirmação segundo a qual “Ilitch teria feito progredir [efetivamente] a filosofia [como filosofia] na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política” – o aceno mais maduro ao conceito de “aparelho hegemônico”, agora em segunda redação: “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica” (ibidem, 1.250 [CC, 1, 320]). Aqui, aparelho hegemônico e ideologia estão explicitamente ligados. Um “aparelho” serve para criar um “novo terreno ideológico”, para afirmar uma “reforma filosófica”, uma “nova concepção de mundo”. A luta entre diferentes hegemonias é aberta, mas o papel que nela assume o Estado na passagem das primeiras décadas do século XX é delineado em toda sua centralidade (LIGUORI, ibidem, p. 79).

A elaboração exposta sobre o conceito de *aparelho hegemônico* nos mostra então que este não é entendido como sinônimo da “livre luta de ideias”, mas a concretização material da luta política de classes e suas frações da disputa pelo poder Estatal e pela transformação de sua visão de mundo em hegemônica.

Como podemos perceber, Gramsci está muito distante daqueles que compreendem o Estado exclusivamente como um *comitê* das classes dominantes, que expressa pura e diretamente os interesses econômicos das classes que o coordenam, e exerce seu poder fundamentalmente sob a coerção das demais classes (MENDONÇA, 2014, p. 32). Ainda que em última instância podemos considerar essa afirmação como correta, ela apaga todo o processo, toda a historicização, a luta política entre as classes e as frações de classes, as flutuações táticas que levam as classes dominantes a eventualmente incorporar pautas subalternas ou até conquistá-las sob sua visão de mundo⁶.

Uma questão central para Gramsci é que o Estado, ainda que dirigido por determinada classe, para ser hegemônico precisa “representar uma expressão universal de toda sociedade” (MENDONÇA, 2014, p. 34). Essa esfera da necessidade de expressar a “unidade nacional” não fica somente a cargo da sociedade política (Estado restrito), como nos dá pistas o trabalho de Fontes ao atentar que muitos jornais e partidos políticos também se utilizam de um discurso de “porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente” (2010, p. 134). Retomaremos esse argumento quando nos debruçarmos nos estudos sobre a ação política dos APHs no Brasil, mas trouxemos ele agora para evidenciar a validade metodológica do estudo sobre as dimensões do Estado Ampliado⁷.

Segundo Fontes e Mendonça (2012) essa visão de Estado Integral foi fundamental para a renovação do marxismo, na medida em que supera “as dicotomias vontade versus imposição, sujeito versus sociedade e base versus superestrutura, através de uma análise cuja ênfase é histórica”. No Caderno 25 intitulado *As margens da história*, Gramsci diz que

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil” (GRAMSCI, 2015, p. 139).

Este parágrafo, intitulado *Crêterios de método*, onde o autor discute questões para o estudo da história dos grupos subalternos também nos dá pistas sumamente importantes para o estudo das classes dominantes. Fica clara a necessidade de que, para explicar determinada

⁶ Ver mais na discussão feita por MELO, Demian Bezerra de. Antonio Gramsci, Palmiro Togliati e a questão do consenso sob o fascismo. **Outubro Revista**, ed. 26, 2016.

⁷ Assim como o termo aparelho privado de hegemonia, que aparece em Gramsci apenas como *aparelho hegemônico*, Estado Ampliado é denominado pelo autor sardo como *Estado Integral*. A mudança na denominação se deu no processo de produção dos estudos gramscianos, em especial após o trabalho de Bucu-Glucksman de 1980, *Gramsci e o Estado*. Na medida em que dialogaremos prioritariamente com pesquisadores que se valem do arsenal gramsciano em nosso debate, e não diretamente sobre Gramsci, manteremos nesse trabalho a grafia daqueles.

formação estatal, não basta o reducionismo descritivo das formas da sociedade política, mas também, desvendar as relações orgânicas, as teias, e os embates de frações envolvidos nos organismos da *sociedade civil*.

É no espaço da *sociedade civil* que se desenvolvem os aparelhos privados de hegemonia. Justamente por isso, fica claro que a sua caracterização de privados não vem de sua ação restrita, mas da adesão formalmente voluntária de seus participantes. Sindicatos, escolas, igrejas e outros tipos de associações são sempre organizadores em função de determinada vontade coletiva, seja ela de frações da classe dominante, seja ela de sujeitos subalternos.

Nossa leitura sobre Gramsci não defende uma divisão completa entre os conceitos de *sociedade civil* e *sociedade política*. Seguimos a elaboração do dirigente comunista italiano quando diz que:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que a sociedade civil e o Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática do fato econômico. Portanto o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado [...]. (GRAMSCI, 2014, p. 47).

Portanto, a elaboração de Gramsci demarca que a divisão entre *sociedade política* e *sociedade civil* possuía apenas uma função metodológica, pois buscava destacar determinadas dinâmicas em diferentes âmbitos de construção da hegemonia. Para ele, a divisão completa, ou seja, a transformação desses conceitos analíticos em elementos orgânicos do corpo social, seria uma elaboração própria do liberalismo, que visava endossar a política de livre mercado e tratá-la como lei natural.

No entanto, há uma disjuntiva importante sobre o conceito de *sociedade civil* entre intelectuais *gramscianos*. Carlos Nelson Coutinho foi um dos mais importantes divulgadores do marxista sardo em terras brasileiras. Em seu livro já clássico *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (1989), Coutinho percebe – de forma bastante prematura, se comparado com pesquisadores da época – um expressivo crescimento de associações da sociedade civil no Brasil no contexto da redemocratização. Vários críticos têm atentado - a despeito da importância do trabalho de Coutinho - que na época o pesquisador e militante socialista teria dado demasiado valor positivo ao desenvolvimento da sociedade civil, de forma a se aproximar

das visões liberalizantes do italiano Norberto Bobbio, para o qual a *sociedade civil* se aproxima mais do terreno da liberdade e da democracia do que do da luta de classes⁸.

O desenvolvimento de pesquisas mais recentes como a de Fontes (2010) e Casimiro (2016) ao passo que provam a visão de Coutinho sobre a proliferação das associações no contexto da redemocratização que efetivamente reordenaram as formas de poder estatal no país – assunto esse que abordaremos mais a frente –, também reforçam a ideia de *sociedade civil* como espaço de embate de projetos sociais distintos e produção de consenso:

Em Gramsci, a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada (Fontes, 2010, p. 216).

Ao reforçar que a separação entre *sociedade política* e *sociedade civil* na análise do Estado capitalista contemporâneo não é orgânica, fica evidente que a proliferação de variadas esferas de efetivação da hegemonia são a argamassa que edifica, naturaliza e dá capilaridade a concepção de mundo de determinada classe “construindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe” (CASIMIRO, 2020, p. 23).

Essa dominação por sua vez, não pode se efetivar sem a formação dos intelectuais, entendidos em sentido gramsciano como organizadores “das vontades e da ação coletiva” (MENDONÇA, 2014, p. 35). No *Q 12*, Gramsci diz que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (2001, p. 15).

É nesse âmbito que se encontram os Aparelhos Privados de Hegemonia. Os APH servem como espaços de formação desses intelectuais, como também de veículo para sua ação, alguns inclusive atuando efetivamente como intelectuais coletivos.

No contexto da ascensão do neoliberalismo, Dardot e Larval (2016, p. 190) apontam que houve uma série de rearticulações de organismos libertários e liberais, de forma que o rearranjo possa ser resumido em “Economia livre, Estado forte”, diferindo do liberalismo “reformador” que vai até a década de 1920. Gesta-se assim uma nova racionalidade que, ao ser

⁸ Para um exemplo de crítica feita aos estudos de Coutinho, ver DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre a leitura dos textos gramscianos. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996. Para uma sintética discussão sobre esse debate ver também SANTOS, Vitor. A dimensão estratégica do conceito de hegemonia na contribuição de Edmundo Fernandes Dias (Monografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2021.

difundida impõe o Estado como garantidor da livre iniciativa, como também ele próprio concorre entre os entes do mercado como se fosse uma empresa (ibid, p. 378). Essa complexa operação não seria possível sem a força que tomaram os diversos organismos privados multinacionais de defesa do livre mercado, como exploraremos mais à frente, através de Hoeveler (2020). É compreendendo o desenvolvimento desses organismos que também fica clara a simbiose, seja financeira, ideológica ou organizacional, entre entidades públicas e privadas nas mais diferentes esferas, muitas delas, curiosamente, aquelas que se arvoram em defender a mínima interferência estatal (MIRANDA, 2020, p. 40).

Nosso estudo nesse capítulo, portanto, visa à compreensão de como uma série de conexões entre diferentes processos históricos foram capazes de desembocar em uma “atualização hegemônica da burguesia” no Brasil, buscando traçar movimentos de frações da burguesia que levaram até essa alternativa (CASIMIRO, 2020, p. 20), para assim chegar ao papel da Brasil Paralelo nessa articulação. Assim, acreditamos evitar relações de causalidade simplistas que incumbem respostas a fenômenos complexos em jargões políticos e midiáticos como antipetismo, onda conservadora etc., sem a devida fundamentação e sem uma visão dialética.

1.2 AÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

O estudo dos organismos de ação política da direita no Brasil não é peça recente na historiografia brasileira. Ainda que bastante polissêmicos e com metodologias variadas na atualidade, esses estudos são marcados por um salto de qualidade, inaugurado pelo trabalho do historiador e cientista político uruguaio, radicado no Brasil, René Armand Dreifuss, em seu trabalho *1964, a conquista do Estado* (1981). Nesse seminal estudo, Dreifuss, ao localizar os dois institutos, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) como órgãos complexos, que arregimentavam setores civis, militares, apoio estrangeiro e eram coordenados por uma *elite orgânica*, burguesa, foram fundamentais para a estratégia golpista de forjar a Ditadura Militar no país.

A partir do trabalho de Dreifuss podemos ver que não só a edificação do golpe se deu com a sustentação de aparelhos privados, como também houve uma cooperação importante entre uma série de associações conservadoras no decorrer do regime ditatorial. Rocha aponta que após o fim do governo Castello Branco há uma guinada política que restringe o espaço

político para os “autodenominados ‘liberais’” em direção ao catolicismo conservador e ao discurso anticomunista (2018, p. 42). Em 1969, com a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, responsável pela implementação da disciplinas no sistema educacional brasileiro por intermédio das quais eram difundidos valores religiosos no ensino básico e um ideário anticomunista nos espaços universitários – algumas parcerias foram estabelecidas com associações conservadoras católicas, como a Sociedade do Convívio - da qual fez parte o professor universitário colombiano, radicado no Brasil, Ricardo Vélez Rodríguez, primeiro ministro da educação do governo Bolsonaro⁹ -, que por meio de uma parceria com o MEC, ministrava o curso “Estudos dos Problemas Brasileiros” em diversas universidades pelo país (ROCHA, 2018, p. 67).

Seguindo as pistas de Dreifuss, nesse e em outros trabalhos, vários pesquisadores têm se dedicado a entender a complexa teia que organiza e desorganiza a luta política entre as classes sociais no Brasil. Flavio Casimiro defende que o período da redemocratização seria um momento chave, onde segmentos reacionários e conservadores da burguesia brasileira, insatisfeitos com o que vinha sendo projetado para a constituinte começaram a alterar seus métodos de ação política (2020, p. 85). Segundo ele, esse é o germe do que compreendemos hoje como *nova direita*, que para o autor é um *modus operandi* de ação política e institucional específico, que difere do anterior na medida em que privilegia a agência por intermédio de aparelhos privados de hegemonia de diferentes formas (que se multiplicaram exponencialmente na década seguinte), mas especialmente produzindo uma coluna robusta de intelectuais orgânicos que são compartilhados entre os diferentes aparelhos e que produzem e difundem normas e valores que alicerçam a produção de um consenso político pró-mercado (CASIMIRO, 2020, pp. 87-90)¹⁰.

Esse movimento foi possível, segundo Camila Rocha, porque na década de 1980 foram fundados os primeiros aparelhos privados de hegemonia detidamente dedicados à difusão das

⁹ Ricardo Vélez Rodríguez (1943-), como visto um organizador a décadas dos círculos conservadores do catolicismo, teria sido indicado ao cargo de Ministro da Educação para o governo de Jair Bolsonaro por Olavo de Carvalho. Ver em: BETIM, Felipe, JIMÉNEZ, Carla. “Anti-marxista” indicado por Olavo de Carvalho será Ministro da Educação. *El País*, São Paulo, 23 de nov. de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509_576428.html. Visto em 2 de junho de 2022.

¹⁰ Cabe localizar, a título de separação analítica e didática, uma localização que Casimiro faz entre os APHs de tipo “pragmático”: aqueles que formulam e intervêm na aplicação de diretrizes e políticas públicas; “estrutural”: aqueles que operam um projeto de poder por dentro da estrutura do Estado restrito; e, por fim, “doutrinário”: aqueles que atuam na disseminação de ideais liberais, formam e fazem cooptação de lideranças para servirem aos seus interesses classistas. Como dito, essa separação feita pelo autor é didática e não orgânica. CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. *A Nova Direita no Brasil: Aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)* (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

ideias pró-mercado. Esse processo foi possível pela conjuntura de decadência das organizações conservadoras, bem como uma relativa perda de apelo do anticomunismo durante a transição democrática. Nesse momento vários empresários começaram a se distanciar do antigo regime e estabelecer uma relação “mais orgânica e menos pragmática” com as ideias do livre mercado e suas respectivas organizações que então se consolidavam (2018, p. 43).

Para dimensionarmos o tamanho da proliferação dos APH, cabe retomar o estudo feito pelo Ipea em 2017 aponta que as denominadas Organizações da Sociedade Civil com CNPJ cresceram 680% de 1996 até o ano de 2017, sendo 715 mil novas criadas nesse período (FONTES, 2010, p. 296).

Devemos localizar que essa expansão, ou “ocidentalização” como chamou Coutinho (1989), não significou de forma alguma um crescimento exclusivo dos aparelhos de dominação burguesa. Nesse período vários instrumentos de organização de movimentos sociais e organizações progressistas de diferentes orientações se moldaram juntamente com as organizações pertencentes às classes dominantes. Contudo, para nos determos ao nosso objeto, concordamos com Fontes quando diz que essa expansão dos aparelhos burgueses disseminou sob diferentes espectros do pensamento político e da população em geral uma “cultura cívica” empreendedorismo (FONTES, 2010, p. 296). Edificavam-se assim novos paradigmas de dominação e consenso.

Podemos identificar embriões desse processo, por exemplo na “Campanha contra a estatização” (CRUZ apud ROCHA, 2020, p. 69), que se descolava do governo militar, identificando o autoritarismo do regime agora como um entrave para a garantia dos seus direitos. No ápice do movimento grevista no ABC paulista, uma carta aberta subscrita por industriais defendia a abertura política, mas também econômica e a menor participação do Estado na economia (DREIFUSS, 1989). Dos que assinavam a carta, o nome mais destacado e que é persistente e fundamental no processo de difusão dos ideais pró-mercado nos anos subsequentes é o atual presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johanpeter. Outro exemplo que ilustra a mudança na participação política do empresariado no período – diga-se, menos centralizada no Executivo – é a fala do líder da União Brasileira de Empresários durante a Assembleia Nacional Constituinte e transcrita por Dreifuss, onde diz que

No regime anterior, o empresário conversava com, no máximo, quatro pessoas: o Figueiredo, o Delfim, o Galvêas e o ministro da área, e o decreto-lei resolvia o resto. Hoje o jogo é democrático, nosso grande interlocutor agora é o Congresso (DREIFUSS, 1989, p. 44).

Essa fala nos dá pistas para os elementos que balizaram a estratégia de disputa da sociedade civil por APH de forma mais complexa no período subsequente. Uma vez que o

Congresso passa a organizar as relações de poder de forma mais diversificada, diferentes parlamentares representam os interesses de diversas frações das classes sociais em seus blocos. Haveria, portanto, a necessidade não só de utilizá-lo pragmaticamente, mas também de disputar os segmentos sociais que sustentam o poder Legislativo, que ganhou mais poder e protagonismo com a Nova República.

É pela forma de campanhas públicas que introduzem todo um conjunto de valores aos estratos sociais que é possível também a cooptação das lideranças parlamentares para uma ligação mais estreita com os interesses empresariais e, dialeticamente, ao passo que essas lideranças vão assimilando-as também essas ideias a aliança passa de uma unidade pragmática para um engajamento orgânico, que por sua vez amplifica mais a capacidade de difusão dos valores burgueses como valores universais. Dá-se aí, um movimento complexo de forma transformista¹¹.

Esse modo de ação não é fruto de uma inovação política brasileira, mas de um longo processo de desenvolvimento da agência política da burguesia internacional. Camila Rocha aponta que as *think tanks* - que consideramos como um tipo de APH – remontam a década de 1960, quando começam a surgir “organizações civis privadas, mantidas com doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, que reuniam especialistas e técnicos, normalmente recrutados junto à academia” buscando uma produção mais “desinteressada” (ROCHA, 2018). A difusão dessas organizações na década seguinte está em total compasso com o desenvolvimento das ideias da Sociedade de Mont Pèlerin, e com os teóricos do neoliberalismo Friedrich Hayek e Milton Friedman. Essas organizações foram responsáveis por uma “tenaz campanha de evangelização, estratégia de uma longa marcha pelas instituições da sociedade civil inspirada naquela perpetrada pela Fabian Society na Inglaterra”, defendendo com agressivos métodos de marketing o livre mercado e a “desigualdade social como motor do progresso” (MELO, 2017). A partir desse momento já é possível notar a unidade entre essas empresas e as organizações e partidos políticos de tipo clássico. O Adam Smith Institute (ASI) e o Center for Policy Studies (CPS), atuaram diretamente na disputa interna do Partido Conservador britânico, e o Heritage Foundation e o Cato Institute trabalharam no interior do Partido Republicano, além de fornecerem uma série de quadros para os governos Thatcher e Reagan (MELO, 2017).

É nessa conjuntura “pró-mercado”, que em 1981 foi fundada a Atlas Economic Research Foundation, um APH que tinha como objetivo centralizar e organizar várias instituições de

¹¹ Para uma síntese crítica sobre o conceito de transformismo em Gramsci ver CAVALLUZZI, Rafaella. Transformismo. In: LIGUOURI, Guido, VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1927-1936)**. São Paulo, Boitempo, 2017, pp. 1364-1366.

mesmo tipo no mundo todo com a missão - dita abertamente por um de seus ex-presidentes - de “abarrotar o mundo com *think tanks* que defendam o livre-mercado” (COCKETT apud ROCHA, 2018, p. 57). Hoje a Atlas já possui mais de 400 filiais em mais de 80 países.

A Atlas Economic Research Foundation é financiada não só por grandes empresas como também, indiretamente, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos por intermédio do NED – Fundação Nacional para a Democracia, um aparelho hegemônico que está umbilicalmente ligado ao Estado restrito dos EUA e as políticas que visam desestabilizar governos desalinhados com os interesses do país (LEE, 2017). Alejandro Chafuen, diretor da Atlas, se mostra orgulhoso do papel que os jovens líderes do Movimento Brasil Livre - treinados pela entidade no passado recente - cumpriram nas mobilizações que levaram ao impeachment de Dilma Roussef, deixando claro o alinhamento entre o propósito de investimento do NED, o projeto da Atlas e as organizações que se formaram no Brasil recentemente, como o EPL e o MBL, como veremos.

Nesse mesmo sentido, a robusta investigação de Rejane Hoeveler mostra a ação política do *Council of the Americas*, uma entidade privada estadunidense que realizou sistematicamente desde a década de 1960 “um conjunto de modalidades de pressão, cooptação, propaganda e produção de informação” (2020, p. 8) na América Latina, apoiada sob muitas formas pelo Congresso estadunidense e pelo Departamento de Estado e de Comércio dos EUA. Fundado por David Rockefeller em 1965, a entidade busca articular os interesses da política externa estadunidense para todo o continente americano, com especial atenção a América Latina. Segundo Hoeveler, o *Council* seria uma organização com “pretensão hegemônica” na medida em que seus quadros seriam intelectuais orgânicos que não estavam vislumbrando apenas uma visão estrita e pragmática para melhorar seus negócios, mas sim forjar uma visão de mundo: “Seu ativismo não apenas é inegavelmente classista, como possui uma orientação política de horizonte amplo, no sentido de ser uma potente força política na própria mediação dos conflitos sociais” (HOEVELER, 2020, p. 9).

O projeto do Conselho visou ao estabelecimento de contatos com as elites latino-americanas de forma a propagandear as vantagens da “empresa privada, dos valores do individualismo, da meritocracia e do capitalismo” bem como combater a “subversão comunista”. Dessa forma, várias iniciativas foram efetuadas, como a “filantropia politicamente orientada do Acción peruano dos anos 1970 ou do ‘Ação Comunitária’ do Brasil dos anos 1960” (HOEVELER, 2020, ibidem).

Nas últimas décadas a AS/COA recomendava sistematicamente uma boa relação com os governos progressistas na América Latina que ascenderam na virada da década de 2000, desde que não confrontassem taxativamente os interesses de Estado dos EUA e as empresas estadunidense. O *Conselho* entendia que essa política de alianças poderia ajudar o governo Obama a levar estabilidade política ao continente, inclusive suavizando a política de austeridade à Cuba, reduzindo o bloqueio econômico, mas impulsionando o empreendedorismo na ilha (HOEVELER, 2020, pp. 458-459).

Em 2017, o *Conselho* começou a prestar apoio financeiro e político ao movimento capitaneado pelo empresário Eduardo Mufarej, o RenovaBR. Mufarej é um importante empresário, foi sócio da Tarpon Investimentos e CEO da Somos Educação, e abriu mão dessas posições para lançar o projeto apresentado à AS/COA (ainda que tenha se mantido como presidente do Conselho de Administração da Somos) (HOEVELER, 2020, pp. 479-480).

O projeto do RenovaBR contou com uma série de figuras midiáticas, sendo a de maior notoriedade o apresentador Luciano Hulk. O RenovaBR - como plataforma política idealizada por Mufarej - era o “tipo ideal” da nova geração de empresários, liberal tanto na economia quanto nos costumes. Por isso, a sua iniciativa visava a candidaturas suprapartidárias, propondo frentes entre diferentes partidos ainda que ele não esconde a sua preferência pessoal ao Partido Novo. Era um projeto de formação política que visava educar futuros parlamentares que defenderiam os interesses de seus financiadores, e chegou a eleger 147 jovens em 2020¹². Esse financiamento – em larga medida empresarial – para campanhas políticas fere a atual legislação eleitoral, e foi objeto de questionamento pela mídia e no parlamento (HOEVELER, 2020, p. 486).

Cabe destacar que Mufarej, como aponta Hoeveler, tinha relações com a BR investimentos, empresa de Paulo Guedes. Quando se conformavam os postos do futuro governo Bolsonaro, Guedes interveio no sentido de levar o empresário idealizador do RenovaBR para o posto de Ministro da Educação do governo Bolsonaro, fato esse que acabou não se consolidando (2020, p. 481).

Todos esses episódios não nos levam a caracterizar um alinhamento irrestrito do *Conselho* com o projeto bolsonarista. Na verdade, Hoeveler demonstra que Brian Winter, editor-chefe da *Americas Quarterly* – revista da AS/COA -, levou a cabo um debate público alertando sobre os perigos que Jair Bolsonaro oferecia, muito antes de boa parte dos analistas

¹² Ver mais em: FILHO, João. RenovaBR: os 147 jovens eleitos a serviço das elites em 2020. **The Intercept Brasil**, nov. de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/22/renovabr-os-147-jovens-eleitos-a-servico-das-elites-em-2020/>. Acesso em 11 de junho de 2022.

políticos brasileiros. Winter alertava especialmente o perigo para a democracia que significava a possível eleição de Bolsonaro. Analisando os motivos que levavam à Wall Street apoiar Bolsonaro, em um artigo na Folha de São Paulo, Winter defendia que os investidores procuravam naquele momento um presidente pró-mercado e se empolgavam com Paulo Guedes como ministro¹³ ¹⁴. Contudo, ele argumenta em uma entrevista posterior, que um “shock neoliberal”, implicando em “violações de direitos humanos” pelo governo brasileiro, mesmo que seguindo estritamente o programa neoliberal, poderia se tornar “indefensável internacionalmente” e atrapalhar o projeto de inserção dessas ideias na América Latina (HOEVELER, 2020, p. 491).

Essa posição de Winter, mais opositorista, não denota uma localização política da AS/COA como taxativamente antibolsonarista de primeira ordem. Ao que parece, a organização ficou entre tecer elogios a Paulo Guedes e apresentar os perigos antidemocráticos do futuro governo. Contudo, sempre prevaleceu um certo otimismo, vislumbrando um governo que trabalhasse em comunhão com os interesses do mercado financeiro.

1.2.1 A teia dos Aparelhos Privados de Hegemonia no Brasil – radicalização liberal-conservadora

Como podemos ver, os APH intervêm sistematicamente em fóruns públicos e privados, sob diferentes orientações e organizados sob distintos interesses, até que se gestasse completamente o fenômeno do bolsonarismo como parte de uma nova direita brasileira. Queremos nessa sessão destacar aqueles que consideramos serem os principais aparelhos privados que trabalharam em favor da construção dessa nova direita e apontar seus eventuais contatos com a produtora Brasil Paralelo.

A começar pelo Instituto Liberal, o mais antigo aparelho privado de hegemonia ultraliberal do país, que iniciou seus trabalhos em 1983. Fundado por Donald Steward Jr.,

¹³ Ver em WINTER, Brian. Por que tanta gente em Wall Street torce por uma vitória de Bolsonaro?. **Folha de São Paulo**, 05 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/por-que-tanta-gente-em-wall-street-torce-por-uma-vitoria-de-bolsonaro.shtml?loggedpaywall>. Acesso em 11 de junho de 2022.

¹⁴ A escolha de Paulo Guedes como Ministro da Economia de Bolsonaro não foi, de forma alguma, aleatória. Segundo pesquisa feita por Vidal e Lopez (2022), Winston Ling – fundador do IL-RS – teria os apresentado por iniciativa de Ling, que via potencial em Bolsonaro. Fica claro, portanto, a conexão e a ampla participação desses diferentes APHs na montagem do então governo. Ver em LOPEZ, Jahde, VIDAL, Camila Feix. (Re) pensando a dependência latino-americana: Atlas Network e institutos parceiros no governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 38, pp. 1-40.

empresário do ramo da construção civil, canadense radicado no Brasil e que havia participado da articulação da campanha pela desestatização, junto com Jorge Gerdau Johannpeter e Henry Maksoud, ambos impulsionadores do projeto do IL, sendo Johannpeter o presidente do Conselho Mantenedor da instituição (ROCHA, 2018, p. 74). Esse grupo de empresários fazia parte de um ainda pequeno grupo que defendia formas mais radicais de liberalismo, que se afastavam da massa empresarial do período, que defendia o investimento estatal na indústria. Até mesmo Paulo Ayres Filho se demonstrou pouco crente na viabilidade do projeto, desiludido com as possibilidades da implementação de uma política pró-mercado no país.

Ao contrário do que Ayres Filho prognosticava, como também boa parte dos liberais da época, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que boa parte das medidas defendidas pelo IL foram levadas a cabo. E como o ápice de todo fenômeno é quase sempre o início de sua derrocada, a percepção de que seu propósito foi atendido levou a um esvaziamento das iniciativas e do financiamento do Instituto Liberal, em especial após a morte de Steward Jr., e só viria a se reorganizar nos anos 2000, de forma bem mais modesta (ROCHA, 2018, p. 96).

O retorno do funcionamento do IL não permitia mais a extravagante mansão no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, mas era suficiente para sustentar três profissionais da instituição e um trabalho sistemático de redes sociais, em interação com grupos liberais mais radicais, como libertários e anarcocapitalistas que se organizavam especialmente após o escândalo do Mensalão, segundo Camila Rocha (2018, p. 17).

Ainda que os recursos fossem expressivamente menores, não podemos desprezar o papel que as grandes organizações internacionais de disseminação do livre-mercado tiveram na reestruturação dessas entidades. A Atlas Network desenvolveu uma relação com o Instituto Liberal desde 1990 e aparece como instituição parceira na página do instituto (CASIMIRO, 2020a, pp. 46-47). Segundo Amaral (2015), a Atlas foi responsável por captar US\$ 11,5 milhões em 2013, de outras empresas privadas para investir em organizações liberais de dentro e fora dos Estados Unidos, com atenção especial para a Europa oriental e a América do sul.

O Instituto Liberdade - organização irmã do Instituto Liberal - localizado no Rio Grande do Sul também manteve relações estreitas com APHs estrangeiros. Fundada como um aparelho de construção de consenso neoliberal “intraclasse”, reforçando o papel de sua organização matriz o Instituto de Estudos Empresariais, ela tinha como objetivo central a formação de quadros políticos e novos ativistas pró-mercado, captados em especial nos meios acadêmicos. O IL-RS trabalhou em parceria com a Fundação Friedrich Naumann, “organização voltada à formação política liberal”, e especialmente com a Heritage Foundation, uma gigante instituição

do conservadorismo estadunidense. Através dessas parcerias o IL-RS viabilizava programas de intercâmbio para os estudantes que buscava formar e, por meio dessa iniciativa angariava capital político, ao representar os interesses dessas grandes instituições no Brasil (CASEMIRO, 2020a, p. 64).

O mesmo Instituto de Estudos Empresariais – IEE é o responsável por organizar um dos principais eventos da direita brasileira, o Fórum da Liberdade. A própria revista Forbes colocou essa alcunha ao evento ao dizer, em 2013, que ele era o maior evento de discussão de ideias liberais na América Latina (BALESTRO, 2021, p. 76). A primeira edição do evento aconteceu – não casualmente – em 1988, ano dos debates que edificaram a Constituição Federal.

Além de contar com amplo apoio financeiro de grupos nacionais (RBS, Globo, Gerdau, Ipiranga) e internacionais (Liberty Fund e Atlas Network) o Fórum foi palco de lançamento para uma série de entidades que se mostraram fundamentais para edificação da ascensão política da nova direita ao poder. Flávio Casimiro (2020) lista quatro principais: o Instituto Mises Brasil (IMB); o Instituto Millenium (IMIL); o Estudantes pela Liberdade (EPL), que se posteriormente levaria a criação do Movimento Brasil Livre (MBL) e o último deles, o Brasil Paralelo.

Cabe localizar, com o intuito de corroborar com a tese de Casimiro (2020), de que o Fórum da Liberdade seria o “grande palco das direitas e do movimento reacionário no Brasil”, que além de ilustrar até os dias de hoje fotos em seus sites com o ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro, com João Dória, com o jornalista Alexandre Garcia¹⁵, a edição do evento realizada em 2019 continha boa parte dos principais articuladores do governo recém-empossado. Participaram da edição os ministros Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto e Olavo de Carvalho, ainda tido como “guru” do presidente – e que por sua vez já havia participado de cinco edições entre 2000 e 2005 (CASIMIRO, 2020b, p. 100), o que demonstrava um profundo alinhamento entre os organizadores do evento e o governo.

O Instituto Mises Brasil, por sua vez, não buscava organizar uma frente com diferentes segmentos do liberalismo, como em alguma medida expressavam as iniciativas do IL-RJ e do IL-RS (Fórum da Liberdade), mas divulgar uma corrente de pensamento específica o espectro da direita: o libertarianismo. O IMB foi fundado em 2007 por Hélio Beltrão Filho¹⁶, empresário do Grupo Ultra, após iniciativa de abrir um grupo denominado “Liberalismo (verdadeiro)” na

¹⁵ Ver em <https://iee.com.br/forum-da-liberdade>. Acesso em 20 de junho de 2022.

¹⁶ Hélio Beltrão Filho é empresário do ramo de distribuição de produtos petroquímicos, através do Grupo Ultra. É filho de Hélio Beltrão, que ocupou postos em ministérios no governo de Costa e Silva, na pasta de Planejamento, e de João Figueiredo, na pasta de Previdência Social e posteriormente na de Desburocratização, além de ter sido presidente da Petrobrás no governo de José Sarney.

rede social Orkut para divulgar ideias radicais dessa corrente de pensamento. Naquele momento, diversos grupos políticos da direita começaram a criar comunidades e a compartilhar ideias, concepções teóricas e práticas de mundo e percepções políticas por meio das redes sociais que ainda se alastravam (ROCHA, 2018). O objetivo de Beltrão Filho era disseminar o pensamento libertário e os pensamentos dos economistas da Escola Austríaca, com especial ênfase para Murray Rothbard, inspirado pelo *Mises Institute* estadunidense.

Camila Rocha, que entrevistou Beltrão em sua tese de doutorado, sumariza as diferenças apresentadas pelo fundador do IMB entre neoliberalismo e o ultraliberalismo:

O ultraliberalismo, segundo Beltrão, se diferenciaria do neoliberalismo por defender a abolição de uma série de políticas e instituições advogadas pelos neoliberais, como o monopólio da moeda; o Banco Central; uma política monetária ativa; órgãos de defesa da concorrência (anti-truste); agências reguladoras estatais; investimentos estatais em infraestrutura essencial como estradas e portos; educação e saúde básicas públicas; políticas de renda mínima; harmonização das leis e impostos entre os estados. Além disso, é comum entre os ultraliberais a defesa de pautas liberalizantes no plano dos costumes, como a liberação do porte de armas para cidadãos comuns; do aborto; da união homoafetiva; de substâncias ilícitas como a maconha; de patentes e direitos autorais, porém, sem a existência de qualquer regulação estatal o que eventualmente gerava tensões importantes com os liberais-conservadores que circulavam nos circuitos formados por organizações e movimentos pró-mercado entre 2006 e 2010. Contudo, a despeito de possíveis divergências, os militantes liberais-conservadores acabavam se unindo aos ultraliberais tanto no que diz respeito à defesa do livre-mercado como no que tange ao combate ao esquerdismo (ROCHA, 2018, pp. 139-140).

Como podemos ver, a despeito da unidade estratégica entre neoliberais e ultraliberais, existem sensíveis diferenças entre eles, de modo que podemos dizer que o IMB foi o primeiro APH voltado ao pensamento mais radical do liberalismo, o libertarianismo, inclusive aproximando grupos anarcocapitalistas em sua estrutura. Seu esforço, como um aparelho essencialmente doutrinário, visa também à instrução formal de seus quadros. O Mises Brasil conta hoje com uma pós-graduação em Escola Austríaca, da qual já participaram os ex-deputados federais do Partido Novo Tiago Mitraud, Giuseppe Riesgo e os deputados do PL Filipe Barros, Carlos Jordi e Eduardo Bolsonaro, além de políticos de outras siglas que foram base do governo Bolsonaro (CASIMIRO, 2020b, pp. 94-95).

O apoio político dado por Beltrão à empreitada rumo ao Palácio do Planalto de Jair Bolsonaro sempre foi bastante explícito. O fundador do Mises Brasil se orgulha em dizer que junto com Olavo de Carvalho, foi “um dos primeiros a confrontar o ‘marxismo cultural’ no Brasil”¹⁷. Na então comemoração da vitória, ele caracterizou o então futuro presidente como

¹⁷ ANDRADA, Alexandre, FILHO, João. Até Anarcocapitalista ganham espaço no Governo Bolsonaro. E na Folha de S. Paulo também. **The Intercept Brasil**, 5 de maio de 2019. Disponível em <https://theintercept.com/2019/05/05/anarcocapitalismo-bolsonaro-folha-ancaps/>. Acesso em 15 de junho de 2022.

um “político genial”. Como resultado desse apoio político, muitos dos membros do IBM compuseram o novo governo. A matéria do site *The Intercept* de maio de 2019, escrita por Alexandre Andrada e João Filho, aponta que a cadeira da Diretoria de Desburocratização do Ministério da Economia foi ocupada por Geanluca Lorenzon, então Chefe de Operações do Mises Brasil e aberto defensor da abolição completa da intervenção do Estado na economia.

Outro APH central para compreender o processo que estamos estudando é o Estudantes pela Liberdade – EPL. Fábio Ostermann¹⁸, em entrevista à Rocha diz que conheceu, em uma ida aos EUA para um curso na Freedom University em 2008, Alexander McCobin, então presidente do *Students For Liberty*. Esse era um projeto de ativismo estudantil que visava a combater a hegemonia dos grupos de esquerda nas universidades (ROCHA, 2018, p. 148). De volta ao Brasil anos depois, Ostermann propôs para Pedro Menezes e Juliano Torres – recém-saído da presidência do projeto de partido Líber – a construção do EPL.

A iniciativa consistia em conquistar universitários para as causas liberais e disputar esses jovens para serem quadros da direita, ao invés de se engajar com a militância esquerdista, que, segundo eles, monopolizava o ambiente acadêmico. Para isso, as células do EPL nos estados realizavam grupos de estudos e disputavam as entidades estudantis contra os movimentos de esquerda nas universidades, disputando com um programa de defesa das privatizações e a abertura dos sistemas educacionais para as iniciativas privadas.

O Estudantes Pela Liberdade, como iniciativa vinculada ao *Students For Liberty* estadunidense, é diretamente mantido e financiado como um projeto ligado à Atlas Network. No entanto, essas entidades, por um elemento do regramento fiscal dos EUA, não podem doar dinheiro para ativistas políticos, o que justifica um *modus operandi* mais sutil na forma de atuação política, por um lado e, por outro, a criação do Movimento Brasil Livre.

Segundo Demian Melo (2017) o MBL haveria sido criado, em 2014, como uma cara pública e grupo de ação política e partidária do EPL, assim manobrando a legislação e mantendo o financiamento oriundo da Atlas Network. Na mesma direção, vai a própria fala de Juliano Torres, fundador do grupo e então Diretor Executivo do EPL, em entrevista a Marina Amaral, para a *Agência Pública*:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização

¹⁸ Fábio Ostermann foi deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pelo Partido Novo na legislatura de 2018-2022. Foi peça central na agitação política pró-impeachment através de sua atuação no MBL.

para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. Ele vai ser um palestrante. E também na conferência internacional em fevereiro, ele vai ser palestrante (TORRES apud AMARAL, 2015).

A estratégia assumida pelos dirigentes do EPL seria coroada dois anos depois, em 2015, quando uma série de protestos, convocados pelo MBL e com forte protagonismo de suas figuras, levaram milhares às ruas e conseqüentemente a uma sensível queda de popularidade da presidente Dilma Rousseff que pavimentou o caminho para o impeachment de 2016. O MBL como um partido em sentido ampliado serviu não só para a mobilização pró impeachment, mas também como plataforma eleitoral para seus articuladores. Vários dos líderes do movimento se elegeriam ao parlamento no pleito de 2018, mais notoriamente Artur do Val (Mamãe Falei) como deputado estadual em São Paulo e Kim Kataguirí como deputado federal, ambos eleitos pelo Democratas (DEM).

Cabe trazer à tona, por fim, o argumento exposto por Miranda, percebendo que o EPL é um dos poucos APH expostos até aqui criados por sujeitos não-burgueses (2020, p. 42). Diferentemente de entidades como o Mises Brasil, que atuou durante um bom tempo sem nenhum profissional destacado (ROCHA, 2018) - na medida em que seus fundadores conseguiam manter seu funcionamento sem necessitar de um salário, por sua origem da classe burguesa - o Estudantes Pela Liberdade foi em grande medida também uma forma de intelectuais orgânicos da burguesia atuavam para ampliar não só sua influência política, como também seus rendimentos.

Podemos identificar parcialmente essa dinâmica também no Instituto Millenium - Imil. A entidade foi fundada ainda em 2006, que a princípio ventilou-se a possibilidade de ser uma filial do Instituto de Estudos Empresariais (ROCHA, 2018, p. 137-138), mas acabou por ser um projeto formalmente independente, idealizado principalmente pelos economistas Patrícia Carlos de Andrade, Gustavo Franco (ex-presidente do Banco Central, durante o governo FHC) e Paulo Guedes. No grupo de mantenedores do Imil constam uma série de empresários brasileiros importantes como Giancarlo Civita (Grupo Abril), Hélio Beltrão (Grupo Ultra),

Henrique Meirelles, (ex-presidente do Banco Central), João Roberto Marinho (Grupo Globo), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau) (CASIMIRO, 2020, p. 34).

A semelhança com o EPL se encontra essencialmente na capacidade de organizar uma série de intelectuais orgânicos da ideologia liberal e liberal-conservadora para uma ação política coordenada nos meios de comunicação, na disseminação de grupos de estudos entre jovens e outros meios. A centralidade da ação nos meios de comunicação se mostra também na presença, como membros fundadores da instituição, do apresentador Pedro Bial e do jornalista e economista Rodrigo Constantino.

Segundo Flávio Casimiro, o Instituto Millenium recruta esses ativistas que são incorporados como *articulistas* da entidade, como “membros colaboradores, sem vínculo formal com o instituto”, que por sua vez começam a disseminar ideias em favor da livre-concorrência e contra a intervenção estatal em formato de pequenos artigos e podcasts nos meios de comunicação mais variados (2020a, p. 38). Patschiki (2014) chega a chamar o Imil como um aparelho privado de hegemonia por excelência, na medida em que a instituição se mantém aparentemente à revelia do debate público, enquanto organiza seus articulistas para a intervenção nos temas políticos da conjuntura. Boa parte desses articulistas ganharam importante projeção nos últimos anos, Constantino sendo o mais exímio deles – fato que foi impulsionado também por ter assumido a presidência do Instituto Liberal.

Vários aparelhos privados de hegemonia menores, ou que atuavam em zonas de intervenção mais específicas também desempenham papéis na teia de organizações que trabalharam em favor da ascensão da nova direita no Brasil. O Movimento Brasil Competitivo, por exemplo, disputa projetos de lei e políticas públicas para determinadas frações da grande burguesia dentro da estrutura do Estado restrito. A figura de Jorge Gerdau Johannpeter é aqui novamente central. Esse grupo de empresários disputam as discussões em pauta em especial na Câmara dos Deputados - também é possível identificar a sua intervenção em governadores de diferentes estados – de forma a implementar no Brasil uma legislação trabalhista mais vantajosa aos setores burgueses. Ou seja, a despeito de usa retórica não intervencionista, disputam para que o Estado intervenha à favor de seus interesses corporativos.

O Grupo de Líderes Empresariais – LIDE, capitaneado pelo empresário, ex-apresentador e ex-governador de São Paulo, João Dória, também desempenhou um papel na coesão política e de projeto da classe burguesa, em especial a paulista. Segundo Daniel Jelin (2007), o grupo restringia a entrada para aqueles sócios de empresas com faturamento acima de 200 milhões de reais e a somatória de seus participantes compunha, à época, 40% do PIB do

país. O LIDE foi um sistemático apoiador das investidas da Operação Lava Jato e levou o juiz Sérgio Moro para seus eventos inúmeras vezes, além de ter dedicado o prêmio Empresário do Ano para o notório bolsonarista e empresário do ramo de varejo Luciano Hang, no ano do pleito eleitoral de 2018 (CASIMIRO, 2020a, p. 129-131).

Como podemos ver, as diversas formas políticas de atuação, organização e intervenção pública das entidades privadas da burguesia brasileira formam uma teia complexa, que se interliga não só por seus propósitos, mas também por seus personagens. Nelas existem múltiplas iniciativas, algumas visam às inserções de momento, a barganha de determinado projeto de lei, ou uma garantia de vantagem competitiva para determinado segmento da indústria.

O que podemos ver dos APHs analisados é que essa ação orientada caminhou em direção a um projeto político, de forma que o ascenso de Jair Messias Bolsonaro ao Palácio do Planalto não pode, de forma alguma, ser entendido como um acidente de percurso ou um golpe de sorte. Assim, é possível identificar a existência de um organizado e sistemático investimento no projeto liberal-conservador, a partir de um lobby empresarial e estatal, ação organizada nas grandes mídias e nas emergentes redes sociais e, quando a situação tornou possível, a mobilização de amplos setores sociais, para além da classe burguesa¹⁹.

Como vimos, é possível caracterizar um alinhamento substancial em torno de ideias liberais-conservadoras em diversas frações da direita brasileira, que estão ancoradas em diferentes APH. Até o momento, detivemo-nos a caracterizar alguns deles brevemente, munidos de trabalhos acadêmicos recentes nesse campo de estudo.

Porém, o simples alinhamento desses setores não garantiria a ascensão da nova direita. Esse processo foi uma combinação de diferentes fatores, dentre os quais se destaca a articulação paulatina e sistemática, mas também elementos conjunturais que desembocaram na crise econômica e, posteriormente, na crise política que se inicia no segundo governo da presidente Dilma Rousseff. Essa cadeia de acontecimentos aproximou essas correntes políticas e frações de classe, ao passo que também geraram novas situações na luta de classes e nas relações entre as classes sociais no Brasil que permitiram projetar um novo bloco de poder postulante.

Apesar da proliferação dos instrumentos de organização de um setor mais radicalizado da direita, no contexto da redemocratização, só esse aspecto não foi suficiente para levar essa fração de classe à condição de grupo dirigente hegemônico. Isso não se realizou à medida que ela se deparou com a “terceira via” do projeto tucano, esvaziando a capacidade de

¹⁹ Para uma análise dos perfis dos participantes dos atos de pró impeachment ver ORTELLADO, Pablo, SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos em 2015. **Revista Perseu**: História, memória e política, Fundação Perseu Abramo, n. 11, 2016.

financiamento das alternativas liberais, uma vez que os seus mantenedores compreendiam que seu investimento havia se consumado nas medidas governamentais de FHC (ROCHA, 2018).

Podemos levar à frente essa conclusão e dizer que esse elemento foi importante, inclusive para consolidar o argumento conspiracionista do marxismo cultural, tese central aos setores da direita hoje. Isso porque, ao negarem se resignar ao pretense programa moderado do PSDB, naquele momento, houve a construção de uma narrativa que aproximava politicamente PSDB e PT, como sendo ambos partidos de esquerda. Na medida que esses eram os principais atores políticos da realidade brasileira durante duas décadas, a tese da hegemonia esquerdista se materializava nesse tipo de silogismo, onde todo o debate público era pautado pela ideologia esquerdista, disseminada pelo marxismo cultural.

O processo de aproximação política que se iniciou com a denúncia do pagamento de propinas mensais a parlamentares e a consequente crise política advinda do escândalo que se tornou conhecido como Mensalão criou um sistema de interlocução consistente entre ativistas do livre mercado de diferentes matizes do liberalismo – libertários, liberais-conservadores e anarcocapitalistas. Esses novos intelectuais orgânicos entraram também em contato com os velhos APH como o Instituto Liberal e o IEE ou produziram novas entidades, mais ligadas com às premissas do movimento, como o Instituto Mises Brasil.

A crise de poder aberta a partir de das manifestações de junho de 2013 nos dá pistas para compreender esse fenômeno, porém, o momento principal de inflexão nos parece ser os atos organizados por essa “nova direita” entre 2015 e 2016, em defesa do impeachment. Segundo os dados compilados por Mattos (2020, pp. 186-187)²⁰, o perfil dos participantes desses atos teria sido significativamente diferente das manifestações ocorridas em junho de 2013, e as suas pautas políticas eram muito mais claras: o “combate à corrupção” - manifestado pelo apoio à Lava Jato -, e a defesa do fim do governo “esquerdista” comandado pelo Partido dos Trabalhadores. Ainda que não estivesse em postos centrais nas pautas de reivindicação, um número não pouco expressivo de manifestantes pedia intervenção militar no país. Os governos

²⁰ Segundo Marcelo Badaró Mattos, os atos ocorridos em 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto, 13 de dezembro de 2015 e 13 de março de 2016 alcançaram patamares de massas e chegaram a reunir 3,6 milhões de pessoas, em 300 cidades do território nacional. Sobre o perfil dos manifestantes, ainda segundo Mattos, ele era “dominantemente associado aos setores intermediários – pequena burguesia e assalariados médios melhor remunerados. Entre eles, 76% possuíam ensino superior e a maioria recebia acima de 5 salários-mínimos, com 68% ganhando mais de R\$ 3.940,00 por mês”, “82% havia votado em Aécio Neves (PSDB)”, “homens (56%) eram maioria”, e a “idade média dos manifestantes era de 45 anos (com 30% entre 36 e 50 anos e 41% com mais de 51 anos). Quanto à cor, 73% dos manifestantes se declararam brancos, 18% pardos e apenas 4% pretos, além de 1% indígenas, 2% amarelos e 2% auto identificados como de ‘outras cores’”. MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Editora Usina. São Paulo, 2020, pp. 186-187.

e as polícias estaduais deram tratamento diferenciado aos manifestantes, sendo notório o caso da liberação do metrô feito pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (então no PSDB) e as frequentes fotos descontraídas entre as forças policiais e manifestantes.

Os veículos da grande mídia – que já apoiavam as pautas do movimento - transmitiram largamente e em tempo real os atos pelo Brasil. É curioso pensar, a partir dos dados coletados na pesquisa de Esther Solano e Pablo Ortellado, que boa parte dos entrevistados disse não confiar nos grandes veículos de imprensa, salvo algumas exceções como a Revista *Veja*, naquele momento também bastante alinhada às pautas do movimento (2015, p. 172). Concordamos com Mattos quando ele atenta para esse sentimento como embrião da lógica *antiestablishment*, que iria tomar maiores proporções nos anos seguintes (2020, p. 195).

Parece-nos que esses atos foram o coroamento da formação da nova direita brasileira. Longe de ser uma novidade ela é, na verdade, um reordenamento de diferentes forças políticas, hegemônicas hoje por uma corrente mais radical e conservadora. A aproximação política entre os diferentes segmentos da direita retirou do centro do debate as diferenças entre as frações, colocando o antipetismo e o sentimento anti-esquerda (uma reedição do anticomunismo, como nos deteremos a analisar mais à frente) como elemento organizador e garantidor, que proporcionava sua coesão fundamental enquanto grupo.

Jair Bolsonaro surgiu nesse cenário como criador e criatura. Deputado desde 1991, até então se manteve em um patamar que oscilava dos 80 mil aos 100 mil votos, até 2010. Naquele contexto, marcado pelas manifestações, Bolsonaro era um capitão da reserva que expressava posições alinhadas aos antigos militares da linha-dura, como Sylvio Frota e Augusto Heleno (BOULOS, 2019).

Nesse período, a intervenção parlamentar de Bolsonaro era centralmente corporativista, buscava melhorias para sua base eleitoral, os militares. Segundo levantamento feito pela *BBC Brasil* (2017), Bolsonaro teria elogiado parlamentares políticos de esquerda que concediam projetos de leis em favor de militares, e inclusive apoiado Lula contra os candidatos do PSDB, de 1994 até 2002, quando o metalúrgico se elege e o Bolsonaro passa à oposição aberta ao governo. Isso não significa que Bolsonaro tenha tido uma fase progressista, basta lembrar que o parlamentar foi um dos primeiros a criticar abertamente o Grupo Tortura Nunca Mais, em 1996, e era sistematicamente contrário às manifestações dos movimentos indígenas em defesa da demarcação de suas terras. Parece-nos, no entanto, que a prioridade do capitão da reserva estava, até aquele momento, na manutenção de seu eleitorado militar e em defender a suas demandas corporativas. À medida que Bolsonaro começa a angariar mais influência nas redes

sociais entre os meios liberais-conservadores, o seu discurso começa a se voltar frontalmente contra a esquerda, incorporando pautas como o Escola Sem Partido²¹, temas morais e o embate com o petismo com mais centralidade. É o que mostra a pesquisa feita por Shalders (2017), na reportagem:

Em seu primeiro mandato como deputado, de 1991 a 1994, palavras como “militar”, “forças armadas”, “benefícios”, “salários” e “pensões” apareceram 702 vezes, nos resumos e palavras-chave dos 279 discursos feitos por ele no Parlamento da Câmara naquele período. Já no atual mandato, de 2015 até agora, o mesmo conjunto de 16 palavras só aparece 110 vezes, num conjunto de 143 discursos.

[...]

Um outro conjunto de 16 termos, com palavras como “direitos humanos”, “PT”, “tortura”, “Cuba”, “esquerda” e “gays” tiveram um pico no mandato passado (2011 a 2014). Aparecem 297 vezes nesse período, mas só foram citados 41 vezes no primeiro mandato de Bolsonaro (1991 – 1994).

Esses temas, até então aparecem de forma secundária na agitação dos aparelhos privados de hegemonia até aqui analisados – que centram seus esforços na disseminação radical do livre mercado – fazem parte importante da cena edificadora do programa da nova direita *aggiornado* pelo bolsonarismo. Ele é central também na formação da Brasil Paralelo.

Enfatizamos que não acreditamos ser possível compreender o alinhamento de amplos setores burgueses, desde grandes capitalistas, até empresários de médio porte, apenas como saída eleitoral unificada e pragmática para o encerramento do ciclo petista. De fato, esse foi um ponto de convergência importante, contudo a conjuntura que traz à tona o antipetismo não representa só uma negação aos governos do Partido dos Trabalhadores, mas uma afirmação concreta de um programa alternativo, mais liberalizante, contra direitos sociais, contra as minorias raciais e sexuais. Portanto, não seria possível sem o trabalho paulatino de construção feito pelos APH, com especial destaque para a Brasil Paralelo, como veremos. Se, sob esse programa, se juntaram conservadores de longa data, que exprimiam mais veladamente as suas posições sobre temas morais, como Hélio Beltrão Filho, ou se apenas conjunturalmente a burguesia assumiu esse discurso é um tema ainda a ser explorado pelos historiadores do tempo presente, à luz dos acontecimentos na luta de classes em nosso país.

Fato é que a ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo projetou esse segmento das direitas a uma possibilidade de disputar concretamente o poder, em busca de consolidar uma hegemonia que passe por um projeto político radicalmente liberal e conservador. É com esse

²¹ Segundo Fernando Penna: “o primeiro projeto de lei que propunha a criação do ‘programa escola sem partido’ em uma rede de ensino foi fruto de uma parceria entre o criador do movimento, Miguel Nagib, e o deputado estadual Flávio Bolsonaro”. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. “Entrevista com Fernando de Araújo Penna – Escola sem partido” (Série Conquistas em Risco). **Anped**, 20 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>>. Acesso em: 21 out. 2019.

processo que essa fração da burguesia se torna capaz de disputar a direção política contra aquelas frações tradicionais na burguesia brasileira, representadas histórica e organicamente pelas legendas do PSDB e pelo MDB, ainda que tenham representação também em outras siglas. Essa fração multiforme que, segundo Casimiro, “até agora não ocupava a posição de protagonista na complexa relação de condensação de forças que relaciona dialeticamente sociedade civil e Estado” (2020, p. 151). Agora, ela passa a almejar a apropriação do aparato estatal como melhor forma de amplificar a sua capacidade política e o seu poder econômico na realidade nacional e internacional.

1.3 AFINAL, O QUE É A BRASIL PARALELO? A PRODUTORA COMO UM APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

A empresa Brasil Paralelo surgiu da iniciativa de três jovens, Felipe Valerim, Lucas Ferrugem e Henrique Viana que, evadidos da Escola Superior de Publicidade e Marketing – ESPM, fundaram a produtora em Porto Alegre no ano de 2016²². Segundo Mayara Balestro (2021, p. 59), o primeiro registro jurídico com “razão social” empresarial de nome “LHT Higgs Produções Audiovisuais Ltda” é datado de 09 de agosto de 2016, em meio ao contexto do golpe parlamentar e coincidentemente, no mesmo dia em que se dava prosseguimento no Senado Federal ao processo que levou ao impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff.

Em vídeo de apresentação da iniciativa, que era um dos primeiros materiais apresentados no antigo site da produtora, o fundador Felipe Valerim, afirma que a ideia de montar uma empreitada desse tipo surgiu entre as turbulências políticas dos anos de 2013 e 2014. Valerim, que é quem aparece na maioria das vezes como interlocutor e cara pública da empresa, diz que eles perceberam que uma série de formadores de opinião tinham interpretações sobre a realidade brasileira das quais eles acreditavam serem válidas, mas estes por sua vez não tinham espaço nas mídias tradicionais²³. Esse primeiro argumento por si já apresenta, a ideia de

²² EXPRESSO ILUSTRADA. Como uma produtora virou uma das principais difusoras das ideias de direita no país. **Folha de São Paulo, São Paulo, 2019.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/08/como-uma-produtora-virou-uma-das-principais-difusoras-de-ideias-de-direita-no-pais.shtml>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

²³ O vídeo em questão não está mais exposto no site, e é um vídeo hospedado na plataforma Youtube como “não listado”. No entanto, ainda é possível acessar o link pelo seguinte endereço: BRASIL PARALELO “O que é DE FATO o Brasil Paralelo?” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9RDrKmAvsik>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

que a mídia tradicional seria dominada pelos pensamentos esquerdistas, manipulatórios e inverídicos.

A partir desse impulso é que se estrutura a empresa como uma produtora audiovisual. Henrique Vianna, em entrevista à *Revista Esmeril*, também reforça que 2013 teria sido um ano importante para os seus fundadores:

Henrique Viana – Em 2013, digo por mim – e acho que também posso falar pelos meus sócios, Lucas e Filipe – foi quando realmente começamos a estudar. Ficamos naquela sensação de querer saber o que estava acontecendo e percebemos o quanto éramos ignorantes da situação. Lembro que as primeiras referências foram a do Instituto Mises Brasil (organização ultraliberal fundada por Fernando Fiori Chiocca, Cristiano Fiori Chiocca e Hélio Coutinho Beltrão), baseadas nas ideias liberais austríacas. Eles tinham muitos artigos sobre economia e filosofia, fáceis de se absorver – e vendíamos livros, também. Aprendemos muito com eles para sair um pouco da matrix. Outra fonte principal foi o COF (Cursos Online de Filosofia), e os vídeos do (autor e filósofo) Olavo de Carvalho no YouTube. Sempre tivemos essa dupla referência, conservadora e liberal. Até hoje perguntam...o que vocês são? São Olavistas? Nós respondemos sempre que somos estudantes. Já em 2015, começamos a promover encontros e palestras sobre esses temas e levamos um pouco desse conhecimento às pessoas que apenas estavam nas ruas contra a esquerda e não tinham muita bagagem. Tínhamos uma certa pretensão ingênua de ser professor da turma, mas na verdade achamos que poderíamos passar algo para as pessoas²⁴.

Como podemos, ver na entrevista Vianna os localiza muito bem no contexto de reorganização dos APH, em especial a partir da agudização da crise política após as manifestações de junho de 2013. Não só esses jovens tiveram contato com os trabalhos de Olavo de Carvalho, como serviam de impulsionadores dos ideais liberais e conservadores através das vendas dos livros editados pelo IMB, de Hélio Beltrão. Em 2015, quando os grupos da nova direita ensaiam a tomada das ruas, esses jovens já começam a se localizar dentro do segmento político no qual viria a ser a Brasil Paralelo, um agrupamento doutrinário e que trabalha na produção do consenso na esfera da divulgação de uma concepção histórica e de um corpo teórico de ideias capaz de ser repassado para amplos segmentos.

O discurso oficial sobre a genealogia da produtora apresenta não só as influências teóricas liberais e conservadoras, mas também as clássicas narrativas de valorização do empreendedorismo e da meritocracia. Em entrevista ao site Boletim da Liberdade, Valerim afirmou que para realizar a primeira produção do grupo eles apenas tinham uma “câmera emprestada – na verdade eram duas T5I Canon -, uma sala de seis metros e algum dinheiro,

²⁴ DIRANI, Claudio. Henrique Viana abre as portas do Brasil Paralelo. **Revista Esmeril**, 21 de janeiro de 2020. Disponível em <https://revistaesmeril.com.br/perfil-%E2%94%82-henrique-viana-abre-as-portas-da-brasil-paralelo/>. Acesso em 10 de julho de 2022.

emprestado a juros, para pagar as viagens e o aluguel da pequena sala”²⁵. Essa narrativa é um discurso bastante reproduzido e endossado pelas formas de dominação liberal no século XXI, dos empreendedores que se expõem ao risco e constroem de forma *self made*, um *case* de sucesso.

Em dezembro de 2016, três meses após a fundação da empresa, foi lançada a primeira produção do grupo, a série documental *Congresso Brasil Paralelo*. Com seis episódios, a série pretendia, segundo o site da BP, “fazer o maior diagnóstico já feito – até então – sobre a situação econômica, política e cultural do Brasil”²⁶. A iniciativa visava a dar voz para aqueles sujeitos, em tese, não escutados pela mídia tradicional, como falava Valerim no vídeo de apresentação. Logo em sua primeira empreitada documental, a produtora já consegue entrevistar importantes nomes da política e dos círculos do debate público brasileiro, como Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, parte da família Bolsonaro, além de Mendonça Filho, então Ministro da Educação e o ministro do STF, Gilmar Mendes, em um total de 86 entrevistados. Esse lançamento deu visibilidade ao grupo e viabilidade financeira para o projeto, que rendeu de receita, no ano de 2016, R\$ 1,6 milhões.

Um ano depois, em 2017, o empreendimento foi oficialmente lançado no já mencionado Fórum da Liberdade, principal evento da direita liberal no país. O tema do evento anual se intitulava “O Futuro da Democracia” (CASIMIRO, 2020a, pp. 76-77).

A empresa trabalha com um modelo de negócio conhecido como *freemium*, onde parte do conteúdo é disponível de forma gratuita e há conteúdos exclusivos para assinantes pagos. Como estratégia para atrair assinantes, a BP mobiliza seus clientes denominando-os como “membros” e os convidando a ajudar no financiamento do projeto que, segundo eles, não recebe dinheiro público e se mantém exclusivamente da venda de assinaturas. Portanto, a permanência desse conteúdo e a capacidade de propagação das ideias liberais-conservadoras produzidas pela produtora dependeria também do engajamento militante e financeiro de seus espectadores.

O portal e os produtos da Brasil Paralelo passaram por um *rebranding* parcial, que incluía uma maior segmentação das assinaturas e a incorporação de filmes para além dos conteúdos originais, na plataforma da produtora, de forma a aproximá-la das empresas de *streaming* e da alcunha de “*Netflix da direita*”²⁷. Dessa forma, eles se afastariam de portais de

²⁵ “Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na internet”. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/>. Acesso dia 20 de novembro de 2020.

²⁶ Ver em <https://www.brasilparalelo.com.br/originais-bp/congresso-brasil-paralelo>

²⁷ Evento de lançamento da “Nova Brasil Paralelo” transmitido no Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=8P7sXXzUmKo>.

notícias ligados ao conservadorismo e ao bolsonarismo - tal qual o canal Terça Livre que em outubro de 2021 encerrou suas atividades após seu fundador Allan dos Santos ter as contas das redes sociais suspensas por uma determinação de Alexandre de Moraes no inquérito das fake news²⁸ - e se aproximariam do público jovem assinante de novos *streamings*. Nesse movimento, a produtora começou inclusive a vincular uma programação infantil especial.

Os planos disponíveis são: “Patriota”: R\$ 10,00 - disponibiliza entrevistas exclusivas e produções originais não distribuídas pelos meios gratuitos; “BP Select”: 19,00 - com catálogo de filmes e análise crítica das produções, além de programação infantil; “Núcleo BP”: R\$ 49,00 – dá acesso aos cursos, núcleos de formação e materiais complementares; “Acesso total”: R\$ 59,00 – inclui, além de todos os conteúdos disponíveis nas assinaturas anteriores – convites para eventos presenciais²⁹.

De 2016 até 2022 a Brasil Paralelo já produziu dezoito filmes e séries documentais originais, veiculadas amplamente em seu canal de YouTube de forma gratuita, como principal método de divulgação dos seus conteúdos. Os filmes são: *Congresso Brasil Paralelo* (dezembro de 2016); *A Última Cruzada* (setembro de 2017); *O Dia depois da Eleição* (junho de 2018); *1964: Entre armas e livros* (março de 2019); *Pátria Educadora* (março de 2020); *7 Denúncias: as Consequências do caso Covid-19* (junho de 2020); *Os 11 Supremos* (agosto de 2020); *Donos da Verdade* (agosto de 2020); *O Fim das Nações* (outubro de 2020); *As Grandes Minorias* (novembro de 2020); *Especial de Natal* (dezembro de 2020); *A Queda: Argentina* (março de 2021); *A Primeira Arte* (abril de 2020); *Cortina de Fumaça* (junho de 2021); *A Sétima Arte* (outubro de 2021); *Especial de Natal* (dezembro de 2021); *O Fim da Beleza* (fevereiro de 2022); *Entre Lobos* (junho 2022)³⁰.

Uma breve análise sobre esses títulos já mostra a amplitude do projeto da empresa. Na lista existem algumas produções sobre a crise do sistema político atual do país e países vizinhos (Argentina), desmatamento, opressões, arte, e história do Brasil colônia e império e da Ditadura Militar. A produtora ainda vem lançando projetos de programas laterais, em outros formatos, para debater atualidades e outros temas, através de podcasts e vlogs³¹.

²⁸ Ver em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/23/terca-livre-encerra-atividades-diz-fundador-apos-decisoes-da-justica.htm>

²⁹ Ver em <https://site.brasilparalelo.com.br/portal-assine/>

³⁰ Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/originais-bp>

³¹ Ver em <https://www.brasilparalelo.com.br/programas>

Como podemos ver, há um importante crescimento nos números de produções a partir de 2020, o que viabilizou e justificou também a mudança na plataforma em 2021. Esse crescimento das produções foi possível à medida foi precedido por um movimento de crescimento substancial dos assinantes e, conseqüentemente, das receitas da empresa.

Segundo matéria da *Revista Veja*, baseando-se em de números fornecidos pela própria BP, a empresa fechou o primeiro ano de funcionamento com 3,4 mil assinantes, em 2017 alcançou 11,1 mil e em 2018 15,1 mil enquanto em 2019 há uma queda para 12,3 mil assinantes. Todavia, em 2020 há um crescimento vertiginoso no número de assinantes, chegando a 180,2 mil e em 2021 o número chegou a 278,3 mil. O número de assinantes até 4 de julho de 2022, disponibilizado para a matéria da *Veja*, foi de 328,7 mil assinantes³². Apenas contando até o ano de 2021, o crescimento percentual histórico foi de 8018%.

Esses números são diretamente proporcionais ao crescimento de receita da empresa que saltou de R\$ 1,6 milhões em 2016 para R\$ 67,7 milhões em 2021. Apenas no primeiro trimestre do ano de 2022, o valor de receita divulgado à *Veja* foi de R\$ 40 milhões de reais. O crescimento da iniciativa a partir de 2020 viabiliza a mudança da produtora para São Paulo, onde hoje ocupa um andar em um prédio na Avenida Paulista e possui cerca de 200 funcionários.

No “Sobre” da página da produtora ela se autointitula uma “empresa de entretenimento e educação” que tem como missão “Resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração dos brasileiros”³³. Nesse mesmo local, a empresa diz ser a “Segunda maior organização pró-sociedade livre do mundo”, referenciando uma matéria da Forbes.

A matéria em questão é uma reportagem que ranqueia os “think tanks” defensores do livre mercado por seu impacto nas mídias sociais. Ela mostra, inclusive, que uma parte significativa das grandes entidades com força nessas mídias, fora dos EUA, estão localizadas no Brasil³⁴. Nela, a Brasil Paralelo não é categoricamente chamada de “segunda maior

³² MONTEIRO, Renan. Brasil Paralelo surfa na onda da polarização e tem crescimento exponencial. *Revista Veja*, 8 de julho de 2022. Disponível em <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-paralelo-surfa-na-polarizacao-e-tem-crescimento-exponencial/>. Acesso em 5 de julho de 2020.

³³ Ver em <https://www.brasilparalelo.com.br/sobre>

³⁴ O Instituto Milenium é a maior página de Facebook em curtidas, fora dos Estados Unidos, quantos o Instituto Mises Brasil fica com a segunda posição. O IMB também é a entidade com mais acessos em seu site, fora dos EUA. Ver em CHAFUEN, Alejandro. The 2021 Ranking of Free-Market Think Tanks Measured by the Social Media Impact. *Forbes Magazine*, 30 de março de 2021. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2021/03/30/the-2021-ranking-of-free-market-think-tanks-measured-by-social-media-impact/?sh=7055dc7077f6>. Acesso em 5 de julho de 2022.

organização pró-sociedade livre do mundo”. Porém, Alejandro Chafuen – principal dirigente da Atlas Network desde 1991 -, que assina a matéria, caracteriza a empresa como “*a pro-free-society-Netflix*” e chama de impressionantes as taxas de conversão entre espectadores e assinantes, que chega a quase 10%. A Brasil Paralelo aparece listada como segunda entidade com mais seguidores no Instagram e segunda com mais inscritos no YouTube.

Em que pese o aparente exagero interpretativo sobre a matéria da Forbes, fato é que a Brasil Paralelo se encontra em franca expansão e movimenta volumosas quantidades de dinheiro. Somente nas plataformas da Meta (Facebook e Instagram) a empresa gastou em publicidade 3,3 milhões de reais entre abril e junho de 2022. Entre novembro de 2021 e junho de 2022 foram gastos R\$ 377 mil destinados ao Google, o que colocou a produtora como maior “anunciante do país no segmento de campanhas políticas” (MONTEIRO, 2022). Apenas na data do lançamento do documentário *Entre Lobos*, sobre segurança pública e os dilemas da violência urbana, em 21 de junho de 2022, a produtora arrecadou em algumas horas R\$ 2,5 milhões em novas assinaturas, enquanto o documentário custou, ao todo R\$ 1 milhão.

Os três sócios fundadores, como dissemos, são jovens oriundos da faculdade ESPM do Rio Grande do Sul. Henrique Vianna estudou administração empresarial e engenharia elétrica. Segundo Mayara Balestro (2021, p. 67), é membro do conselho diretor da Junior Achievement (JÁ), uma organização internacional que trabalha na disseminação do empreendedorismo para jovens, em especial aqueles ainda em idade escolar. Balestro argumenta que vários dos elementos de organização e estruturação do conteúdo disposto pela Brasil Paralelo, em especial em seus “núcleos de formação”, se espelham no modelo trabalhado pela JÁ. Na entrevista dada à *Revista Esmeril*, Viana retoma a importância também do Instituto Mises Brasil, como uma influência central para a formação da ideia da Brasil Paralelo³⁵.

O sócio Lucas Ferrugem é uma cara mais interna do grupo, aparecendo menos publicamente e dando pouquíssimas declarações. É o responsável pela parte de marketing e por elaborar a linha editorial da empresa, além de ministrar aulas no núcleo de formação das seções de História e Política (BALESTRO, p. 70).

Por fim, o último dos sócios fundadores, Felipe Valerim, foi estudante de Marketing e Publicidade e teria atuado, entre 2015 e 2016 como Diretor de Expansão no Instituto IBN

³⁵ DIRANI, Claudio. Henrique Viana abre as portas do Brasil Paralelo. *Revista Esmeril*, 21 de janeiro de 2020. Disponível em <https://revistaesmeril.com.br/perfil-%E2%94%82-henrique-viana-abre-as-portas-da-brasil-paralelo/>. Acesso em 10 de julho de 2022.

Coaching (BALESTRO, 2021, p. 69). Em entrevista ao *Mises Brasil Podcast*³⁶, da IBM, Valerim ressalta novamente a importância do instituto para a aproximação dos jovens para o pensamento ultraliberal. Segundo ele, os jovens teriam tomado conhecimento do instituto por intermédio de divulgações feitas na faculdade em que estudavam, e com isso participaram de palestras e conheceram alguns trabalhos do economista austríaco, para então se inserir nos círculos que esses grupos mantinham nas redes sociais. Valerim também reforça a proximidade do grupo com Hélio Beltrão, fundador da entidade. Na Brasil Paralelo, Felipe Valerim cumpre função de apresentador das produções, cara pública da empresa para a maioria das ocasiões, além de ser Diretor de Produção da organização.

Há um evento interno realizado para apoiadores da BP após o lançamento de *A Última Cruzada*, em 2017, intitulado “Fórum Brasil: a Última Cruzada”, que se encontra disponível na área de membros. Nele há uma intervenção de Hélio Beltrão onde ele diz que a IMB é um “parceiro oficial” da Brasil Paralelo e reforça o papel que teve a obra de Mises na formação do grupo. Contudo, o mais importante é o alinhamento que demonstra a seguir, ao dizer que na sua época de estudante “não se ensinava história [...] Então, a gente não fala dos nossos heróis, a gente esquece dos nossos heróis, e o Brasil Paralelo tenta resgatar”³⁷. Essa afirmação se mostra muito alinhada com várias divulgações da produtora na sistemática desvalorização do ensino regular, em especial o público, como contava, por exemplo, na página de abertura da antiga plataforma: “Formações para quem busca recuperar o tempo perdido”³⁸.

A Família Bolsonaro desde cedo apoiou a iniciativa. Além de aparecerem na primeira produção, eles ajudaram na divulgação da iniciativa de forma sistemática, como também se utilizaram dos materiais produzidos como ferramenta mobilizadora e legitimadora de seu discurso. No dia 2 de abril de 2018 - poucos dias depois da “comemoração” do Golpe de 1964, Jair Bolsonaro publicava em suas redes sociais instigando aos que o acompanhavam a ver a série documental “Congresso Brasil Paralelo/Raiz do Problema” dizendo que nela eram apresentados “Fatos incontestáveis e impossíveis de tirar do atual momento nacional e

³⁶ Disponível em <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=592>

³⁷ Disponível em <https://plataforma.brasilparalelo.com.br/playlists/forum-brasil-a-ultimacruzada/media/5e80fee6dcb62c38400695dd>. Acesso em 20 de maio de 2022.

³⁸ Núcleo de Formação da Brasil Paralelo. Disponível em: <https://site.brasilparalelo.com.br/nucleo-de-formacao/>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

internacional, algo que propositalmente é ignorado pelo principal meio de comunicação e entretenimento”³⁹.

363 dias depois, no dia em que se marcavam 55 anos do Golpe, a Brasil Paralelo lança “1964: Entre Armas e Livros”. Um ano depois é a vez de Eduardo Bolsonaro publicar em suas redes um vídeo promocional da empresa, cujo conteúdo criticava a lei Rouanet e as políticas de investimento e fomento público para a cultura e convidava pessoas a aderirem voluntariamente ao grupo de assinantes da BP. Na mensagem de descrição da postagem, Eduardo dizia que as produções do grupo porto-alegrense já teriam mostrado ao público “a história do Brasil que a esquerda quis deletar”, o “verdadeiro cenário sobre 1964” e desconstruído o “mito sobre Paulo Freire”⁴⁰.

O que fica claro é que houve entre a família Bolsonaro e a Brasil Paralelo uma relação de mutualismo, onde a família se valeu das produções do grupo como elemento de autoridade, que valida seu discurso e, ao mesmo tempo participou das produções, sendo elemento de também confere autoridade e confiança as narrativas ali estabelecidas.

Em que pese essa relação de mutualismo que cultivaram, a produtora sempre negou sistematicamente um vínculo com o aparato estatal ao longo do governo do ex-presidente, afirmando enfática e repetidamente que não recebe dinheiro público. Em artigo publicado no dia 5 de abril de 2022 na página do grupo, a *Redação* tece os argumentos que acreditam desconectá-los do título de “bolsonarista”⁴¹. Segundo eles, além de não receberem nenhum tipo de financiamento do Governo Federal, nunca houve nenhum tipo de intervenção editorial e que a tentativa de os rotular como *bolsonaristas* vai contra a visão da empresa que é “contrária a qualquer tipo de ideologização política de conteúdo”.

No mesmo sentido da família Bolsonaro, vai a participação de Rodrigo Constantino, não só nas produções do grupo, como também utilizando de seu capital político na mídia para divulgar os filmes para públicos mais amplos, além dos círculos liberais-conservadores. No dia 4 de abril, cinco dias depois do lançamento de *1964*, Constantino publica na *Gazeta do Povo* uma resenha bastante elogiosa do documentário, sintetizando suas principais conclusões e

³⁹ Ver em <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/04/02/jair-bolsonaro-recomenda-documentario-do-brasil-paralelo/>

⁴⁰ Ver em [A Brasil Paralelo já fez filme:... - Eduardo Bolsonaro | Facebook](#)

⁴¹ REDAÇÃO BRASIL PARALELO, A Brasil Paralelo é Bolsonarista? Publicado em **Brasil Paralelo**, 5 de abril de 2022. Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/a-brasil-paralelo-e-bolsonarista>. Acesso em 17 de maio de 2022.

afirmando que “o filme é uma aula de história que foi nos negada por militantes marxistas disfarçados de professores”⁴². Cabe retomar que Constantino é uma peça de importante trânsito no arquipélago de aparelhos privados constituído nos últimos anos no Brasil, tendo atuado durante anos como Presidente do Conselho do Instituto Liberal e sendo membro fundador do Instituto Milenium.

Talvez a influência mais marcante entre esses intelectuais orgânicos seja a de Olavo de Carvalho. Nos ateremos posteriormente ao papel estruturante que as ideias de Carvalho têm para o grupo, contudo, várias são suas influências nas escolhas dos conteúdos e inclusive na forma de estruturação da plataforma. Flavio Morgenstern, colunista do Instituto Liberal e dono de uma plataforma de cursos denominada *Senso Incomum*, foi aluno do assim chamado *guru*. Ele aparece nos três principais trabalhos do grupo gaúcho com centralidade (*Congresso Brasil Paralelo, 1964 e Brasil e A Última Cruzada*).

O próprio Carvalho apareceu em muitas passagens, entre vídeos, entrevistas e recortes para séries documentais. Ele teria sido importante para a formação da concepção da Brasil Paralelo como um APH *intelectual orgânico*, orientando seus fundadores a permanecerem atentos ao senso militante, ou seja, a evitar um possível diletantismo e focar na disseminação de um projeto societal, no qual eles cumpririam um papel.

No dia 28 de setembro de 2022, às vésperas do primeiro turno das eleições brasileiras, abre-se uma crise pública na Brasil Paralelo que nos ajuda a compreender a relação da produtora com o bolsonarismo como fenômeno político amplo. Nesse dia, vários meios da mídia tradicional noticiam⁴³ um jantar feito pela coordenação de campanha da chapa candidata à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, com o grupo de empresários denominado Esfera Brasil. Grupo do qual participam empresários que já se declararam muitas vezes pró-Bolsonaro, como Flávio Rocha (dono da Riachuelo), Roberto Justus e os sócios da BP, que participaram presencialmente do evento.

Desde a publicização, pode-se acompanhar uma série de apoiadores da empresa tecendo fortes críticas ao encontro com o presidenciável, que era a antítese política de tudo que o grupo se pretendia representar. A crítica se sustentava no argumento de que os empresários estariam buscando uma aproximação com o petista, visando supostamente uma realocização editorial

⁴² CONSTANTINO, Rodrigo. Filme do Brasil Paralelo sobre 1964 é uma aula de história que nos foi negada. **Gazeta do Povo**, 4 de abril de 2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/filme-brasil-paralelo-sobre-1964-e-aula-de-historia-que-nos-foi-negada/>. Acesso em 18 de maio de 2022.

⁴³ REDAÇÃO UOL. Brasil Paralelo justifica a ida a jantar com Lula: “Aprendemos um pouco”. Publicado em **Portal UOL**, 28 de setembro de 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/28/brasil-paralelo-ida-jantar-lula-aprender-como-mente.htm>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

após a eleição do presidencialiável. Josias Teófilo - cineasta autor do documentário sobre Olavo de Carvalho *O Jardim das Aflições* – foi um dos que teceu fortes críticas ao grupo em sua página na rede social Twitter⁴⁴, exigindo a retirada do ar de todas as séries documentais do grupo que continham trechos de suas produções sem a sua autorização⁴⁵, além de impulsionar um movimento de cancelamento das assinaturas dos membros da BP.

Frente à crise, a produtora realizou uma transmissão ao vivo através de seu canal no Youtube com a presença dos três sócios fundadores. A live foi aberta por Lucas Ferrugem localizando a opinião dos sócios quanto a Lula, segundo eles: um presidiário “condenado pelo maior escândalo de corrupção da história desse país”, que impulsionou o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a ditaduras na América Latina. Ainda nos primeiros minutos do vídeo eles afirmam que a história da empresa é a de combater o comunismo, que são “anticomunistas até o fim” e que vão “sempre escolher a alternativa menos comunista” e defender os ideais do grupo da “busca da verdade, da liberdade e do respeito a tradição”⁴⁶. Mais à frente na transmissão Henrique Vianna diz que a vitória “desse cara que é um ex-presidiário seria talvez o maior desastre político do mundo hoje”.

O argumento dos sócios para descaracterizar o evento enquanto um sinal de apoio ao candidato é de que se tratava de uma palestra aos convidados do grupo empresarial e que eles participaram da ocasião em busca de coletar informações a partir de uma localização privilegiada, o que capacitaria a aferição de determinadas visões que as futuras produções da empresa viriam a divulgar. Segundo eles, por exemplo, foi possível identificar onde Lula mente ou desvia de temas polêmicos, além de desmascarar parte do grande empresariado brasileiro que prestou apoio ao candidato. Ainda segundo os sócios, o grupo empresarial já havia realizado encontros com outros políticos como o próprio Jair Bolsonaro, Valdemar da Costa Netto e Paulo Guedes.

⁴⁴ TEÓFILO, Josias (josiasteofilo). Jantar com um candidato específico (ainda pior um criminoso condenado) à beira da eleição é uma aproximação sim. 28 de setembro de 2022, 13h35. Tweet disponível em <https://twitter.com/josiasteofilo/status/1575162318576504835?t=F5PwcCRRgYqslDuXQ8N7Mw&s=19>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

⁴⁵ COSTA, Cristyan. Josias Teófilo desautoriza Brasil Paralelo a usar conteúdos produzidos por ele. **Revista Oeste**, 28 de setembro de 2022. Publicado em Revista Oeste, 28 de setembro de 2022. Disponível em <https://revistaoste.com/brasil/josias-teofilo-desautoriza-brasil-paralelo-a-usar-conteudos-produzidos-por-ele/>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

⁴⁶ O live em questão foi excluída do canal da BP em virtude da investida do TSE contra a publicação de materiais eleitorais. No vídeo endereçado aqui, em entrevista a programa da Jovem Pan, há um resumo dos argumentos apresentados na live. Brasil Paralelo esclarece “jantar” com Lula. **Jovem Pan**, 28 de setembro de 2022. Disponível em https://youtu.be/_ZAk8P-24nU. Acesso em 19 de outubro de 2022.

A produtora já vinha realizando o lançamento de episódios da série O Teatro das Tesouras⁴⁷, sobre os cenários para a eleição de 2022, assim como fez em 2018, tecendo uma leitura bastante alinhada ao programa da candidatura de Jair Bolsonaro. Contudo, após a crise do encontro do grupo Esfera Brasil podemos perceber uma mudança de forma na linha editorial do grupo, tornando mais explícito o alinhamento com o bolsonarismo. Para ficarmos apenas em uma análise quantitativa do canal do Youtube da produtora, desde a publicação da live 47 vídeos foram postados. Desses, 25 falam diretamente de temas ligados à eleição, avaliação dos governos petistas ou o papel cumprido pelo governo Bolsonaro. Se analisarmos com o mesmo critério, os 47 vídeos que precedem a transmissão de “A Brasil Paralelo ‘jantou’ com o Lula”, apenas 7 vídeos falam diretamente sobre temas que dizem respeito às eleições de 2022 ou ao passado político recente do país⁴⁸.

No mesmo sentido vai a priorização do conteúdo no site da produtora, que colocou matérias sobre Bolsonaro, sobre alegações de tentativas de censura da produtora pelo PT através do TSE, além do destaque para uma série da Investigação Paralela, ainda por estrear, intitulada “Quem mandou matar Jair Bolsonaro”. O caso de atentado contra o presidente tem alimentado teorias da conspiração desde o ocorrido nas eleições de 2018. Muitas vezes, a família Bolsonaro utilizou esse mote que nomeia a produção em contraposição à exigência de organizações políticas diversas que buscavam respostas ao assassinato ainda não resolvido da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL)⁴⁹.

No dia 17 de outubro o corregedor-geral do TSE, Benedito Gonçalves, determinou uma série de ações contra apoiadores de Bolsonaro por campanha irregular, o que incluía um pedido de manifestação do filho do presidente, Carlos Bolsonaro, por disseminação de fake news. No

⁴⁷ O Teatro das Tesouras é uma alusão a visão da hegemonia cultural marxista consolidada no cenário político brasileiro através da falta antítese entre PSDB e PT, que segundo a produtora teria ficado clara a partir da incorporação de Alckmin como vice na chapa de Lula. A alegoria vem de Olavo de Carvalho que teria assim sistematizado o tema em um artigo em O Globo: “*A articulação dos dois socialismos era chamada por Stalin de “estratégia das tesouras”: consiste em fazer com que a ala aparentemente inofensiva do movimento apareça como única alternativa à revolução marxista, ocupando o espaço da direita de modo que esta, picotada entre duas lâminas, acabe por desaparecer. A oposição tradicional de direita e esquerda é então substituída pela divisão interna da esquerda, de modo que a completa homogeneização socialista da opinião pública é obtida sem nenhuma ruptura aparente da normalidade. A discussão da esquerda com a própria esquerda, sendo a única que resta, torna-se um simulacro verossímil da competição democrática e é exibida como prova de que tudo está na mais perfeita ordem*”.

Sobre o tema ver REDAÇÃO BRASIL PARALELO. O Teatro das Tesouras – A política brasileira nua e crua. Publicado em **Brasil Paralelo**, 22 de setembro de 2022. Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/teatro-das-tesouras>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

⁴⁸ BRASIL PARALELO. Vídeos. Disponível em <https://www.youtube.com/c/BrasilParaleloOficial/videos>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

⁴⁹ BOLSONARO, Eduardo (BolsonaroSP). QUEM MANDOU MATAR JAIR BOLSONARO. 25 de janeiro de 2019, 10h26min. Disponível em <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1088775144351387649>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

mesmo despacho ele determina a desmonetização de canais no Youtube responsáveis por fazer propaganda pró-Bolsonaro até dia 31 de outubro. Os canais são *Foco do Brasil* e *Folha Política* – que já foram alvos de inquérito no Supremo Tribunal Federal por desinformação e atos antidemocráticos – além de *Dr. News* e da *Brasil Paralelo*⁵⁰.

Todos os canais foram proibidos também de veicular materiais com impulsionamentos envolvendo os candidatos à presidência e temas ligados às eleições do dia 30 de outubro, sob pena de multa de R\$ 50 mil. A *Brasil Paralelo* em especial, recebeu uma punição mais severa, com a determinação do adiamento do documentário “Quem mandou matar Jair Bolsonaro?” – que estava previsto para o dia 25 de outubro – para após o segundo turno. No despacho de Gonçalves ele argumenta:

Não se trata, no ponto, de jornais que legitimamente ostentam preferências políticas e que naturalmente se inclinam, em sua leitura crítica dos fatos, a uma determinada corrente. O fenômeno referido tem estreita relação com a produção de notícias falsas orientadas a apresentar uma visão ideológica como se fosse verdade factual. O empreendimento comercial, nesses casos, fica em segundo plano, tornando-se prioritária a possibilidade de influenciar nas escolhas políticas e eleitorais dos cidadãos, inclusive por estímulo à radicalização⁵¹.

O que podemos concluir com essas relações é que há uma simbiose entre esses setores políticos que se agruparam em torno do bolsonarismo e a *Brasil Paralelo*. De fato, não temos indícios de que haja qualquer tipo de financiamento governamental às produções do grupo. Contudo, o papel que a produtora cumpriu na ascensão política do bolsonarismo desde sua fundação fez com que a sua própria existência esteja profundamente vinculada ao bolsonarismo. Isso se dá de tal modo que uma suposta sinalização mínima de afastamento - ou aproximação com Lula, como parte de seus antigos aliados especularam - gerasse uma resposta contundente da empresa e inclusive uma adequação em sua linha editorial de curto prazo, sob o risco de afetar a sua credibilidade com seu público-alvo, gerando assim perdas financeiras.

Para dissipar as desconfiças de uma eventual aproximação a Lula, a *Brasil Paralelo* opera um alinhamento ainda mais taxativo com a campanha Bolsonaro, investindo vultuosos volumes de dinheiro em propagandas na Internet e na produção da referida série documental.

⁵⁰ NETTO, Paulo Roberto. TSE desmonetiza *Brasil Paralelo* e intima Carlos Bolsonaro por fake news. *UOL*, 18 de outubro de 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/18/tse-desmonetiza-brasil-paralelo-e-intima-carlos-bolsonaro-por-fake-news.htm>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

⁵¹ GONÇALVES, Benedito. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601522-38.2022.6.00.0000 (PJe). Corregedora-geral da Justiça eleitoral, 18 de agosto de 2022. Disponível em <https://consultaunificadapje.tse.jus.br/consulta-publica-unificada/documento?extensaoArquivo=text/html&path=tse/2022/10/18/15/59/46/f21fe948e12dea0b8cd952d26da852e7652a7ee6a6ef33235102d585751068f5>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

Dessa forma, nosso estudo caminha na mesma direção do recente trabalho publicado pela historiadora Mayara Balestro (2021), localizando uma unidade dialética entre os diversos aparelhos privados de hegemonia, que transpassa a Brasil Paralelo.

Como vimos, vários intelectuais orgânicos formados durante anos por esses institutos servem como pedra angular do trabalho da produtora, prestando sua autoridade, seja em mídias sociais, em jornais de grande circulação e mesmo nas narrativas das produções originais do grupo. Balestro localiza intelectuais que seriam “membros permanentes” e “membros convidados” nas produções da Brasil Paralelo, tais como

Olavo de Carvalho (padrinho, mentor), Hélio Beltrão Filho, Alexandre Borges, Rafael Nogueira, Percival Puggina, Flávio Morgenstern, Thomas Giulliano, Phillipe de Orleans e Bragança, Adriano Gianturco, Ícaro de Carvalho, Marcus Boeira, Rodrigo Gurgel, Rodrigo Constantino, Flávio Gordon, Guilherme Macalossi e Leandro Ruschel.

Esses intelectuais também compõem os grupos dirigentes ou participam como articulistas de vários outros aparelhos de ação política e ideológica tais como: Instituto Liberal, Instituto Von Mises Brasil, Instituto Millenium e o Instituto Borborema e meios de comunicação da “grande imprensa”, por exemplo, o jornal o Globo, Folha de São Paulo, Gazeta do Povo e blogs, tal como, o Senso Incomum e blogs pessoais de cada membro. O grupo de (membros convidados) já participaram: Luiz Felipe Pondé, Lucas Berlanza, Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Leandro Narloch, Jorge Caldeira, Felipe Moura Brasil, Gilmar Mendes, Lobão, Fernando Holiday, Hélio Bicudo, Janaína Paschoal, William Waack e outros. Somando-se um quadro de 150 convidados desde o período da fundação do Brasil Paralelo [até 2019] (2021, p. 84).

Sem a formação de um grande grupo de formadores de opinião, oriundos dessas organizações precedentes, que angariaram espaço nas mídias sociais e nos jornais de larga circulação, não seria possível a estruturação do projeto audiovisual aqui estudado. Isso significa que a Brasil Paralelo, se vale de toda uma estrutura de formação de quadros que envolveu importante soma de dinheiro, dedicação militante e ação política concreta. Não significa que há um investimento financeiro direto de entes externos na produtora, mas que ela se vale desse arsenal criado por outras organizações para além dela, que comungam de um mesmo projeto em sentido amplo e estratégico.

Dessa forma, compreendemos a Brasil Paralelo como parte de um projeto hegemônico no qual se conecta uma série de outras organizações, que têm distintas nuances de concepção e de tática, mas no fundamental caminharam nos últimos anos com estratégia comum, ligados por um amalgama liberal-conservador. Esse por sua vez teria como pilar na produtora o discurso conspiracionista e negacionista radical do olavismo, combinado com a ideologia do libertarianismo conservador e empreendedorista de personagens como Hélio Beltrão, tema que descreveremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

Esse projeto deveria não ser só disputado por dentro do Estado, em seu sentido restrito, mas também disseminado amplamente em sentido teórico, político e histórico. Isso quer dizer, forjar e disseminar uma visão de mundo que conecte uma visão ética, e uma compreensão dos principais elementos da nossa história, que por sua vez coordene uma localização sobre as tarefas políticas do tempo presente. Essa é a localização da Brasil Paralelo na complexa teia de entidades, afinal, como diz Edmundo Fernandes Dias, em sua interessante leitura de Gramsci: “Todo e qualquer movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode se apresentar como projeto (DIAS, 1996, p. 18)”. É da necessidade concreta de forjar uma concepção de mundo a partir uma interpretação do passado para orientar a ação política futura, que se organiza o revisionismo – pretensamente imparcial - das produções da Brasil Paralelo.

2 O OLAVISMO E OS PILARES DO ANTICOMUNISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Na primeira parte do presente estudo expusemos o desenvolvimento da teia das instituições, estruturas e aparelhos que se articulam com a Brasil Paralelo em um sistema simbiótico, tornando possível a edificação do empreendimento empresarial que é objetivo de estudo desse trabalho.

No entanto, há uma outra dimensão fundamental para o entendimento da produtora. Esta é do campo da ideologia, dos sistemas de crenças e de sua formação. A Brasil Paralelo, como um APH que tem como função a produção de peças ideológicas orientadas a determinado fim político se sustenta a partir de uma série de pressupostos construídos e reavivados em décadas de luta política entre as classes e as suas frações. Essas lutas têm uma série de conexões com a conjuntura política internacional, como também carregam particularidades nacionais marcantes e distintivas.

Em nossa visão, a interpretação a fundo dessas ideias que estruturam determinada visão de mundo não pode ser secundarizada frente a necessidade de compreender as relações econômicas e sociais expostas no capítulo anterior. Retornando a um escrito dos *Cadernos* de Antonio Gramsci vemos a seguinte passagem:

§ 21. *Validade das ideologias*. Recordar a frequente afirmação de Marx sobre a “solidez das crenças populares” como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: “quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares”, etc. outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante, e que é muito significativa. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.

A análise de Gramsci, que remete à Marx, busca equalizar de forma dialética o papel das ideologias na estruturação dos sistemas de dominação. Para o marxista sardo, as ideologias operariam quase como “força material” quando adquirem capilaridade em amplos setores sociais, ou seja, se tornam instrumento fundamental pelo qual se justificam política e teoricamente os projetos hegemônicos.

Dessa forma, faz-se necessário aprofundar nosso conhecimento acerca das estruturas ideológicas e narrativas formadas pela direita brasileira nos últimos anos, que ocupam as telas nas produções da Brasil Paralelo, e que ganharam larga dimensão *pari passu* com a ascensão da extrema direita no país. É intrigante, para dizer o mínimo, que após quase seis décadas da

instauração da ditadura militar brasileira vejamos manifestações públicas com números significativos de participação, nas quais aparecem cartazes com dizeres pedindo por intervenção militar, exigência de eliminação de opositores - inclusive do campo da direita - e o retorno do AI-5⁵². Mais intrigante ainda é que essas ideias tiveram como articulador um sujeito esotérico, autointitulado filósofo, tal qual Olavo de Carvalho.

Como buscaremos demonstrar, em nossa opinião o que vemos hoje no Brasil é uma reutilização de vários argumentos comuns na história do anticomunismo em nosso país, sendo relativamente modificados para melhor se enquadrar à realidade social presente.

O denso trabalho sobre o tema do anticomunismo no Brasil, do professor Rodrigo Patto Sá Motta, *Em Guarda contra o Perigo Vermelho* (2020) demonstra cabalmente a utilização do anticomunismo como instrumento de mobilização e coesão de forças políticas e estratos sociais diversos em contextos de crises para conter o avanço dos grupos de esquerda. O trabalho do pesquisador aponta que após o “sucesso da mobilização que provocou a derrubada do governo Goulart e a subsequente onda de perseguição das esquerdas” (2020, p. 207) o anticomunismo teria arrefecido no país. Sua conclusão, na virada do século, é que seria “difícil imaginar o retorno à radicalização anterior, em grande medida derivada do alinhamento contrário ou simpático à experiência soviética. Agora, às vésperas do século XXI, o embate comunismo *versus* anticomunismo está, em essência, superado” (2020, p. 305). O próprio autor revê sua posição a luz do desenvolvimento da luta social no país, no seu posfácio à edição de 2020 do livro, chamando atenção para a resiliência e a presença central do anticomunismo (agora transmutado em antipetismo) nos embates fundamentais brasileiros.

Esse embate adquire características novas no tempo presente, na medida em que assume uma estrutura mitificada e *palingenética*⁵³, ou seja, defende a necessidade de ressuscitar um glorioso tempo no passado – a ditadura militar – de forma a superar a crise, o declínio e a degeneração da sociedade presente. Essa estratégia também foi utilizada por outros grupos extremistas que adquiriram caráter de massas, como é o caso do “Make America Great Again”, capitaneado eleitoralmente por Donald Trump (TEITELBAUM, 2020, p. 109). No Brasil, esse *mito palingenético* é constituído, em suas principais características no processo da chamada

⁵² FOLHAPRESS. Protestos Pró-governo em 15 de março de 2020. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1661240212994236-protostos-pro-governo-no-dia-15-3>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

⁵³ O termo vem do pesquisador Roger Griffin, que nos estudos sobre fascismo aponta para a utilização frequente de simbolismos que remetem às glórias do Império Romano, de César e do Segundo Reich de Bismark como traço constitutivo desses movimentos. Ver Griffin, Roger. **The nature of fascism**. London, Routledge, 1993.

abertura do regime ditatorial e no modo pelo qual se consolidou a concertação que edificou a Nova República.

Como buscaremos demonstrar adiante, a “linha dura” do regime ditatorial conseguiu manter aceso o seu projeto político de longo prazo, a construção do que alguns autores chamam de “República Patriótica Militar”, ou seja, um regime de tutela permanente, como vemos no trecho do general Sylvio Frota:

as revoluções não marcam limites no tempo. Elas, dentro da doutrina que esposaram e vêm difundir, elaboram e impõem as leis que vigorarão na nova ordem. Semeiam seus princípios, especialmente na juventude, visando a dar-lhes raízes para sustentá-la até longínquo futuro. Por conseguinte, não têm prazos e somente se exaurem com a integral concretização de seus objetivos (apud SILVA, 2020, p. 48).

O ex-ministro do Exército advogava uma visão de projeto militar diferente daquela que via a incursão dos militares na administração do Brasil como um período passageiro de participação na vida política do país. Para ele, a presença permanente dos militares na definição dos rumos da nação seria o garantidor da ordem política contra a infiltração comunista no Estado.

Faz-se necessário ainda uma avaliação de folego sobre o papel de Olavo de Carvalho para a nova direita brasileira. Alguns trabalhos de pesquisadores importantes se dedicaram ao tema no último período e publicaram artigos na imprensa e em portais alternativos de modo a instigar estudos sobre o tema (BIANCHI, MUSSI, 2020; CALIL, 2020). Contudo, o trabalho de referência sobre Olavo no Brasil segue sendo o estudo de Lucas Patschiki (2012), publicado há mais de uma década, antes da ascensão da nova direita e quando Carvalho ainda era um publicista que tinha algum espaço em grandes meios, mas suas ideias ainda pouco ecoavam na sociedade.

Fato é que, enquanto publicava a trilogia de livros que sistematiza seus principais argumentos⁵⁴ Olavo de Carvalho ainda era um polemista marginal que debatia temas que “inspiravam o desprezo dos universitários e pareciam distantes das preocupações do grande público” (CALIL, 2020). A afirmação de Emir Sader “Olavo de Carvalho não existe” ilustraria esse momento. A publicação da trilogia de Carvalho funciona como *aggiornamento* dos principais elementos ideológicos dos setores mais radicais da direita brasileira, que não se via satisfeita com os rumos da nova república e não se via inserida na partilha do poder político nacional.

⁵⁴ São elas *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (1994), *O Jardim das Aflições: De Epicuro a ressuscitação de César, ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (1995), *O Imbecil Coletivo: Atualidades inculturais brasileiras* (1996).

Além disso, a forma que Carvalho organizou sua luta intelectual também visava se apresentar como novidade e ter um efeito disruptivo, de forma a ocupar um novo flanco de batalha: o flanco da cultura. Esse flanco, segundo Carvalho, teria sido tomado pela esquerda nos anos 1980, desde as universidades, até as redações de jornais e revistas, ou seja, toda a estrutura de formação educacional e da opinião pública. Ele defende que teria começado um processo, no qual cumpriu um papel importante de reequilibrar o debate cultural, totalmente tomado pela esquerda (CARVALHO, 2020)⁵⁵. É interessante que Carvalho se utilize de diversas estratégias de comunicação que podem ser enquadradas vulgarmente como uma estratégia de “guerra de posição”, tal qual descreve Gramsci, que foram fundamentais para produzir uma “revolução cultural da direita” (CALIL, 2020).

A Brasil Paralelo é fruto direto desse processo de *revolução cultural*, tendo Olavo de Carvalho como um formador importantíssimo do grupo. Henrique Vianna teria dito em uma palestra que o autor teria chamado atenção ao tema da militância ao grupo:

Só que daí a gente teve uma conversa com o professor Olavo. Nós estávamos indo total para essa coisa de vender o produto e ele falou assim: “Não, não, não, só um pouquinho! É importantíssimo, vocês não podem esquecer a questão da militância. Vocês estão cumprindo um papel para o país, vocês estão prestando um serviço para a causa. Então, não percam isso”.⁵⁶

Como vemos o papel de Carvalho não foi apenas um norteador ideológico, mas até mesmo no modelo de negócio da companhia, buscando que ela permanecesse com conteúdos gratuitos com ampla veiculação, de forma a amplificar os valores de sua *causa* compartilhada.

Por fim, cabe frisar que nosso esforço de estudo não visa de forma alguma (e nem seria possível) compreender esses atores sociais como intérpretes sociais, produtores de interpretações plausíveis da realidade. Trabalharemos no mesmo sentido que defendeu Patschiki (2012), ou seja, buscaremos “explicitar para nosso leitor estes referenciais entendendo que a distorção analítica calculada do real praticada por eles cumpre uma função social e política”, que visa a universalização dessas ideias particulares para todo o corpo social. Como buscaremos desenvolver ao longo do trabalho, essa distorção produz uma visão de

⁵⁵ CARVALHO, Olavo. Porque a direita só se furanha. **Youtube**, publicado em 29 de dezembro de 2020. Disponível em

https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=3WN1Lq6uBB8&ab_channel=OlavodeCarvalho. Acesso 17 de agosto de 2023.

⁵⁶ PARLATÓRIO LIVRE. Jornalismo e liberdade – Henrique Viana. **Youtube**, 16 de outubro de 2017. Disponível em

https://www.youtube.com/watch?v=6BF83wbervI&t=875s&ab_channel=Parlat%C3%B3rioLivre. Acesso em 17 de agosto de 2023.

mundo que se utiliza de elementos próprios do conhecimento histórico para a produção de uma visão de mundo e de um projeto de poder conservador.

2.1 NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA NO SÉCULO XX

A afinidade política entre o conservadorismo e o liberalismo é uma construção social que se desenvolveu especialmente nas últimas décadas de forma muito estreita. Como demonstraremos, a edificação do neoliberalismo foi momento fundamental na radicalização antidemocrática dessa da ideologia liberal.

Segundo o trabalho dos pesquisadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval a “tensão entre dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou” (2016, p. 38). Há, segundo os autores, uma querela que envolve a questão do direito de propriedade desde o fim do século XVIII, sendo que de um lado estavam aqueles que defendiam ele como natural e irrestringível, e de outro, aqueles que acreditavam que ele teria utilidade relativa, mediada pelas necessidades do bem comum.

Nesse sentido, a doutrina estabelecida por Herbert Spencer no século XIX é a marca de uma contraofensiva individualista, que busca justificar as desigualdades sociais por diferenças naturais e caracteriza como “socialistas” todos aqueles que não absolutizam a propriedade privada frente ao bem-estar social. Para ele, as incursões legislativas do Estado contra a exploração do trabalho feminino e infantil, a vacinação obrigatória e o auxílio a determinados setores da economia seriam somente “ingerências” e “restrições” que “querem fazer o bem diretamente organizando a cooperação de maneira coercitiva” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 46).

Muito influenciado pelas elaborações de Thomas Malthus, o spencerianismo defende que a “lei natural” da humanidade destrua os componentes mais fracos da sociedade em seu processo de evolução. Mais tarde, como uma resposta ao impulso reformador capitaneado por John Maynard Keynes e John Dewey, o neoliberalismo se formaria trazendo novamente uma série de elaborações do evolucionismo de Spencer.

A emergência do que conhecemos hoje como neoliberalismo - de forma genérica e já bastante plástica – data do Colóquio Walter Lippmann, realizado em 1938, em Paris. Concebido como uma sociedade internacional para a renovação do pensamento liberal, o colóquio foi a

primeira iniciativa de criação de um organismo desse tipo, tendo reunido para isso uma série de intelectuais de renome. Essa iniciativa foi paralisada pela emergência da guerra e retomada com o lançamento da já bastante estudada Sociedade de Mont-Pèlerin, em 1947. A partir daí, o trabalho ideológico para a refundação intelectual neoliberal coloca como pilar de seu argumento questão da concorrência irrestrita das instituições privadas como melhor método de funcionamento para o desenvolvimento social.

Ainda que fossem minoritárias as teses dos “neoaustriacos” no Colóquio Walter Lippmann, ali já começaram a se desenhar as divergências entre as vertentes do liberalismo. Ludwig von Mises e Friedrich Hayek expressavam uma posição categórica contra o coletivismo e o totalitarismo (fascista ou comunista) além de se enfrentarem com os programas sociais promovidos pelo governo de Frente Popular na França. Para esses autores a intervenção política do Estado na vida privada é um “processo cumulativo” que levaria inexoravelmente à planificação total e à um regime repressivo. Assim, do ponto de vista desses intelectuais, seria um equívoco pautar o debate nos termos de uma crise do liberalismo tal qual faziam alguns revisionistas, uma vez que a crise seria fruto do intervencionismo e não da ideologia liberal (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 77).

Para os autores austriacos, aos quais se une também o estadunidense Milton Friedman, o processo econômico “tende ao equilíbrio” quando livre de perturbações intervencionistas. Essa lógica tendeu a uma elaboração sobre o papel da concorrência na sociedade e a construção do ideal do homem empreendedor como formação natural e, fundamentalmente, absoluta da vida social. Contudo, é importante destacar que a renovação proposta pelos pensadores neoliberais encontra sua força precisamente no modo como propõe a intervenção estatal e não simplesmente em sua negação. No livro-manifesto *O Caminho da Servidão*, Hayek apresenta da seguinte forma a questão:

A imprevisibilidade dos efeitos concretos, que é a característica distintiva das leis formais de um sistema liberal, reveste-se também de importância porque contribui para desfazer outro equívoco acerca da natureza desse sistema: a ideia de que sua atitude característica é a inação do Estado. A dicotomia entre a intervenção ou a não intervenção do Estado é inteiramente falsa, e o termo *laissez-faire* é uma definição bastante ambígua e ilusória dos princípios em que se baseia uma política liberal. Está claro que todo o Estado tem de agir, e toda ação do Estado implica intervir nisto ou naquilo. Mas não é isso que vem ao caso. O importante é saber se o indivíduo pode prever a ação do Estado e utilizar esse conhecimento como um dado na elaboração de seus planos particulares - o que significa que o Estado não pode controlar a forma como seu mecanismo é empregado e que o indivíduo sabe exatamente até que ponto será protegido contra a interferência alheia - ou se o Estado está em condições de frustrar os esforços individuais (HAYEK, 1990, pp. 103-104).

Como podemos ver, o que Hayek defende, apresentando a necessidade imperativa de previsibilidade das normas estatais é, acima de tudo, uma normatização sobre o melhor funcionamento para que a concorrência possa ocorrer, ao passo que haja uma irrestrita liberdade à propriedade privada. Ou seja, Hayek não defende, como os anarcocapitalistas, uma concepção libertária de inexistência de qualquer função estabelecida pelo liberalismo clássico como dever do Estado, como por exemplo as forças de repressão. Para o austríaco o central é o modo como o Estado deve organizar a coerção contra aqueles elementos que porventura restrinjam o livre desenvolvimento da iniciativa privada.

Essa elaboração de Hayek se desenvolve para concepções sobre os tipos de regimes políticos e o papel da democracia. Na medida em que o Estado não é mais um instrumento para a construção do “bem comum”, e sim um instrumento que deve especialmente garantir a concorrência, o pensamento dessa corrente é profundamente marcado por uma relativização da democracia. Hayek chega ao ponto de evitar usar o termo, optando pela “demarquia”, um regime sensivelmente mais restritivo, em que apenas homens de 45 anos ou mais poderiam ser eleitos por mandatos de quinze anos, por homens da mesma idade.

Nesses termos, a conhecida entrevista elogiosa de Hayek à ditadura chilena é a síntese que mais expressa a melhor forma coabitação entre neoliberalismo e regimes repressivos. Ele diz: “Minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo” (HAYEK apud DARDOT, LAVAL, 2016 pp. 182-184). Ou seja, para Hayek, os elementos garantidores da livre iniciativa devem estar alheios as definições da vontade coletiva de tal modo que é preferível uma ditadura, do que um regime pretensamente permissivo, que possibilite restrições à propriedade privada. O direito privado é aqui a condição primeira, da qual devem decorrer todas as outras. Por isso, para ele, a oposição não estaria entre democracia e ditadura, mas entre liberalismo e totalitarismo. Nesse cenário, o liberalismo deveria prevalecer frente a qualquer democracia irrestrita que caminhe para uma ditadura da maioria que oprima a propriedade.

Essas ideias se combinavam com uma militância ativa dos intelectuais neoliberais, que visavam propagar para os mais amplos setores da população a sua ideologia. Em que pese a atribuição naturalista de seus dogmas, para os neoliberais austríacos e estadunidenses, esse conhecimento não seria naturalmente apreendido, sendo necessária a intervenção política pública contra o totalitarismo e a favor da liberdade. É especialmente conhecida a iniciativa de Friedman de habitar permanentemente os espaços de divulgação de massas na imprensa,

especialmente pelos meios televisivos, onde manteve um programa nos anos 1980, “Free to Choose”.

2.2 APONTAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DAS FORMAS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL

Qualquer exame histórico básico deixa claro que o anticomunismo não é uma corrente exclusivamente oriunda do pensamento liberal. Segundo Patto Sá Motta (2020, p. 39), seria mais preciso falar em “anticomunismos”, destacando que sempre houve mais diferenças de projeto do que aproximações resolutas entre as vertentes identificadas com o combate ao comunismo. No entanto, é esse elemento, o rechaço às correntes de esquerda, que em determinadas conjunturas dá coesão e unifica os diferentes tipos de anticomunismo em uma frente de ação comum.

Aqui queremos frisar que, apesar de a esquerda também ser heterogênea e não haver só comunistas que se identifiquem dentro desse espectro, o anticomunismo, como fenômeno político, tendeu a generalizar a sua oposição ao conjunto das correntes de esquerda sob essa bandeira, trabalhando ideologicamente com a confusão entre as diferenças táticas e as estratégicas da esquerda. Daí decorre a generalização que, no guarda-chuva do *marxismo cultural*, acoberta as mais diversas vertentes e ideologias partidárias, muitas delas já bastante distantes da esquerda.

A fusão entre determinado tipo de liberalismo e os pensamentos conservadores anticomunistas foi um traço ideológico marcante na realidade nacional. Cabe, portanto, uma breve análise sobre os embates históricos que tornaram possível essa unidade resoluta entre liberalismo e conservadorismo, contra o comunismo.

2.2.1 Brasil: 1935 – 1964

O anticomunismo no Brasil surge como expressão política à luz do desenvolvimento do Partido Comunista na década de 1930, como uma resposta a insegurança gerada pelo *perigo comunista*. É a partir da assim chamada *Intentona Comunista*, ocorrida entre os dias 23 e 27 de

novembro de 1935, que as lideranças conservadoras começaram a transformar insatisfações desafinadas em um coro político unificado para conter o avanço comunista.

O Levante de 1935 causou forte impacto, na medida em que visava a tomada armada do poder no país. A ação, orquestrada a partir de diretivas da Komintern teria gerado grande preocupações aos grupos conservadores, atemorizados, por um lado, pela incidência dos comunistas nas Forças Armadas e, por outro, pela suposta ação estrangeira em solo nacional. Essa visão de que o comunismo se configurava como um movimento exógeno, estrangeiro, externo ao *corpo nacional* e contrário aos interesses do país acompanhou fortemente a narrativa anticomunista no país.

É com a *Intentona* que há a construção de um imaginário anticomunista original no país, na medida em que foi profundamente explorada e ritualizada por setores civis e, especialmente, pelas Forças Militares, que até hoje realizam comemorações a vitória do Exército contra os revoltosos. As forças armadas seriam mais receptivas ao anticomunismo por diversos motivos, dentre eles o fato de serem supostamente os defensores da integridade nacional em um contexto em que uma entidade externa estaria se infiltrando no território nacional, comprometendo sua integridade e o *status quo*. E o Levante, dessa perspectiva, representava tudo aquilo que os militares execravam: a afronta à ordem cometida por membros das próprias forças, uma traição à nação. As comemorações militares estabelecidas a partir de 1936 serviram, portanto, “para socializar os jovens membros da corporação, integrando-os aos valores anticomunistas e garantindo, assim, sua reprodução ao longo do tempo” (MOTTA, 2020, pp. 63-64).

A situação adquiriu proporções maiores com a publicização do Plano Cohen, em 1937, o que justifica uma onda de repressão aos movimentos comunistas e marca o início da ditadura do Estado Novo. O Plano fora, na verdade, uma falsificação grosseira que serviu como justificativa política para a repressão aos comunistas durante o regime varguista. Apresentado fartamente na imprensa como um complô comunista que teria sido descoberto pela cúpula do Exército, sua elaboração na verdade foi fruto da invenção do então capitão Olympio Mourão Filho, membro do serviço de informações da Ação Integralista Brasileira (AIB), que teria recebido a tarefa do líder do partido, Plínio Salgado (ROCHA, 2021, p. 273). O nome Cohen seria a transliteração hebraica que buscava referenciar ao mesmo tempo o revolucionário húngaro Bela Kun – dirigente de uma breve revolução socialista em seu país e de um levante fracassado na Alemanha, anos depois – e uma suposta conspiração “judaica internacional” (MOTTA, 2020, p. 82).

É apenas partir dos anos 1950 que os EUA começam a desenvolver com centralidade uma política de combate ao comunismo na América Latina, trabalhando sistematicamente sobre grupos políticos que as forças estadunidenses julgavam como suscetíveis à sua campanha ideológica⁵⁷. A propaganda introduzida nesse período centrava esforços em alertar a população contra o ascenso do comunismo no mundo e as suas ligações com o Brasil. A Revolução Chinesa, de 1949, e a Revolução Cubana, uma década depois, marcam profundamente esse período. A reação anticomunista a esses acontecimentos buscou agitar o medo de uma revolução no Brasil, fruto de um plano unificado, que partia da URSS, para a dominação global.

Desse ponto de vista, a narrativa anticomunista – que não se comprovou após décadas de estudos sobre o tema – propagandeava que no Brasil, a aliança política entre o governo de João Goulart nos anos 1960 e o PCB abriria as portas para o processo do assalto ao poder pelos comunistas. Já em 1961, período no qual a esquerda ganhava terreno, as forças conservadoras denunciavam o governo Quadros pela preparação de um reatamento de relações com a URSS e pela entrega da honraria da “Ordem Cruzeiro do Sul” ao então Ministro da Economia do Estado cubano, Ernesto Che Guevara (MOTTA, 2020, p. 94)⁵⁸.

Vemos, portanto, uma concepção ampliada das forças inimigas, por parte dos conservadores, onde a intensidade da infiltração comunista nas forças do Estado poderia levar o comunismo ao poder com o ajuda – mesmo que inconsciente – de forças de outros matizes ideológicos, como era o caso de Quadros.

Ainda segundo essa perspectiva, a infiltração dos comunistas no governo Goulart teria tomado completamente o Ministério da Educação que, por sua vez, desviaria recursos para a União Nacional dos Estudantes, sendo essa a articuladora de uma futura intervenção. Além disso, alguns postos da Petrobrás estariam também sob o controle comunista, o que ameaçaria a soberania da nação. Carlos Lacerda, em entrevista à revista *Manchete* pouco antes do golpe, teria dito que a já estaria em curso um processo de reescrita da história do Brasil, e que caso esse processo não fosse interrompido a educação no Brasil caminhava para um lugar em que só sobraria “a rígida ideologia totalitária que os comunistas querem impor à juventude” (apud MOTTA, 2020, p. 280).

⁵⁷ Esse tema é fartíssimo na literatura acadêmica brasileira, de modo que não nos debruçaremos nele extensivamente. Nosso foco aqui é captar as sensibilidades e originalidades do fenômeno em território nacional. Para uma visão mais abrangente da participação americana no anticomunismo que viria a desencadear no golpe de 1964 ver DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981 e FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

⁵⁸ Trataremos desse tema com mais atenção no próximo capítulo, quando abordaremos o modo como a BP trata o caso.

Para completar o quadro conspiracionista, os conservadores buscavam representar o comunismo recorrentemente como inimigo moral da civilização. À luz da *revolução cultural* da década de 1960, a crítica aos padrões de comportamento se transformava, aos olhos conservadores, em uma iniciativa organizada dos comunistas que, através do tráfico de drogas buscava “amolecer o vigor mental e físico do mundo livre” (MOTTA, 2020, p. 94).

Toda essa propaganda era disseminada ampla e sistematicamente pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) desde sua fundação em 1962. O IPES trabalhava com um *modus operandi* que é importante de ser compreendido, na medida em que se assemelha em alguma medida as correntes da nova direita dos dias de hoje. Segundo Dreifuss, os materiais produzidos pelo instituto “tinham um caráter de propaganda ‘deturpadora’, ou seja, eram basicamente fatuais e continham informação cuidadosamente selecionada, à qual adicionavam uma certa ‘torção’. Já outros trabalhos eram mentiras declaradas ou ficção” (1981, p. 236).

Segundo o líder ipesiano Glycon de Paiva, essas atividades que beiravam a ilegalidade podiam ser resumidas como a preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Em sua opinião a ação política tinha de ser sigilosa. Suas recomendações envolviam a “criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário” (DREIFUSS, 1981, p. 230).

Portanto, o IPES era um grande instrumento político da “elite orgânica”, tal qual defende Dreifuss, de ação ideológica e política contra a esquerda brasileira, de forma que a compreensão exclusiva do golpe como manobra militar de caráter conspirativo não se sustenta à luz dos fatos, sendo já claramente documentada a longa marcha preparatória da burguesia e do conservadorismo brasileiro para a derrubada do governo Goulart.

O IPES era uma máquina de propaganda anticomunista em diferentes esferas. Seu Grupo de Opinião Pública realizou um estudo que resultou em um “Levantamento da Infiltração Comunista na Imprensa” (DREIFUSS, 1981, p. 234). Esse levantamento levou a perseguição de uma série de profissionais, acusados de manipulação da opinião pública. Por outro lado, o Instituto se dedicava ostensivamente a financiar uma série de articulistas, políticos, jornalistas, professores, editores e empresários dos principais veículos de imprensa do país para disseminar ataques contra o PTB, os socialistas e os comunistas.

Cabe dar centralidade à interlocução que tinha o complexo IPES/IBAD com as Forças Armadas. O general Golbery do Couto e Silva passa a ser diretor do instituto por convite de empresários a partir de 1961. Ele ocupava o comando do setor de Operações Militares e de Informação do IPES e segundo Glycon de Paiva “foi quem realizou a parte cerebral do golpe”

(DREIFUSS, 1981, p. 363). Golbery organizava um grupo de jovens oficiais contratados pelo IPES para disseminar suas posições no interior do exército. Além disso, o IPES manteve um grupo comum com oficiais de alta patente da Escola Superior de Guerra que foi importante na preparação da movimentação militar e na organização de um “estado-maior informacional”. Desse grupo participavam, além de Couto e Silva, figuras-chave do futuro regime como o General Humberto de Alencar Castello Branco e o General Ernesto Geisel (DREIFUSS, 1981, pp. 369-370).

2.2.2 Transformações internacionais

A influência externa nas formulações anticomunistas nacionais foi uma constante em nossa história política. Primeiro, por intermédio da escola francesa, até que os EUA assumissem o leme do anticomunismo internacional na Guerra Fria (MOTTA, 2020, p. 26). Contudo, como já dissemos, o anticomunismo não é uma corrente unitária de pensamento e só faz sentido tratá-lo no singular quando analisamos o movimento em sua expressão unitária na ação política, em conjunturas específicas.

Após o golpe de 1964, ainda que o Estado mantivesse por meio do regime ditatorial a repressão sobre as forças da esquerda, o discurso público contra o comunismo se desorganizou e se tornou mais polifônico. Posteriormente, esse movimento seria influenciado por ideias de outras correntes internacionais. Essa polifonia prepararia as transformações futuras, que ajudam a entender o cenário atual.

Além disso, as alterações e realinhamentos que deram origem à nova direita também foram gestadas a partir de transformações no cenário internacional, com a emergência de novos atores políticos. Parte dos estudiosos desses fenômenos têm defendido que essas transformações teriam gestado um fenômeno social de tipo fascista com características diferentes dos modelos clássicos. Há um amplo debate na historiografia recente sobre o tema, suas características e a possibilidade de classificar esses fenômenos como efetivamente fascistas ou neofascistas⁵⁹. O importante para nós aqui é identificar como esses sujeitos que florescem

⁵⁹ Para um mapeamento abrangente do tema ver MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Editora Usina. São Paulo, 2020. Para compreender o debate atual brasileiro ver

nos anos 1980 e que tinham, em maior ou menor medida, inspiração direta de grupos fascistas, influenciaram o pensamento de peças-chave da reorganização da nova direita brasileira, de forma que sua ideologia aparece sistematicamente nos discursos utilizados em nosso país.

Essa movimentação, na qual teria como máxima expressão a Frente Nacional (FN) na França, sob a liderança de Jean-Marie Le Pen seria marcada por um período no qual as forças conservadoras não teriam capilaridade social suficiente para aplicar seu programa de ruptura de regime. Essa vertente de estudos sobre o fascismo defende que o fenômeno

não pode ser simplificado em torno de uma metodologia organizativa, marcada, por exemplo, pela disciplina em torno de um líder carismático, por suas características paramilitares etc. Estes elementos são importantes em sua caracterização, para identificar as experiências fascistas, mas não possuem capacidade explicativa do fenômeno, sendo que o sentido descritivo é típico de uma leitura liberal, que, como já discutido, acaba por trancafiar o conceito às experiências clássicas. Embora existam diversas leituras críticas que o corroborem neste sentido, ou ainda tentem “complementar” o conceito com adjetivos, o que estas leituras negam são as transformações exigidas pelas mudanças qualitativas do capital e suas superestruturas, numa interpretação que acaba por nos trazer à tona a conhecida tese das “ideias fora do lugar”, deslocando as funções do fascismo em relação às continuidades existentes no desenvolvimento do capitalismo no século XX, especialmente: o caráter nacional-estatal da reprodução da contradição capital-trabalho (PATTSCHIKI, 2012c, p. 20).

Dessa forma, a hipótese do ressurgimento de grupos fascistas, sejam eles minoritários ou de massas, seria uma possibilidade colocada ainda nos dias de hoje, na medida em que as contradições sócio-históricas que deram origem a esse fenômeno no passado seguem sem solução em nosso tempo. A organização de Le Pen apareceria então como um agrupamento que não tinha como característica fundamental um líder carismático ou uma força paramilitar clara, mas cumpriria um papel de unificador da extrema direita a partir de um programa de “compromisso nacionalista”, além de assimilarem ao seu programa elementos das correntes do tempo presente, defendendo publicamente um tipo de “capitalismo liberal protecionista” sob uma organização parlamentar pluripartidária modernizada e deixando a agitação para por uma ruptura institucional a conjunturas de maior acúmulo político (PATTSCHIKI, 2012c, pp. 30-32).

Esse contexto produz nos grupos da extrema direita atualizações programáticas e narrativas marcantes até hoje. No início da década de 1980, o intelectual conservador Alain de Benoist se dedicou a compreender e, de certo modo, apropriar os impactos do pensamento de

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo no século XXI. In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R.; CHABALGOITY, D. (Org.). (Neo)fascismo e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020 e CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e ascensão das direitas no Brasil. **Revista Conhecerc**: debate entre o público e o privado, v. 10, nº 24, 2020.

Gramsci no mundo pós 1968. Ele buscava responder à onda de renovação política do período de forma a renovar também a direita. Assumindo uma visão positiva dos trabalhos de Gramsci, Benoist buscou articular encontros para formular um programa do “gramscismo de direita” (BIANCHI, MUSSI, 2020).

Diferentemente de Benoist, o inglês Roger Scruton defendia que o arcabouço da teoria da hegemonia construída por Gramsci era um instrumento de dominação ideológica. Scruton organiza uma série de publicações em sua revista *The Salisbury Review*, criticando pensadores marxistas ocidentais como Althusser, Marcuse, Gramsci e Lukács para em seguida publicar uma coletânea intitulada *Tolos, fraudes, alucinados: pensadores da esquerda* (1984) (BIANCHI, MUSSI, 2020). Analisando a esquerda pós 1968, ele defende que estava em curso uma renovação nos métodos do comunismo que ameaçava os pilares da civilização ocidental de forma difusa, sem uma liderança partidária clara, tendo papel importante nesse processo a difusão ideológica feita pelos intelectuais submetidos pela hegemonia comunista.

Nos Estados Unidos surge na mesma época uma corrente parecida, que se aprofunda em uma narrativa conspiracionista pelos escritos do especialista em assuntos militares William S. Lind. Lind, em conjunto com outros oficiais do Exército dos EUA, foi responsável por designar o termo “guerra de quarta geração”, hoje conhecida como guerra híbrida, para caracterizar aqueles conflitos que envolveriam oponentes não estatais e também embates culturais (PINTO, 2020, p. 285). Eduardo Costa Pinto faz uma transposição interessante entre os dias atuais e o pensamento desenvolvido pelo autor estadunidense no final da década de 1980. Segundo ele

Não por acaso, Lind afirmou que um dos principais perigos para os Estados Unidos no âmbito da guerra de 4ª geração é a ideologia do multiculturalismo. O pensamento *paleoconservative* tem sua raiz na “velha direita” (coletivismo de direita) da década de 1920 e 1930 (conservadorismo e oposição ao New Deal) que tinha como tripé: governo pequeno (descentralização das funções de governo articulada com a auto governança/comunitarismo), anticomunismo e valores tradicionais (defesa da civilização ocidental e judaico-cristã). Esse novo conservadorismo americano recauchutado (denominado atualmente de alt-right), que ressurgiu na década de 1980, expandiu-se nos anos 1990 e 2000 e ganhou expressão com o governo Trump, está assentado no tripé da “velha direita” com particularidades, tais como: ênfase ainda maior na “guerra cultural”, pois a cultura e a moralidade americana estariam sendo destruídas pelo relativismo, pelo politicamente correto e pelo multiculturalismo, que supostamente seriam os instrumentos utilizados pelos ativistas de esquerda (acadêmicos, militantes, jornalistas) para destruir os valores americanos – uma teoria conspiratória que beira à paranoia (2020, p. 286).

Essas ideias, que ganharam contornos mais nítidos a partir dos anos 2000, defendem que a teoria do “marxismo cultural” gramsciano seria a obtenção da hegemonia e a construção do “novo homem comunista” antes mesmo da tomada do poder pelos comunistas. Ou seja, uma

teoria conspiratória que tem como centro argumentativo uma suposta lavagem cerebral ideológica que visaria destruir o Ocidente judaico cristão.

2.2 O CONSPIRACIONISMO FARDADO BRASILEIRO: UMA DOCTRINA COM BASE AO ORVIL

No início dos anos 2000, no contexto da emergência dos governos progressistas na América Latina, após o “choque neoliberal” aplicado no continente durante a década de 1990, ideias de caráter conspiracionista começam a permear círculos civis e militares e a ganhar espaço em determinados veículos da imprensa. O livro *A Revolução Gramscista no Ocidente*, publicado em 2002, expressava a condensação dessas ideias. A obra do General Sergio Augusto de Avellar Coutinho, ex-chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), defendia que o perigo comunista não teria acabado com o fim da URSS, apenas teria mudado de estratégia, sem um Estado que organizasse sua causa, atuando com “um conjunto difuso de organizações e entidades pouco visíveis” (COUTINHO, 2003, p. 126).

Coutinho defende que o gramscismo no Brasil teria se desenvolvido na tentativa de superar a derrota da esquerda levada a cabo pela “revolução de 1964”, fazendo com que a esquerda abandonasse então a estratégia armada empregada no período e assumisse uma estratégia de via pacífica para a tomada do poder. Essa estratégia já estaria consolidada no PCB nos anos 1970 e prepararia a intervenção do partido para a redemocratização, onde os comunistas teriam se introduzido, isolando as “maiorias democráticas” e ganhando espaço para o seu projeto de poder (COUTINHO, 2002).

A emergência do petismo seria parte dessa estratégia, visando estabelecer uma visão de renovação no campo comunista. O “novo socialismo” seria uma etapa da guerra psicológica aberta pela estratégia gramsciana (BIANCHI, MUSSI, 2020).

Essas ideias de Coutinho foram sendo paulatinamente construídas ao longo de décadas de ação política organizada, ganhando corpo especialmente no contexto da redemocratização, onde um setor militar descontente lutava para manter postos na vida política pública. Como sabemos a transição “lenta, gradual e segura” - ou seja, um processo político de abertura conduzido pelos militares - jogou para de baixo do tapete uma série de temas que ainda permanecem no nosso cotidiano e que pautam uma série de tensões entre as Forças Armadas (FAs) e as estruturas políticas da “nova república”. Como afirma Francisco Carlos Teixeira

“transições tuteladas desembocam em regimes tutelados” (2020, p. 44). No entanto, há toda uma parte das FAs que questionaram a excessiva brandura da “tutela”. E é sobre esses insatisfeitos que nos debruçaremos.

O Projeto *Orvil* veio à tona em 2007, quando o jornalista investigativo Lucas Figueiredo publica *Olho por Olho: Os livros secretos da ditadura* revelando o projeto. Na verdade, fragmentos do livro já vinham sendo divulgados pelo site do Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA) e pelo Jornal Inconfidência – dois agrupamentos de oficiais reservistas insatisfeitos com os rumos do país pós abertura (BRANDÃO, 2012, p. 304).

A publicação do livro de Figueiredo, ao passo que revelava uma série de ideias golpistas presentes nas fileiras das Forças Armadas, também abriu espaço para que esses setores trouxessem as suas convicções à tona de forma mais aberta. Logo em seguida à publicação do livro de Figueiredo, o *Orvil* foi publicado na íntegra. Ele consiste em um material de pouco menos de mil páginas e foi publicado no site do TERNUMA e na página do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra (PEDRETTI, 2021), que escreve um prefácio à edição publicada. Desde então o livro passa a ser material de referência pública, de amplo acesso da extrema direita brasileira, e obra que legitimaria os discursos golpistas e as ações anticomunistas do passado e do presente.

Dessa forma é importante compreender que, mesmo que a divulgação do *Orvil* tenha sido um importante momento na luta por memória, verdade e justiça, ela também foi instrumentalizada pelos grupos de extrema direita. Por exemplo, o documento foi usado como maneira de contestar a política de indenizações no contexto da Comissão Nacional da Verdade, onde, segundo eles, um processo de revanchismo estava transformando “*Lamarcas*, em heróis”, dando-lhes uma “bolsa guerrilha” (BRANDÃO, 2012, pp. 317-318).

Piero Leirner (2020) aponta que, mesmo em períodos em que o regime foi mais a fundo na perseguição aos opositores, houve ainda setores radicais dentro das forças armadas – em particular no Exército – que defendiam o aprofundamento da repressão contra a esquerda. É o caso do grupo *Centelha Nativista*, formado entre os paraquedistas que, em 1969, tentou um golpe contra o regime, aproveitando um momento de afastamento por doença do General Costa e Silva. A iniciativa teria falhado por falta de adesão da alta hierarquia e o grupo foi dissipado pelo país. O *Centelha* foi mais comumente lembrado por ter viabilizado o uso pelas forças armadas da expressão “Brasil, acima de tudo”. Durante a década de 1970 o grupo se manteve como um “grupo de pressão” interno (LEIRNER, 2020, pp. 206-207).

Já na década seguinte - antevendo uma correlação desfavorável que rumava para o fim do regime e amedrontados pelos processos judiciais que condenaram líderes militares argentinos por seus crimes – vários oficiais ligados à repressão e a setores de informação buscaram formar outros grupos de pressão internos ao passarem para a reserva, de forma a minar o processo de abertura (SANTOS, 2009).

Esse não era um conflito onde a pressão advinha apenas de extratos médios do Exército. Ainda em 1977, o *linha dura* General Sylvio Frota, então Ministro do Exército no governo Geisel, organizou uma conspiração e um “quase golpe”, que por sua vez provocou sua ruptura política com o presidente. Acusando-o de ser de “centro esquerda” e conivente com os subversivos Frota terminou exonerado do posto de comando do ministério (ROCHA, 2021, p. 226). É importante destacar que ao lado de Frota estava não só Brilhante Ustra, como também o ex-Ministro do Gabinete de Segurança Institucional do governo Bolsonaro, Augusto Heleno Ribeiro Pereira.

A diferença posta entre o projeto de reabertura de Golbery-Geisel e o dos partidários da linha dura era demarcado, segundo Silva (2021, pp. 41-42) não por apenas uma diferença de tática (usar ou não a tortura, a supressão de direitos etc.), mas em relação ao projeto de longo prazo do papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas no país. Essa disputa, contra uma abertura que supostamente escantearia as Forças Armadas de sua função de moderadora-mor, levaria a ações radicalizadas de terrorismo provenientes do interior das Forças Amadas como os casos da OAB e o atentado do Rio Centro.

É nesse contexto que emerge o Orvil, já durante o governo de João Batista Figueiredo. Em 1984, o tenente-coronel Romeu Antônio Ferreira, que fazia parte do CIE apresenta uma *Apreciação* datada de 27 de março, a ser enviada para seu superior, o coronel Agnaldo Del Nero. Nela, Ferreira teria manifestado preocupação com a iniciativa comunista de “reescrita da história” que estaria falseando a verdade, dando razão a terroristas. Segundo ele:

Há que se escrever a história verdadeira, a história dos vencedores, a nossa história. Sabemos que há muita coisa que não pode ser contada. Sabemos, entretanto, que há muita coisa que pode e deve ser contada. Temos os dados e os fatos. Falta-nos a vontade e a decisão. (FERREIRA apud GODOY, pp. 61-62).

Essa *Apreciação* torna-se importante, na medida em que muitas vezes se apresenta o Projeto Orvil como oposição a iniciativa capitaneada pelo arcebispo da diocese de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns *Um relato para a história: Brasil Nunca Mais*, publicada apenas no ano seguinte. Sem dúvidas, a iniciativa aprofundou o impulso dos insatisfeitos no combate a reabertura após a publicação do livro que escancarava os crimes da ditadura a partir de

documentos produzidos pelas próprias Forças. Contudo, o que o documento de Ferreira prova é que já havia setores da inteligência que entendiam que a reabertura política poderia virar a opinião pública contra os militares. Era necessário para eles escrever a história dos *vencedores*.

A decisão da qual pedia Ferreira viria em 1985, dada pelo então Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. O Orvil deveria ser um projeto que expusesse o que teria sido de fato a luta armada no país. A coordenação desse trabalho foi feita por Del Nero, que comandava a Seção de Informações do CIE (PEDRETTI, 2021).

O projeto levaria três anos para ser concluído, sendo entregue em 1988, com 953 páginas. Durante esses anos uma série de oficiais do CIE trabalharam consultando os arquivos da corporação que documentavam as ações da esquerda, seus grupos, seus métodos, programas, divergências e, especialmente, seus atos terroristas. Contudo, o projeto foi engavetado pelo General Leônidas após repreensão do então presidente José Sarney.

Em 2007, após a publicização do projeto, Leônidas Pires Gonçalves afirmou em entrevista que o Orvil “era uma arma” contra o revanchismo. O livro teria ficado guardado para ser usado quando houvesse necessidade. Claramente Gonçalves buscou na afirmação relativizar o veto que sofreu do presidente Sarney, apresentando-o como uma manobra tática calibrada por ele mesmo. Logo em seguida o militar da reserva afirma que “não havia o que acontece agora, um revanchismo sem propósito” (BRANDÃO, 2012, p. 315), o que demonstra claramente o desconforto desses militares contra os trabalhos da CNV no período.

Em seu conteúdo, o Orvil retoma amplamente o que há de mais repressivo da Lei de Segurança Nacional de 1969. Segundo Rocha, a lei de 1969 foi o verniz legalista da brutalidade ditatorial contra os brasileiros. Isso é marcante na medida em que a Doutrina de Segurança Nacional seria oriunda da inspiração estadunidense da política de contensão durante a Guerra Fria. Nesse sentido, a lei publicada em 29 de setembro de 1969 diz o seguinte:

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.⁶⁰

Portanto, contenção ao inimigo externo. Como vimos anteriormente, a narrativa anticomunista defendia que os comunistas seriam agentes infiltrados a serviço do projeto comunista internacional, sediado em Moscou. Não haveria nesse caso, divisão entre brasileiros ou não. Militantes comunistas seriam em essência, militantes contra sua pátria.

O Orvil começa com *Uma Explicação Necessária*, localizando justamente que a intenção será contar para a juventude a verdadeira história da luta armada no Brasil entre os anos de 1969 e 1973. Várias passagens fazem alusões ao *Brasil Nunca Mais*, como no subitem que encerra a introdução, denominado *Violência, nunca mais!* A estrutura argumentativa, repleta de fortes juízos de valor conservadores é expressa juntamente com uma exposição de citações de clássicos marxistas, fotos de cenas criminosas, entre outros, de modo a demonstrar que o Brasil esteve por três vezes prestes a ter seu regime corrompido pelas forças comunistas.

Segundo a perspectiva defendida na obra, a primeira tentativa de tomada de poder iria da fundação do PCB em 1922 até 1954, tratando essencialmente da construção do processo da chamada *Intentona* e o seu desmantelamento pelas FAs. A segunda tentativa seria o processo iniciado nos anos 1950 e barrado pelas forças militares com a “Revolução Democrática de 1964”. Já a terceira tentativa, de origem “foquista”, teria ocorrido na década de 1960 e início da década de 1970, onde os militares teriam atuado através da direção regime de modo a desmantelar o perigo guerrilheiro⁶¹.

Mais importante para nós é compreender a *quarta tentativa de tomada de poder*, iniciada, segundo o Orvil, em 1974. Essa tentativa - que ainda estaria em curso na finalização do projeto em 1988 - advinha de um balanço crítico dos grupos de esquerda sobre o isolamento das massas a partir da estratégia guerrilheira. Portanto, a estratégia assumida pela esquerda para o novo empreendimento revolucionário deveria passar essencialmente pelo trabalho ideológico e pela infiltração política de suas ideias na sociedade, como vemos:

O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os

⁶⁰ CAMARA DOS DEPUTADOS. Legislação informatizada – Decreto-Lei nº 898, 29 de setembro de 1969 – Publicação Original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Define%20os%20crimes%20contra%20a%20julgarmento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.nos%20limites%20definidos%20em%20lei>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

⁶¹ ORVIL: As tentativas de tomadas de poder. Disponível em https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso 11 de Agosto de 2023.

meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (movimento operário/sindical; movimento educacional; movimentos populares; etc.), a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a revolução. Objetiva, particularmente, conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar e orientar os diversos segmentos sociais para a revolução⁶².

A *quarta tentativa*, portanto, segundo o defendido na obra, se valeria especialmente de um trabalho político sob a opinião pública. O intuito dos grupos de esquerda seria transformar a derrota militar dos focos guerrilheiros em vitória política, através do trabalho ideológico e da construção de uma narrativa histórica comunista. Esse trabalho ideológico, ao passo que ganhava a sociedade paulatina e imperceptivelmente para ideias comunistas, iria também descredibilizando sistematicamente as forças de segurança de modo a tornar mais fácil o acesso ao poder. Nesse sentido os militares seriam a última linha de defesa contra o comunismo no país.

Claramente, o projeto Orvil visava ao reposicionamento dos militares, particularmente do Exército, no contexto da redemocratização. Seu intuito era apresentar um novo motivo pelo qual as Forças Armadas deveriam se engajar na construção nacional, apresentando assim uma repaginação de um velho inimigo a ser combatido.

Além do projeto, o CIE já iniciava uma série de orientações através do instrumento do Relatório Periódico Mensal (RPM), onde o Comandante do órgão esboçava avaliações de conjuntura e dava diretrizes a tropa. Em 1987, o então Comandante do CIE, general Tamoyo Pereira das Neves assinou o RPM nº 11/87 dizendo o seguinte:

É preocupante a falta de conhecimento, por parte dos quadros mais jovens do Exército, a respeito dos acontecimentos políticos que provocaram a intervenção das Forças Armadas, em 1964, atendendo aos anseios da sociedade. O esclarecimento constante, através de palestras e alocações em formaturas da tropa, atenuará os efeitos deletérios de interpretações históricas distorcidas – algumas patrocinadas pelos derrotados na Revolução de 31 de Março, que procuram denegrir a intervenção militar e desestimular a vigilância cívica castrense (apud GODOY, 2021, pp. 66-67).

Seu sucessor, general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho aprofundaria essa orientação e até adaptaria o formato e o tipo de divulgação dos RPMs de forma a torná-los mais efetivos na formação interna da tropa. Coutinho começaria suas publicações em 1989, após o encerramento e engavetamento do Orvil. Já no primeiro RPM de novo formato, Coutinho escreve “o Exército brasileiro tem sido o fator decisivo que tem impedido a tomada do poder

⁶² Ibidem, p. 839.

por minorias ideológicas totalitárias de inspiração marxista-leninista”⁶³. O que podemos ver é uma clara narrativa nos RPMs de argumentos retirados do Orvil. Coutinho teria acesso ao material a partir de um grupo seletivo de oficiais que, após o veto de Sarney, ainda tinham posse dos documentos do projeto (PEDRETI, 2021). Eles seriam a principal fonte de pesquisa dos RPMs escritos por Coutinho.

Caracterizando a Nova República como um regime excessivamente permissivo, os RPMs escritos por Coutinho alarmavam o interior das tropas e chamavam atenção para o perigo da tomada do poder pelas esquerdas através do novo regime. No RPM 04/89, publicado em 15 de maio de 1985, havia um texto intitulado *A “Nova Esquerda” e o Processo Revolucionário*. Nesse texto, que ocupa uma sessão de destaque no documento, foi apresentada a guinada para o “trabalho de massa” da esquerda derrotada da ditadura como um fruto da assimilação das ideias da Teologia da Libertação, uma “distorcida forma de interpretação do pensamento cristão criou um inteligente método didático para recrutar, conscientizar, doutrinar, organizar e mobilizar o povo, que “batizou” de ‘Educação Popular’”⁶⁴. Esse método, depois da derrota da luta armada, segundo o texto, teria inspirado os derrotados a rever suas estratégias e trabalhar pela conquista da hegemonia, abandonando uma “via militarista”. Segundo o documento essa seria a base de formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, e teria origem em Gramsci, “considerado depois de Lenin o maior teórico do marxismo”⁶⁵.

Demais RPMs do período da campanha eleitoral de 1989 se dedicavam a combater fortemente as candidaturas de esquerda (Lula, Brizola e Roberto Freire) e teciam críticas também aos candidatos do PMDB e PSDB, de forma que fica claro que o objetivo dos relatórios desse período é orientar o alinhamento político interno do Exército.

O exercício de Coutinho como chefe do CIE termina no início de 1990, o que não significa que o discurso antiesquerda cessaria nos RPMs. O coronel Ary dos Santos, que o sucedeu interinamente, logo publicaria relatórios com o mesmo tom de seu antecessor,

⁶³ Relatório Periódico Mensal, nº 02/89, p. 48. São Paulo, **Agência Pública**, 30 de agosto de 2021. Disponível em <https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-89.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

⁶⁴ Relatório Periódico Mensal, nº 04/89, p. 90. São Paulo, **Agência Pública**, 30 de agosto de 2021. Disponível em <https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-89.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

⁶⁵ *Ibid.*, id.

argumentando que a Nova Esquerda estava executando “uma paciente e bem articulada concepção estratégica para a implementação do socialismo”⁶⁶.

Os relatórios assinados por Tamoyo Pereira das Neves ainda em 1987 e os de Ary dos Santos demonstram que o projeto de disseminação das ideias do Orvil internamente na caserna - após o fracasso da publicização ao grande público – não eram uma iniciativa individual de Avellar Coutinho, ainda que este tenha sido um dos seus principais articuladores, pelo papel de propagandista que exerceu em círculos militares de reservistas nas décadas seguintes. Esses agrupamentos começam a surgir em 1990, segundo Patto Sá Motta (2020, p. 312), como forma de resposta a iniciativa ainda muito incipiente de investigação aos crimes praticados pelos agentes da ditadura militar, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso.

É nesse contexto que surgem novos grupos de pressão como o já mencionado TERNUMA, organizado por um grupo de oficiais reformados, que criaram uma rede de combate especialmente contra aqueles agentes políticos que participaram da luta armada e participavam ainda da vida política na década de 1990. Um artigo assinado pelo coronel Sillas Bueno no Jornal Ombro a Ombro atribui a sua iniciativa a criação do movimento que daria origem ao grupo, a partir de uma “campanha pessoal contra a ação nefasta de dom Evaristo Arns e acólitos” ele teria começado a enviar suas correspondências com envelopes escritos Terrorismo Nunca Mais (LEIRNER, 2020, pp. 217-218). Segundo ele a ideia teria surgido após a leitura de um documento circular de outro grupo de pressão, o Estácio de Sá, onde era sugerida a organização de uma coordenação de líderes patriotas para realizar uma sistematização e divulgação massiva de informações na imprensa, contra a presença de agentes subversivos nos altos postos do governo. Lembremos, ainda estávamos, em meados da década de 1990, no governo FHC.

O estudo da historiadora francesa Maud Chirio sobre um desses grupos - o *Inconfidência*, que organizava um jornal homônimo – revela uma relação política afinada entre os diferentes grupos de pressão em sua agenda pública. Segundo ela, o grupo fundado por oficiais da reserva de Minas Gerais organizava não só a publicação mensal de seu periódico, como também realizava uma série de reuniões e eventos públicos com políticos conservadores,

⁶⁶ Relatório Periódico Mensal, nº 04/90, p. 44. São Paulo, **Agência Pública**, 30 de agosto de 2021. Disponível em <https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura-arquivos-90.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

figuras importantes do regime militar – como Jarbas Passarinho – sempre em parceria com os círculos militares da região sudeste e com o Clube Militar (CHIRIO, 2021, p. 208). Nas páginas do periódico é frequente a participação de agentes do aparelho repressivo da ditadura militar, como os já apresentados Agnaldo Del Nero e Brilhante Ustra. O jornal frequentemente publicou declarações conjuntas com organizações de caráter similar a sua, como o grupo Estácio de Sá (RJ), Guararapes (CE) e Grupo Independente 31 de Março (RJ), além sempre disponibilizarem suas colunas para os “militantes” do TERNUMA realizarem publicações (CHIRIO, 2021, p. 210).

Em 2004, o general Coutinho publicou um texto no jornal que desde então é retomado anualmente pelo grupo em suas edições. Nele, Coutinho afirma que

Além do revanchismo, há uma causa revolucionária pragmática que está no contexto da ‘neutralização das trincheiras da burguesia’: domesticar as Forças Armadas, inibindo-as, intimidando-as e desmoralizando-as perante a sociedade nacional (apud CHIRIO, 2021, p. 218).

Para o general Coutinho, esse seria o objetivo da criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012, além da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão da Anistia. Não só como um instrumento para se inverter a narrativa histórica e punir os militares que teriam salvado a nação do terrorismo, as iniciativas em volta da CNV visavam a “estratégia de dominação do aparato estatal mobilizado pelo PT” (ibid., id.), ou seja, inserida em um projeto superior de poder e não apenas em uma ação de memória e justiça.

O Jornal Inconfidência teria papel importante também na divulgação editorial de livros de Sergio Avellar Coutinho, da biografia de Emilio Garrastazu Medici escrita por Agnaldo del Nero e da publicação de uma edição do Orvil em 2012. Segundo Chirio, o Inconfidência seria um grupo que expressa uma caracterização de um sistema político em crise e uma ascensão cada vez mais forte do marxismo cultural, se utilizando de eventos da realidade “apenas para martelar a mesma ‘verdade’ sempre” (2021, pp. 214-215). Desde 1999, o Inconfidência destina papel de destaque em suas edições a Olavo de Carvalho, que detém coluna dupla cativa no jornal, onde os editores reproduzem publicações suas já veiculadas nos grandes meios da imprensa.

Carvalho começa a desenvolver uma relação com os grupos militares ao longo da década de 1990. Em 1992 ele é convidado a ministrar uma série de palestras no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Em sua fala, ele critica o pragmatismo político dos governos militares, que teria se absterido de disputar o campo ideológico:

E tudo isso foi perdido de vista por um motivo muito simples: esse governo militar, que era não opressivo, que não era um governo fascista, não tinha um dos principais traços que caracterizam todas as ditaduras e todos os movimentos fascistas: ele não tinha a menor vontade de inculcar uma ideologia na população (apud LEIRNER, 2020, p. 32).

Para o polemista, o erro consistia na formulação da teoria da “panela de pressão” formulada pelo general Golbery do Couto e Silva, na qual seria necessária uma válvula de escape (os movimentos culturais), para que a panela não estourasse. A argumentação de do autor critica a “brandura” do trabalho ideológico militar dizendo *ipsis litteris* que ele deveria ter sido mais como foram os regimes fascistas.

Nos anos seguintes, Carvalho aprofundaria seu contato com os militares, tendo participado de uma série de eventos promovidos pelo Clube Militar e pelos grupos de pressão radicais de direita. Em 1999, recebeu a Medalha do Pacificador. Porém, é a partir dos anos 2000 que ele “entra de vez na caserna”, como aponta Leirner, nos seguintes eventos

1) “Censura e desinformação”, conferência no Clube Naval do Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2001. 2) “Sobre a defesa nacional”, conferência no I Simpósio sobre Estratégia da Resistência e Mobilização da Vontade Nacional, promovido pelo Comando Militar da Amazônia em 7 de dezembro de 2001. 3) “Sistemas políticos contemporâneos”, conferência na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2 de maio de 2002. Além disso, ele participou do ‘Projeto de História Oral do Exército Brasileiro na Revolução de 1964, em 2002’ (2020, p. 34).

Carvalho participa ainda de eventos na ESG e na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército. Esses eventos ajudariam a consolidar a visão conspiracionista e radical que já vinha sendo construída pelos militares, com presença importante dos reservistas. Essas ideias começam, a partir dos primeiros anos de governos petistas, a ganhar especial difusão.

É importante notar que, do ponto de vista público, o anticomunismo militar não teria tantas faces aparentes ao longo dos anos 1980 e 1990. Segundo Leirner, esse seria um período no qual houvera por parte dos chefes militares um abandono dos eventos públicos oficiais da Intentona Comunista e do 31 de março (2020, p. 216). Eles passaram a ser organizados pelo Clube Militar e seguiram como eventos de baixa participação, reunindo algumas dezenas de militares. Haveria entre os participantes desses eventos minoritários um crescente senso de urgência, impulsionado pela ascensão ao poder de FHC, visto por esses setores mais radicalizados das FA como um comunista adepto das novas estratégias de dissuasão e dissimulação da esquerda.

A reintrodução da participação militar na vida política do país se combina com uma movimentação cada vez mais explícita de contestação as iniciativas políticas do governo por memória, verdade e justiça. Vários eventos se misturam nesse projeto de retorno dos militares,

desde as incursões políticas na Amazônia, aproximações e sinergias com setores do judiciário, até a missão de paz da ONU no Haiti. Nossa avaliação se dedicará mais ao tema da luta política e ideológica direta e como esse movimento se conecta com a ascensão do bolsonarismo.

No período que vai da segunda metade da década de 1980 até 1990, Jair Messias Bolsonaro estava proibido de entrar nos quartéis. O processo que levou ao seu afastamento envolve críticas públicas na revista *Veja* sobre o baixo valor do soldo militar e um plano de explosão de bombas em quartéis como elemento de pressão⁶⁷. Bolsonaro é mandado para a reserva, mas ganha notoriedade com o caso. Isso não impediu que os Ministros do Exército da época, Leônidas Pires Gonçalves e Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, o proibissem de entrar nos quartéis entre 1989 e 1992. Com a sua eleição para vereador do Rio de Janeiro, alguns oficiais do CIE começam a fazer uma movimentação subterrânea ao longo da década de 1990, de convencimento da cúpula militar a uma aproximação e reintrodução de Bolsonaro nos quartéis, para assim poder utilizar de seu mandato como um instrumento de luta corporativa no parlamento (GODOY, 2020, p. 64).

Na medida em que se desenvolveram as iniciativas de reparação nos governos petistas, os grupos militares foram se tornando cada vez mais efusivos em suas manifestações, retomando os atos comemorativos de novembro e março contra os comunistas. É importante notar que essas manifestações passaram a demonstrar mais claramente sua capilaridade em amplos setores das Forças Armadas, não sendo movimentos exclusivos de reservistas.

O ápice desse processo está, segundo Piero Leirner (2020, pp. 223-224) no ano de 2012, quando o Clube Militar lança um manifesto em resposta a instauração da Comissão Nacional da Verdade. Há aqui uma ação por parte da Presidência da República pela retirada do manifesto, o que aumenta a tensão. Em resposta, um novo manifesto é publicado na página na Internet dedicada ao torturador Brilhante Ustra - *A verdade sufocada* -, que obteve uma assinatura massiva de generais e coronéis, com vários nomes importantes do aparelho repressor da ditadura. Vejamos o que dizia o manifesto:

A credibilidade dessa comissão vai gradativamente se esgotando pelos inúmeros casos que não consegue solucionar, tornando-se não somente um verdadeiro órgão depreciativo das Forças Armadas, em particular do Exército, como um portal aberto para milhares de indenizações e “bolsas ditadura”, que continuarão a ser pagas pelo erário público, ou seja, pelo povo brasileiro. Falsidades, meias verdades, ações coercitivas e pressões de toda ordem são observadas a miúdo, e agora, de modo surpreendente, acusam as Forças Armadas de não colaborarem nas investigações que, em sua maioria, surgem de testemunhas inidôneas e de alguns grupos, cuja ideologia é declaradamente contrária aos princípios que norteiam as nossas instituições militares.

⁶⁷ A respeito do caso que envolveu a ida de Bolsonaro à reserva ver CARVALHO, Luiz Maklouf. **O Cadete e o Capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel**. São Paulo, Todavia, 2019.

A Lei da Anistia – ratificada em decisão do Supremo Tribunal Federal e em plena vigência – tem, desde a sua promulgação, amparado os dois lados conflitantes. A Comissão Nacional da Verdade, entretanto, insiste em não considerar esse amparo legal. O lado dos defensores do Estado brasileiro foi totalmente apagado. Só existem criminosos e torturadores. Por outro lado, a comissão criou uma grei constituída de guerrilheiros, assaltantes, sequestradores e assassinos, como se fossem heroicos defensores de uma “democracia” que, comprovadamente, não constava dos ideais da luta armada, e que, até o presente, eles mesmos não conseguiram bem definir. Seria uma democracia cubana, albanesa ou maoísta? Ou, talvez, uma mais moderna como as bolivarianas? Sempre que pode a Comissão Nacional da Verdade açula as Forças Armadas, exigindo que elas peçam desculpas. Assim, militares inativos, por poderem se pronunciar a respeito de questões políticas, têm justos motivos para replicarem com denodada firmeza, e um deles é para que não vigore o famoso aforismo “Quem cala consente!”. Hoje, muitos “verdadeiros democratas” atuam em vários níveis de governo, e colocam-se como arautos de um regime que, paulatinamente, vai ferindo Princípios Fundamentais de nossa Constituição. O que nós, militares fizemos foi defender o Estado brasileiro de organizações que desejavam implantar regimes espúrios em nosso país. Temos orgulho do passado e do presente de nossas Forças Armadas. Se houver pedido de desculpas será por parte do ministro. Do Exército de Caxias não virão! Nós sempre externaremos a nossa convicção de que salvamos o Brasil!⁶⁸

O texto claramente colocava a comissão e o governo contra a parede e tinha o objetivo de desmoralizar toda e qualquer iniciativa de reparação. Era um texto endereçado aqueles que se sentiram prejudicados a se manifestarem publicamente e chamarem atenção ao suposto processo de perseguição que estava em curso contra as Forças Armadas, com o objetivo de enfraquecê-las, para depois golpear o país.

Entre os signatários da carta estava o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Figura central no futuro governo Bolsonaro, Heleno tinha uma carreira militar de prestígio, tendo recebido a “Medalha Marechal Hermes” com passador de três louros, o que significa que ele foi o primeiro de sua turma na Academia Militar da Agulhas Negras, na Escola de Aperfeiçoamento de Militares e no ECEME (LEIRNER, p. 224). Ocupou postos centrais na Missão de Paz no Haiti e no Comando Militar da Amazonia.

Durante o governo Lula, Heleno tem um conflito aberto com o governo, sobre a demarcação das terras indígenas da região denominada Raposa Serra-do-sol, quando ele tece críticas à política indigenista do governo em uma palestra no Clube Militar. Esse conflito leva o general a ser demovido de sua posição e a terminar a carreira na ativa com postos distantes do Comando Militar (ibid., 225). Contudo, é esse fato público, somado à participação constante de Augusto Heleno nos grupos militares radicais ao longo de décadas que o transformam em um líder nas ações políticas da caserna.

⁶⁸ MANIFESTO À NAÇÃO BRASILEIRA. **Portal Gibanet.com**, 22 de novembro de 2014. Disponível em <https://gibanet.com/com-armas-da-verdade-generais-da-reserva-protestam-contra-tentativa-de-desmoralizar-forcas-armadas/>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

A luta contra a CNV não cessou, na medida em que o governo manteve a iniciativa. Para os militares só a capitulação total seria suficiente. Nesse momento, às vésperas do golpe, amplos setores da cúpula militar já se manifestavam abertamente contra o governo. O então comandante do Exército General Eduardo Villas-Boas, que muitas vezes aparecia na mídia como um mediador do conflito, criticou a resolução da Executiva do PT que apontava a insuficiência do governo quanto a questão militar, por não ter avançado em uma reforma curricular e na política de promoções para os oficiais. Em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, Villas-Boas diz que a resolução abre espaço para um antipetismo na caserna e que teria um tom “bolivariano”, claramente apontando para uma intenção por parte dos petistas em supostamente aparelhar as Forças Armadas⁶⁹. Mais tarde, Villas-Boas escreveria o marcante *tweet* pressionando o STF a se posicionar a favor da condenação de Lula⁷⁰, o que cumpriria um papel importante para o engajamento político de outros comandantes militares de alta patente (GODOY, 2020, p. 74).

Segundo Leirner, após as apertadas eleições de 2014, há uma “abertura dos portões da caserna para a política” (2020, p. 239). Nesse momento é que se estabelece o engajamento político do exército à Bolsonaro. O então deputado participou, poucos dias após a eleição, da formatura dos cadetes da AMAN e proferiu um discurso onde, já em pleno tom de campanha diz: “Alguns vão morrer pelo caminho, mas estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, tentar jogar para a direita esse País” (apud LEIRNER, 2020, p. 214). O discurso foi ovacionado pelos gritos de “Líder” por parte da tropa e a participação de Bolsonaro nesse evento se tornou uma tradição nos anos seguintes.

Com o início do governo Bolsonaro, vários militares que ocupavam postos-chave assumiram funções com características políticas. Segundo o levantamento feito por Martins Filho (2020, p. 15), apenas dois dos dezessete participantes da 304ª Reunião do Alto Comando do Exército (ocorrida em fevereiro de 2016), não assumiram cargos no governo Bolsonaro, que se iniciou em 2019.

⁶⁹ CANTANHÊDE, Elaine. PT irrita Exército. *Estado de São Paulo*, 16 de maio de 2016. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/eliane-cantanhede/pt-irrita-exercito/>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

⁷⁰ A respeito do tema ver GUGLIANO, Mônica, MONTEIRO, Tânia. O general, o tuíte e a promessa. *Revista Piauí*, 12 de março de 2021. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-general-o-tuite-e-promessa/>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

2.3 OLAVO DE CARVALHO E A REORDENAÇÃO DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL

Se há todo um campo de estudos ainda cheio de mistérios, documentos não divulgados ou destruídos, dissuasões e dissimulações, como é o caso dos estudos sobre a relação entre anticomunismo e repressão ao longo do regime militar, há também um polo oposto, que desempenhou um papel político fundamental no desenvolvimento do pensamento conservador brasileiro na virada do século XX para o XXI.

Olavo de Carvalho é o grande organizador dessa empreitada, que sempre foi bastante pública, com defesa de posições em livros, artigos de circulação razoável e uma série de vídeos publicados. Diferentemente dos arquivos do Exército brasileiro, que ainda possuem alto grau de confidencialidade e exigem um forte exercício de pressão política para sua ampla liberação, as iniciativas de Carvalho sempre foram públicas e disponíveis para exame daqueles que as quisessem compreender.

Fato é que só recentemente, após a ascensão do bolsonarismo, que o *olavismo* se tornou um objeto de interesse interpretativo sócio-histórico. Avaliações como a de Emir Sader sobre a irrelevância de Carvalho imperaram durante a década de 2000, até meados da década de 2010. Como dissemos, alguns pequenos trabalhos acadêmicos nesse período se dedicaram a estudar, ainda que parcialmente a influência e o projeto político do autor, sendo o mais prolífico desses o estudo desenvolvido por Lucas Patschiki sobre o *Mídia sem Máscara* (2012). A ascensão política das correntes de extrema direita ao poder no Brasil em 2018 girou os holofotes de uma série de pesquisadores para o que falava o polemista.

Defendo a tese de que Olavo de Carvalho desempenhou um papel importante no *aggiornamento* civil de uma série de elementos anticomunistas já presentes em discursos comuns, em momentos-chave da história brasileira. Seu trabalho consistiu em realizar uma adaptação dessas ideias, traduzindo para as questões do tempo presente os dilemas do pós-ditadura que afligiam os grupos de direita e introduziu neles algumas pitadas de novidades.

Olavo Luiz Pimentel de Carvalho nasceu em 1947, em Campinas (SP) e ainda adolescente se mudou para a cidade de São Paulo. Membro de uma família de classe média, Carvalho teria acesso a escolarização e, segundo ele, sempre se teve gosto pelos estudos. Em 1965, aos dezessete anos, Carvalho começou a trabalhar no jornal Notícias Populares e a frequentar aulas como ouvinte aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SC) e na Universidade de São Paulo (USP), tendo interesse no estudo comparativo de religiões,

literatura e filosofia⁷¹. Mais tarde ele cursou três anos do curso de Filosofia da PUC-RJ, que, segundo ele, não concluiu pela morte do principal promotor do curso o Padre Stanislavs Ladusâns, filósofo estoniano residente no Brasil. Considerando os outros cursos de filosofia do Brasil “demasiado ruins”, abandonou os estudos acadêmicos, mesmo já tendo apresentado seu trabalho de conclusão de curso (PATSCHIKI, 2012, p. 28).

Em 1966 ele se filiou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Não chegou a se tornar um quadro partidário, permanecendo nas fileiras do *partidão* como militante de base, até que rompeu com aquela organização política em 1968, por discordar da luta armada. Esse fato é curioso, na medida em que Carvalho se dizia um pertencente naquele momento da ala marighelista do PCB, que justamente rompeu com o partido *para* organizar a luta armada. O que isso pode indicar é que o jovem se desiludiu e desvinculou do comunismo no contexto do processo de ruptura, e não necessariamente pelos motivos que sustentavam as rupturas dos quadros pecebistas que viriam a fundar a Aliança Libertadora Nacional (PATSCHIKI, 2012, p. 27). Contudo, não devemos também nos afastar de hipótese de que a utilização dessa memória por Carvalho seja na verdade motivada pela tentativa de se utilizar de um argumento que busca retratá-lo como um sujeito que participou em determinado momento do movimento comunista e teria visto a guinada ao *terrorismo*, afastando-se.

Após o endurecimento do regime ditatorial, Olavo de Carvalho se distancia dos círculos políticos perseguidos e se aproxima dos círculos ocultistas e esotéricos, mergulhando em estudos sobre alquimia na década de 1970. Nesse momento, Carvalho começa a escrever para a revista ocultista *Planète*, realizando entrevistas com extraterrestres, pessoas mortas entre outros tipos atribuições bastantes distantes do jornalismo (TEITELBAUM, 2020, p. 120). Segundo ele, após passar um período estudando as “artes liberais”, o contato com o esoterismo e a astrologia fora um ato casual: “O Dr. Müller contratou-me na época em que eu trabalhava no Jornal da Tarde para redigir um curso de psicologia baseado em astrologia, já que era argentino e não dominava muito bem o português” (CARVALHO apud PATSCHIKI, 2012, p. 29). Seu interesse nos conhecimentos da antiguidade e do medievo o aproximaram do esoterismo, já que para ele só seria possível se compreender as sociedades antigas a partir do estudo da astrologia.

É nesse momento que Carvalho tem seu primeiro contato com o Tradicionalismo quando, em 1977, recebe de uma namorada sua o livro “A Espada de Gnose” de René Guénon. Segundo Benjamin Teitelbaum, Carvalho teria inclusive participado de uma seita em Indiana

⁷¹ BERTOL, R. “Filósofo acidental. Entrevista de Olavo de Carvalho”. *O Globo*, 20 de maio de 2000.

no início dos anos 1980 que tinha como líder Frithjof Schuon, discípulo de Génon, que representava naquele momento o mais importante fio condutor dos ensinamentos tradicionalistas. Mais à frente nos dedicaremos a analisar essa vertente de pensamento. Aqui cabe destacar apenas que o autor participava da *tariqa* de Schuon com objetivo de “abrir uma filial” brasileira em seu retorno ao país. Ele, contudo, teria se afastado da ideia por ter se desiludido com o projeto e identificado em Schuon um esvaziamento das ideias de Génon, que se aproximava do islamismo sufista, e que ele teria um interesse excessivo em sua autopromoção (TEITELBAUM, 2020, pp. 122-123).

De volta ao Brasil, Carvalho seguiu trabalhando como quadro técnico na redação de jornais como freelancer e se dedicando à astrologia, tendo publicado cinco livros da década de 1980 sobre o tema. É também em meados da década de 1980 que ele iniciou suas intervenções como formador, reunindo, segundo ele “um pequeno grupo de jovens” em conferências para tratar de filosofia (CARVALHO apud PATSCHIKI, 2012, p. 30).

Em 1989, Olavo de Carvalho decidiu dar um passo a frente e organizar seus *Séminários de filosofia*, eventos permanentes que ocorriam duas vezes ao mês em São Paulo e no Rio de Janeiro em que o autor escrevia uma série de apostilas, resumos de autores que considerava importantes e ensaios sobre filosofia. Mais tarde esses seminários se tornariam o COF – Curso Online de Filosofia⁷². É com essa iniciativa que Carvalho conseguiu sair das redações, das atribuições técnicas de jornalista e dos trabalhos que envolviam a astrologia e ganhar certa notoriedade pública, começando a abrir espaço para subsistir como escritor, comentarista político, colunista e palestrante. Mais tarde, com a criação do Instituto Olavo de Carvalho, ele trabalharia no mesmo sentido (PATSCHIKI, 2012, pp. 33-34).

A emergência de Olavo de Carvalho ao público combinou uma série de fatores. Carvalho contou com o apoio de Ronald Levinsohn, polêmico empresário do ramo imobiliário e financeiro, famoso pelo escândalo da caderneta Delfin durante a ditadura militar e dono do Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro (UniverCidade). A UniverCidade seria, segundo o jornalista Alberto Dines, um meio pelo qual Levinsohn operava lavagem de dinheiro, tráfico de influência e venda de diplomas⁷³.

⁷² Ver em https://sl.seminariodefilosofia.org/assinatura-cof/?sek=seminario_lp. Acesso em 20 de agosto de 2023.

⁷³ DINES, Alberto. Carta aberta aos alunos e professores da UniverSidade. **Observatório de Imprensa**, 20 de dezembro de 2014. Disponível em <https://web.archive.org/web/20141220051853/http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da270620011.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

Levinsohn se situava dentre aqueles que foram beneficiados economicamente pelo regime ditatorial, era um fervoroso anticomunista e buscava agora se localizar no país pós reabertura. Com a UniverCidade ele buscava se enquadrar na ofensiva neoliberal que se iniciava. Segundo ele

a UniverCidade é uma ação para ajudar os outros e dar ao País o muito que o Brasil me deu. Fui beneficiário da transformação de um país que era uma porcaria em um país com uma economia de respeito”. Sendo que seus investimentos editoriais não seguiriam outra direção, “estamos publicando livros, como do general Golbery do Couto e Silva, e do intelectual Jean-François Revel, para disseminar a cultura. Não é uma ação para ganhar dinheiro. A história das falências brasileiras tem dois campeões: as editoras e as livrarias (LEVINSOHN apud PATSCHIKI, 2012, p. 40).

A entrevista do multimilionário a *Isto É Dinheiro* intitulada “Querem matar a concorrência a pauladas” indicava uma linha de continuidade entre a importância das transformações feitas pelo regime militar e uma ofensiva liberalizante para o país nos anos 1990.

Nesse aspecto, Carvalho tinha uma série de pressupostos em comum com Levinsohn. Esse certamente foi um elemento determinante para o apoio do empresário ao polemista, que foi encarregado de coordenar o curso de Filosofia da instituição entre 1997 e 2001, como também de sua editora, de 1999 a 2001, saindo desses postos por um desentendimento recíproco (CALIL, 2020).

Esses elementos se tornam importantes para a divulgação das ideias de Carvalho porque, até então, o autor tinha publicado seus livros por editoras de pequena expressão, geridas por amigos seus e sem trânsito com grandes veículos de comunicação e livrarias. Foi quando lançou o último livro de sua trilogia política, *O Imbecil Coletivo*, pela editora da UniverCidade, que houve de fato uma ampliação significativa de sua visibilidade.

Olavo de Carvalho começa a ganhar maior notoriedade, utilizando frequentemente como estratégia de divulgação as provocações públicas em seus textos. Essa estratégia pode ser vista em *O Jardim das Aflições*, resultado de uma negativa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em publicar um texto seu sobre Aristóteles e no já mencionado *O Imbecil Coletivo*, que nada mais é do que uma coletânea de colunas não publicadas polemizando com diferentes pensadores brasileiros. Cabe destacar que esse último teve sucesso editorial importante, tendo esgotado suas duas primeiras edições em poucos dias (PATSCHEKI, 2012, p. 41).

A trilogia de livros publicada por Olavo de Carvalho no final dos anos 1990 tem um papel fundamental na sistematização de uma cosmovisão ultradireitista e conservadora do pós-ditadura. Nesse sentido, a iniciativa de Carvalho seria para os anticomunistas civis, aquilo que o *Orvil* fora para o radicalismo da caserna.

Nossa tese é que o projeto iniciado por Carvalho em 1994 fora organizado efetivamente com o objetivo de estruturar uma nova coluna militante radical de direita em torno de si. O próprio autor reconhece algo nesse sentido ao dizer que

A função de O Imbecil Coletivo na coleção é bastante explícita e foi declarada no Prefácio: descrever, mediante exemplos, a extensão e a gravidade de um estado de coisas - atual e brasileiro - do qual A Nova Era dera o alarma e cuja precisa localização no conjunto da evolução das ideias no mundo fora diagnosticada em O Jardim das Aflições. O sentido da série é, portanto, nitidamente, o de situar a cultura brasileira de hoje no quadro maior da história das ideias no Ocidente, num período que vai de Epicuro até a "Nova Retórica" de Chaim Perelman. Que eu saiba, ninguém fez antes um esforço de pensar o Brasil nessa escala (CARVALHO, s. d., p. 3).

Acreditamos que com a publicação de *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*, Olavo de Carvalho sistematizou os principais preceitos da doutrina “antigramscista” para o tempo presente, delimitando qual a disjuntiva política estaria colocada no mundo e, mais especificamente, no Brasil do pós-ditadura. Ele funciona como *programa político* para seus adeptos e é aquele mais propagandeado. Já o livro *O Jardim das Aflições: De Epicuro a ressuscitação de César, ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (1995) trabalha em outra esfera, a da teoria, onde estabelece suas afinidades e rechaços as principais linhas filosóficas e políticas da história. Por fim, *O Imbecil Coletivo: Atualidades inculturais brasileiras* (1996) fornece o método prático, ou melhor dizendo a crítica *política* do cotidiano. Cabe, portanto, para o nosso estudo, uma visão de maior folego sobre esses escritos.

Como já dissemos, *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* nos parece ser o livro mais importante dessa trilogia. Publicado em 1994, o trabalho se dedica a desmascarar, segundo o autor, a “virada gramscista” da esquerda. Fritjof Capra aparece pouco ao longo do texto, de modo que fica nítido que combate a Antonio Gramsci é a prioridade para o autor. Segundo o levantamento feito por Leonardo Seabra Puglia, o autor descrito por Carvalho como “o profeta da imbecilidade, o guia da multidão de imbecis” teria

sido citado “318 vezes se somarmos as quatro obras⁷⁴ mais influentes publicadas pelo autor que diz ter aberto espaço para o surgimento dessa nova direita no país” (PUGLIA, 2018, p. 43).

Segundo Carvalho, a operação de retorno dos comunistas à disputa no campo da cultura começaria com uma reorientação do PCB ainda na década de 1970, mas só ganharia a sua forma final com a formação do Partido dos Trabalhadores e da “Nova Esquerda”. Ele afirma ainda que teria sido o primeiro a falar em “gramscismo petista”, ainda em 1987. Curiosamente, esse é o ano do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), que debateu a estratégia petista e onde se encontram em suas resoluções os conceitos de “hegemonia, de sociedade civil, de blocos políticos”, ainda que, segundo Bianchi e Mussi (2020) “significantes eram gramscianos, mas os significados não”.

Para Carvalho, a *virada* gramscista estava levando a esquerda do terreno da disputa política para o a disputa psicológica

O que Gramsci lhe ensinou foi abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos (CARVALHO, s.d., p. 11)

Essa estratégia, elaborada por Gramsci teria como objetivo a subversão de todo o conhecimento passado e a instauração de um sistema de pensamento de “historicismo absoluto” que visaria esvaziar a busca no conhecimento por uma “verdade objetiva” (CARVALHO, s. d., p. 23).

A formulação *olavista* acusa Gramsci de virar “de cabeça para baixo a fórmula leninista”. O marxista sardo teria alterado a estratégia do revolucionário russo de tal modo que o que antes era um projeto que combinava “um grosso amalgama de retórica e força bruta”, passaria agora a ser uma “delicada orquestração de influências sutis, penetrante como a Programação Neurolinguística e mais perigosa, a longo prazo, do que toda a artilharia do Exército Vermelho”. Ela visaria essencialmente preparar o terreno para um golpe de Estado comunista sem o uso da violência ostensiva. A grosseira metáfora que Carvalho usa para o tema

⁷⁴ Puglia soma a trilogia o livro *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, best seller de Olavo de Carvalho, publicado em 2013.

sintetiza bem sua visão: “A revolução gramsciana está para a revolução leninista assim como a sedução está para o estupro” (CARVALHO, s.d., pp. 36-37).

Reduzindo toda a elaboração sobre hegemonia de Gramsci como uma manobra de *domínio* psicológico, Carvalho defende que a revolução subterrânea levaria o comunismo ao poder de forma imperceptível. O governo totalitário se estabeleceria quando todos já estivessem tomados pelos ideais do comunismo, introjetados neles a partir de um trabalho de agitação cultural subterrâneo, que esconde suas intenções revolucionárias. Nessa interpretação, os intelectuais cumpririam o papel mais importante da estratégia gramsciana, da conversão gradual da sociedade ao comunismo por “mutações psicológicas graduais e crescentes, que a tomada do poder apenas coroa como uma espécie de orgasmo político” (CARVALHO, s. d., p. 38).

A estratégia de Gramsci para a implementação do comunismo passaria, portanto, por uma liquidação de todas as tradições filosóficas antecessoras e com ela a abolição da distinção entre o que é verdadeiro e o que é falso. Segundo Olavo de Carvalho, Gramsci - por influência de Antonio Labriola - teria misturado seu marxismo com um suposto pragmatismo, de modo que em sua filosofia a apreensão da realidade sempre estaria submetida a uma visão utilitarista da ação política sob ela, de modo que era a realidade era interpretada para conter nela aquilo no qual os comunistas gostariam de dizer. Sendo assim, toda a atividade cultural se reduziria a propaganda política subterrânea (CARVALHO, s.d. 42). Dessa forma, o gramscismo trabalharia pela destruição de uma série de preceitos basilares para as civilizações ocidentais colocando sobre eles a batuta de preceitos burgueses.

A ideologia gramsciana surgiria no Brasil, segundo Carvalho, como uma resposta a crise estratégica provocada pela derrota da luta armada. Ele diz que a esquerda brasileira não era capaz de criar uma teoria nacional própria, e que, por isso “quase por automatismo, sonambulicamente [sic], levada pela carência de opções”, acaba por aderir ao gramscismo (CARVALHO, s. d., p. 46).

Ele critica a imprensa brasileira, por sua falta de combate ao gramscismo petista, aderindo sistematicamente as reivindicações colocadas por esse agrupamento (“Fora Collor, morte aos corruptos, viva o Betinho, queremos sexo”). Segundo o autor

Agora, a imprensa brasileira acaba de descobrir, com um atraso de dez anos, que o programa do PT é gramsciano. Mas, além de tardia, esta descoberta é inexata: não é só o PT que segue Gramsci: todos os homens de esquerda neste país o fazem há uma década, sem se dar conta. O gramscismo domina a atmosfera por simples ausência de outras propostas e também por uma razão especial: atuando menos no campo do combate ideológico expresso do que no da conquista do subconsciente, ele se propaga

por mero contágio de modas e cacoetes mentais, de maneira que põe a seu serviço informal uma legião de pessoas que nunca ouviram falar em Antonio Gramsci (CARVALHO, s. d., p. 46).

Sua oposição ao petismo teria surgido justamente no contexto da campanha pelo Fora Collor, em que o autor identifica que o partido teria atuado de forma manipulatória, com chantagens psicológicas e espionagem. Ele admite inclusive ter tido esperanças de que o Partido dos Trabalhadores pudesse desempenhar no Brasil um papel de peso à esquerda de uma balança harmônica que rotacionaria o poder ocasionalmente com partidos de direita, alegando inclusive que votou em Lula nas eleições de 1989, mas que hoje “não votaria nele nem para vereador em São Bernardo” (CARVALHO, s. d., p. 12). Contudo, devemos ainda tomar essa afirmação com olhar crítico, de modo que um pretense apoio de Carvalho ao petismo no passado também cumpre um papel em sua narrativa. Tal qual sua relação com o PCB na juventude, o processo de desilusão com o Partido dos Trabalhadores funciona em alguma medida como uma *tomada de consciência* e um *desvelamento das mentiras* do partido.

Segundo o autor, aquele momento no qual o petismo assumia sua face gramsciana era um momento de transição, onde a fase do “combate informal”, ou seja, ideológico e subterrâneo, já estava por se encerrar, iniciando-se assim a fase da luta aberta pelo poder.

O que marca esta nova fase é que todos os adversários ideológicos já foram vencidos ou estão moribundos; nenhum outro discurso ideológico se opõe ao gramscismo, e os adversários políticos que restam lhe dão ainda maior reforço, na medida em que, não possuindo alternativa mental, pensam dentro dos quadros conceituais e valorativos demarcados por ele e só podem combatê-lo em nome dele mesmo. Isto é hegemonia (CARVALHO, s. d., p. 52).

O que Carvalho faz em sua interpretação da obra de Antonio Gramsci é uma extrema distorção de seus usos e dos seus conceitos fundamentais, em uma visão marcada pelo conspiracionismo, por doutrinas secretas que estariam dominando a mente dos cidadãos livres, rumo a um regime totalitário. Para isso ela estaria minando tudo aquilo que sustentou a civilização anterior, portanto é uma visão marcada pelo desespero de um sujeito que teme, para além de sua eliminação material, sua eliminação espiritual.

Ao realizar essa distorção, Carvalho transforma a revolução passiva em estratégia para Gramsci, e não em conceito para a compreensão de determinados fenômenos, invertendo seu sentido original e atribuindo ainda um caráter etapista (PATSHIKI, 2012, p. 107), onde primeiro os comunistas se concentrariam na luta psicológica, para depois tomar o poder. A guerra de posições, ou melhor, a tomada gradual e imperceptível das consciências, seria a única

estratégia e toda retórica abertamente revolucionária deveria ser rechaçada, para melhor se integrarem aos diferentes aparelhos de hegemonia.

A operação feita por ele é puramente ideológica, no sentido fraco do termo, ou seja, um processo de esvaziamento total dos conceitos gramscianos e de seu conteúdo analítico e uma introjeção de forte carga simbólica abstrata sob uma retórica alarmista. Para combater o marxismo, Carvalho transpõe essa sua interpretação sobre a estratégia da guerra de posições a fenômenos políticos diversos, atribuindo de forma absolutamente simplista a estratégia gramsciana a uma iniciativa de “virada linguística” marxista (PATSHIKI, 2012, p. 98). Ao fazer isso ele encerra seu argumento delimitando o marxismo como uma ideologia estritamente oportunista, vazia de qualquer conteúdo e, por isso, completamente oposta a qualquer produção de conhecimento científico.

Passamos então para a análise de *O Jardim das Aflições: De Epicuro à ressuscitação de César, ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (1995). Este ainda é um livro que permanece pouco analisado pelos autores que se dedicaram a criticamente analisar os escritos do autor.

Olavo de Carvalho apresenta que seu intuito com ele é apresentar uma crítica teórica a parte da intelectualidade brasileira que se envolvia em programas de fomento a cultura durante a prefeitura petista de Luiza Erundina na capital de São Paulo, de 1989 a 1992. Mas esse na verdade é apenas seu ponto de partida. O autor apresenta a problemática envolvendo a iniciativa de uma série de palestras organizadas por Marilena Chauí sobre filosofia, dando especial ênfase para a conferência sobre Epicuro, realizada por José Motta Pessanha. Portanto, é um livro no qual Carvalho discute em termos mais abstratos, mas que revela suas relações e suas afinidades com outras correntes de pensamento.

No livro, Carvalho retoma várias das ideias expostas em *A Nova Era e a Revolução Cultural* sob outra perspectiva. Segundo ele, o empreendimento intelectual desenvolvido pela iniciativa da Secretaria de Cultura visava a fabricação militante de uma realidade e não a busca científica por sua compreensão (CARVALHO, 1998, p. 32).

Sua visão aprofunda as teorias conspiratórias desenvolvidas anteriormente, defendendo a onipresença da “lavagem cerebral”, da “programação neurolinguística”, da “hipnose instantânea”, da “estimulação por feromônios”, entre outras formas de dominação psicológica, como a marca distintiva da política no século XX. Ela teria sido inventada pelos revolucionários russos e assimilada pelos regimes fascistas e nazistas, até ser incorporada na “indústria de comunicação de massas” dos dias atuais (CARVALHO, 1998, p. 51). Esse processo de guerra

psicológica teria submetido a sociedade moderna a um nível de “estimulação contraditória” tão profunda que o homem moderno “só crê naquilo que seja flagrantemente contrário às evidências” (CARVALHO, 1998, p. 64).

Carvalho faz essa crítica a política para então partir ao debate teórico. Segundo ele, essa operação de inversão psicológica seria fruto da formação do pensamento marxista, que, tendo se inspirado em Epicuro, estabelece uma relação entre teoria e prática que submete a primeira à segunda:

Mesmo que a ação produza efeitos totalmente diversos dos esperados, já não haverá distanciamento crítico suficiente para julgá-los, e eles serão não somente aceitos, mas celebrados pela teoria como normais e desejáveis: a teoria não tem aí nenhum valor autônomo, está reduzida ao papel de uma racionalização *a posteriori*, de uma apologia do fato consumado. A capacidade das esquerdas mundiais para justificar em nome de uma utopia humanitária as piores atrocidades do regime comunista — e, exterminado o comunismo na URSS, para continuar a pregar com a maior inocência os ideais socialistas como se não houvesse nenhuma relação intrínseca entre eles e o que aconteceu no inferno soviético —, é uma herança mórbida que, através de Marx, veio do epicurismo. Não é de estranhar que a evolução de um século do pensamento marxista tenha desembocado em Antonio Gramsci, o teórico do “historicismo absoluto”, que assume declaradamente aquilo que em Marx estava apenas insinuado e implícito: a abolição do conceito de verdade objetiva e a submissão de toda atividade cognitiva às metas e critérios da *praxis* revolucionária; a absorção da lógica na retórica, da ciência na propaganda ideológica (CARVALHO, 1998, p. 77).

Toda a argumentação de Carvalho visa, até aqui, criminalizar o marxismo, denunciando inclusive que essa ideologia ainda seria considerada respeitável enquanto “crimes de muito menor escala bastaram para manchar de sangue para sempre a imagem do fascismo italiano, do franquismo ou das ditaduras latino-americanas” (CARVALHO, 1998, p. 78). Contudo, as elaborações de Carvalho nesse momento se expandem para uma crítica mais ampla ao pensamento moderno. E é aqui que ele se encontra com o Tradicionalismo.

O Tradicionalismo é uma corrente de pensamento bastante marginal do ponto de vista político, de forma que a influência dela na obra de Olavo de Carvalho nos chama atenção. Essa corrente surge a partir da elaboração de René Guénon um francês que se converteu ao islamismo. Sua teoria consiste na crítica ao mundo moderno, a secularização da política, a prevalência do “materialismo” frente à espiritualidade e no recuo do papel da religião nas sociedades (TEITELBAUM, 2020, p. 20).

Segundo essa corrente de pensamento, o tempo percorreria ciclos de vão da idade do ouro à idade sombria. Essa ciclicidade de inspiração hinduísta se combina com uma visão da história pessimista, onde as sociedades caminhariam para um declínio até que um processo de

crise abriria novamente a idade do ouro. Mais importante é identificar os regimes políticos vinculados a essas idades.

A hierarquia social do Tradicionalismo opõe, assim, abstrato e concreto, espírito e corpo, qualidade e quantidade. Também mapeia as idades do ciclo do tempo, o que demonstra aquilo que os tradicionalistas consideram justo e como isso se deteriora. A idade de ouro é a dos sacerdotes; a de prata, dos guerreiros; a de bronze, dos comerciantes; e a sombria, dos escravos. Em cada idade, a casta predominantemente dita a sua visão de cultura e de política para o restante da sociedade. Por exemplo, na idade de ouro, o governo seria uma teocracia, com a autoridade religiosa e a arte devocional valorizadas acima de todo o resto, enquanto as idades subsequentes testemunhariam a ascensão do Estado Militar, da plutocracia e do governo dos mais ricos. Na idade sombria, por fim, um reinado de quantidade dá poder político as massas na forma de democracia ou de comunismo (TEITELBAUM, 2020, p. 22).

O pensamento Tradicionalista se aproximou da política de direita pelo sucessor de Guénon, o italiano Julius Evola, que acrescentou na hierarquia social o componente racial, defendendo a superioridade branca e ariana. Muito embora buscasse uma aproximação clara com os regimes fascista e nazista, a teoria de Évola defendida o componente cultural como predominante e criticava o fascismo pelo uso excessivo dos critérios supostamente biológicos e, portanto, modernos.

A luta ideológica do Tradicionalismo está no campo do combate a homogeneização social promovida pela modernidade. Dessa forma, o Tradicionalismo originalmente defendia a não assimilação entre os estratos da sociedade, que só poderia gerar um processo descendente, onde todos terminariam como “escravos do materialismo”. A atualização dos seguidores de Guénon adaptou essa teoria, destacando o tema da rigidez hierárquica e o substituindo por um ideal pluralista. O importante, então, seria a manutenção da tradição, das sociedades moleculares e dos vínculos religiosos acima dos materiais (TEITELBAUM, 2020, p. 203).

Muito marginalizado teórica e politicamente, o Tradicionalismo foi, ao longo de todo o século XX, uma corrente de círculos iniciáticos, compartilhando práticas ritualísticas variadas e sendo apropriado de diferentes formas, tal qual aquela que Olavo de Carvalho encontrou nos anos 1980 em Indiana, dirigida por Frithjof Schuon (TEITELBAUM, 2020, pp. 122-123).

Muito embora Carvalho tenha deixado o culto de Schuon ainda nos anos 1980, e não tenha mantido mais relações com grupos tradicionalistas de forma orgânica até onde se sabe, as ideias dos pensadores dessa vertente teórica de pensamento seguiram guiando parte das questões apresentadas pelo autor, que encontrava ali um modo de expressar seu anticomunismo.

Isso fica claro, quando o autor aponta René Guénon como o “maior crítico da modernidade”, em *O Jardim das Aflições* (ibid., p. 97).

Nesse sentido, Carvalho defende a superioridade do tipo de conhecimento produzido no período do medievo frente ao moderno, como um conhecimento que estudava a natureza como “transição desde o conhecimento sensível até a esfera dos supremos princípios metafísicos (CARVALHO, 1998, p. 99). Em oposição a isso, o autor afirma, assim como os Tradicionalistas, que o historicismo e o materialismo da modernidade teriam levado a uma ideia abstrata de progresso. Em suas elaborações há uma idealização da intelectualidade medieval como um corpo de clérigos intelectualizados desgarrados de suas nacionalidades que se afastavam das vaidades e se juntavam em grandes centros de conhecimento. Diferentemente do Tradicionalismo, aqui o autor defende o *universalismo* desse tipo de sociedade como progressivo. O centro dessa sociedade seria o homem na sua busca por conhecimento, sem nenhum tipo de limitação por parte da sociedade (CARVALHO, 1998, p. 118).

Da mesma forma, Olavo de Carvalho enxergava o cristianismo como uma religião que dava ênfase ao “eixo vertical”, ou seja, as relações diretas entre homem e Deus. O cristianismo teria sido a primeira grande cosmovisão religiosa a não estar vinculada a nenhuma estrutura social determinada. Essa relação colocaria o sujeito em direto contato com Deus e distante de qualquer estrutura política pré-determinado por um dogma religioso.

Essa visão de Carvalho sustenta uma clara alusão que aproxima o cristianismo ao liberalismo, em uma visão em que o conhecimento humano seria adquirido a partir de uma relação direta entre o indivíduo e Deus, sem contaminações de estruturas sociais. Na sua visão esse processo teria mudado de sentido a partir da “nacionalização do clero” iniciada por Henrique VIII e seguido por uma “mundanização do culto” católico e de politização do Vaticano. Segundo ele, essa seria a “política do Anticristo sobre a Terra: investir o estado de autoridade espiritual, restaurar o culto de César, banir deste mundo a liberdade interior que é o reino de Cristo” (1998, p. 121).

Esse fenômeno seria parte da construção da modernidade e da retirada da religião do centro da vida das sociedades. Contudo, a tese do autor é que esse processo não veio acompanhado de uma democratização da participação política e da eliminação da aristocracia. Pelo contrário, analisando a Revolução Americana e a Revolução Francesa, Carvalho defende que o poder que emerge desses processos para estabelecer impérios é fruto de uma aristocracia

iniciática, da maçonaria, que “pela disciplina do segredo, se furta por completo a toda fiscalização, a toda crítica, a toda tentativa de controle externo” (1998, p. 156).

A teoria estabelecida por Carvalho busca vincular uma visão positiva do cristianismo como fenômeno liberalizante na vida social desvinculado de estruturas estatais, ao passo que também critica a laicização do Estado moderno e a secundarização dos valores religiosos na ação política pública. Segundo ele, esse processo da modernidade estaria levando a religião a se resignar exclusivamente na vida privada, se fundindo com elementos exclusivos da “vida interior” e se confundindo com a “psicoterapia” e “técnicas de relaxamento” (1998, p. 165). Essas ideias o aproximam de uma série de pressupostos do Tradicionalismo, mesmo que tenha o catolicismo como claro elemento de prevalência frente as outras religiões. É essa estrutura de pensamento que também levaria Carvalho a apoiar a campanha de Jair Bolsonaro décadas depois. Em entrevista para Teitelbaum, ele teria expressado seu apoio a Bolsonaro por suas frequentes referências a Deus e a Cristo, sendo um vetor de cristianização para a política brasileira (TEITELBAUM, 2020, p. 119).

Na medida em que se aproxima do presente, Carvalho retorna as retóricas já estabelecidas conspiratórias já estabelecidas por ele anteriormente. Para ele, o desenvolvimento da modernidade teria colocado todos os sistemas de pensamento submetidos a lógica estatista e transformado o Estado em religião civil. Segundo ele, a intelectualidade brasileira encarava o problema de maneira esquemática: “Embora uma economia de mercado seja claramente menos opressiva para os cidadãos do que uma economia socialista, a liberdade para o mercado não garante automaticamente liberdade para as consciências” (CARVALHO, 1998, p. 181).

Dessa forma, haveria uma unidade entre neoliberais e socialistas pela “administração socialista da alma”, ou seja, a demolição dos pilares da civilização judaico-cristã da qual o povo brasileiro faria parte. Se, por um lado, Carvalho enxergava como progressiva a “derrota do comunismo” e assumia a “expansão do império” como um efeito colateral a ser pago, mas que não deveria ser furtado de críticas, em especial pela assimilação do império de práticas “social-democráticas” (ibid., pp. 193-194).

Tendo estabelecido uma elaboração crítica que delimitava seu pensamento frente aos demais e uma elaboração estratégica que situava a etapa histórica do pós-URSS e pós-redemocratização, Carvalho partiria a crítica da política, ou seja, a implementação de seus preceitos na interpretação dos fatos mais diversos da realidade e em uma consequente ação

política de ordem ideológica, no campo da cultura e da moral. Esse processo toma envergadura com a publicação de *O Imbecil Coletivo*, livro que, como já dissemos, obteve melhor propagação no momento de seu lançamento.

O Imbecil Coletivo é uma coletânea de artigos de opinião que ou não foram aceitos pela imprensa, ou sequer foram submetidos por Carvalho, mas que este os organizou em um livro. Nesse livro já se pode ver, além de reinterpretações de velhos dogmas anticomunistas, uma série de argumentos relativamente recauchutados que dariam notoriedade e sustentação para as empreitadas futuras do autor, além de estarem presentes nos discursos políticos até os dias atuais.

O título do livro viria da crítica a intelectualidade brasileira, que segundo o autor não seria um conjunto de sujeitos intelectualmente inaptos, mas “uma coletividade de pessoas de inteligência normal ou mesmo superior que se reúnem movidas pelo desejo comum de imbecilizar-se umas às outras” (CARVALHO, 1999, p. 44). No livro em questão há uma série de artigos que auxiliam na compreensão dos fundamentos teóricos que justificam a política racista⁷⁵ e LGBTI+fóbica⁷⁶ da nova direita no Brasil hoje⁷⁷. Seleccionaremos, contudo, apenas o elemento do regime militar para a análise, de forma a não expandir demasiadamente o escopo de nosso objeto.

Carvalho defende que o regime não teria sido opressor com a sociedade num geral, apenas com uma parte dela, a intelectualidade. Essa por sua vez teria interpretado o período com uma reação patológica, generalizando para o conjunto da sociedade a opressão que teria sido restrita ao seu extrato social. Esse processo teria gerado uma intelectualidade melancólica que, por um lado, renunciaria à disputa política da sociedade voltando-se ao “caminho da libertação” interior no mundo das drogas, por outro, ela teria aplicado um giro nietzschiano na política. A partir dessa interpretação, a ojeriza do autor para com a esquerda se justificaria pela perda de um projeto “positivo” de sociedade, tal qual existiriam nos intelectuais da época de

⁷⁵ Ver CARVALHO, Olavo. A Dívida dos Faraós. In **O Imbecil Coletivo**: Atualidades inculturais brasileiras. Faculdade da Cidade Editora, Rio de Janeiro, 1999, pp. 88-95.

⁷⁶ Ver CARVALHO, Olavo. Mentiras Gays. In **O Imbecil Coletivo**: Atualidades inculturais brasileiras. Faculdade da Cidade Editora, Rio de Janeiro, 1999.

⁷⁷ Para um estudo sobre os temas de gênero e sexualidade na nova direita hoje ver LIMA, Lucas Brito de. **Política Sexual Do Bolsonarismo**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2020.

Vargas, restando aos intelectuais militantes do período atual a única e exclusiva negação e combate a sociedade existente (CARVALHO, 1999, p. 98).

Três anos após a publicação de *O Imbecil Coletivo*, Olavo de Carvalho lança um polemico artigo no jornal O Globo, debatendo o regime militar 35 anos após o golpe. Ali estão sintetizados seus principais argumentos, em um artigo de página inteira em jornal de grande circulação. Esse artigo nos parece importante porque marca uma transição de Carvalho, superando a fase de constituição de sua teoria e partindo para a organização e ação militante, buscando arregimentar adeptos e intervir na opinião pública de forma mais sistemática.

O texto intitulado *A História Oficial de 1964* logo inicia dizendo que o processo de golpe contra governo constitucional de João Goulart teria sido um fato “*sui generis*” na história da América Latina, em uma época que “guerrilhas e atentados espoucavam por toda parte, sequestros e bombas eram parte do cotidiano e a ascensão do comunismo parecia irresistível”⁷⁸. O isolamento de fatos históricos que o autor faz tem utilidade política em sua narrativa, na medida em que ignora o papel da experiência do golpe brasileiro no desencadeamento dos demais golpes no continente nos anos subsequentes.

Por um lado, ele apresenta justamente as forças golpistas como redentoras de uma nação em crise, que era liderada por um presidente que endossava rebeliões esquerdistas no exército⁷⁹, com Luís Carlos Prestes tendo retornado de Moscou com “autorização para desencadear - por fim! – a guerra civil no campo” e com um alto nível de infiltração esquerdista na administração federal. Olavo de Carvalho não presta apoio às iniciativas golpistas dos partidos opositoristas, alertando que a extrema direita civil (Adhemar de Barros e Carlos Lacerda) estaria também organizando forças paramilitares com artilharia pesada. Voltaremos a análise desses episódios e a interpretação da nova direita brasileira sobre eles no capítulo subsequente. Aqui basta destacar que Carvalho claramente realiza um balanço que se alinha mais ao projeto político opositorista daquele período, contudo seu distanciamento desse setor indica, acima de tudo, uma tentativa especial de aproximação com as Forças Armadas e seu papel naquele processo.

⁷⁸ CARVALHO, Olavo. A História Oficial de 1964. **Jornal O Globo**, 19 de janeiro de 1999. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/a-historia-oficial-de-1964/>. Acesso em 03 de outubro de 2023.

⁷⁹ O caso da rebelião dos sargentos de 1963 foi extensamente utilizado pelas forças golpistas sob um forte tom alarmista de infiltração comunista nas FA. Ver em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Editora Eduff. Niterói, 2020.

Justificado o golpe pela situação de crise social, Carvalho então passaria a justificar a repressão sob termos comparativos, antagonizando o regime revolucionário cubano com a ditadura brasileira.

Os 300 esquerdistas mortos após o endurecimento repressivo com que os militares responderam à reação terrorista da esquerda, em 68, representam uma taxa de violência bem modesta para um país com mais de cem milhões de habitantes, principalmente se comparada aos 17 mil dissidentes assassinados pelo regime cubano numa população 15 vezes menor (CARVALHO, 1999).

Esse argumento de dualizar processos totalmente diferentes de forma comparativa visa não apenas supostamente atestar a brandura do regime, mas especialmente defender a validade do processo golpista como dique de contenção a uma suposta ditadura comunista sanguinária que, segundo a sua tese, estava às portas de ser instituída no Brasil.

A argumentação de Carvalho apontava para o presente, acusando a “historiografia oficial” os “livros didáticos” e a mídia a operarem uma inversão e fazerem uma caricatura que supervalorizava os elementos violentos do regime militar. Ele retoma a sua tese da *panela de pressão* como elemento que atesta a brandura da ditadura e que teria aberto um flanco para a hegemonia esquerdista, partindo da intelectualidade cultural. Essa brandura teria levado à hegemonia da narrativa histórica pelos esquerdistas, agora gramscianos (CARVALHO, 1999).

O cerne do artigo se encontra justamente em sua finalidade política. O autor propõe uma reavaliação da assim chamada *história oficial* do regime militar. Segundo ele, ainda que tenha havido “excessos” condenáveis do regime, eles deveriam ser avaliados não só em termos comparativos - em relação ao modelo de regime do qual os militares lutavam contra -, mas também pelas benesses que a ditadura teria entregado ao país. Diz Carvalho:

Para completar, muita gente na própria esquerda já admitiu não apenas o caráter maligno e suicidário da reação guerrilheira, mas a contribuição positiva do regime militar à consolidação de uma economia voltada predominantemente para o mercado interno – uma condição básica da soberania nacional. Tendo em vista o preço modesto que esta nação pagou, em vidas humanas, para a eliminação daquele mal e a conquista deste bem, não estaria na hora de repensar a Revolução de 64 e remover a pesada crosta de *slogans* pejorativos que ainda encobre sua realidade histórica? (CARVALHO, 1999)

O autor buscava reescrever o balanço político da ditadura militar, para assim reabilitar a opinião pública sobre o regime. É curioso que ele mobilize aqui um argumento econômico - o desenvolvimento de mercado interno - sendo esse elemento muitas vezes vinculadas ao ideal de “progresso” da modernidade do qual ele se apresenta enquanto crítico. É, em nossa visão,

um argumento instrumental, que visa validar sua conclusão geral, da necessidade da *Revolução* – com “R” maiúsculo -, e atestar a brandura do regime e a histeria histórica produzida pela esquerda no presente.

Como dissemos, nossa avaliação é que Olavo de Carvalho, ao fim dos anos 1990 iniciou um processo mais intenso de disseminação de suas ideias para públicos mais amplos, buscando aproveitar o espaço relativo que as polêmicas abertas com seus livros tinham lhe dado na grande imprensa.

Nesse contexto, em 1998 ele lança um site para coletar doações e publicar textos seus e de outros autores dos quais ele tinha referência, com especial atenção ao intelectual conservador austríaco, naturalizado brasileiro, Otto Maria Carpeaux. A página servia também para divulgar as chamadas de seu Seminário de filosofia, mas logo em 1999 agregou um fórum, onde os leitores poderiam publicar suas opiniões e realizar debates (PATSHIKI, 2012, p. 44).

Poucos anos depois, em 2002, criou o Mídia Sem Máscara (MSM), autodenominado um observatório de imprensa organizado por Olavo de Carvalho. Claramente, o projeto do MSM era um passo à frente na organização da extrema direita brasileira, em um momento em que sua audiência ainda se concentrava em círculos de propaganda e incursões esporádicas na grande mídia.

O Mídia sem Máscara surgiu no ano de início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um momento político novo na história brasileira, quando um partido oriundo das lutas da classe trabalhadora ascendia ao poder. Como resposta, uma série de atores políticos da classe dominante instigaram movimentos de pressão contra o governo, antes mesmo de sua formação, como forma de garantia da manutenção dos compromissos assumidos com a burguesia nacional e as forças imperialistas. Parte desse movimento envolveu uma reorganização do cenário de parte da direita brasileira e a organização de uma direita ultraliberal, elemento sobre o qual já nos debruçamos no capítulo anterior e contexto no qual o Mídia sem Máscara se insere.

Em sua fundação o MSM foi financiado por grupos representantes de determinadas frações da burguesia. Alguns com expressão pública, como é o caso da Livraria Cultura, que financiava o projeto através do Instituto Brasileiro de Humanidades. Outros representavam setores da burguesia brasileira, que estavam inseridos nas frações que se sentiam a margem do

poder político e do centro econômico, como é o caso da Associação Comercial de São Paulo (PATSCHIKI, 2012, p. 46). É importante mencionar a ACSP, pois a entidade é mantenedora do jornal Diário do Comércio, único jornal que mantém o emprego Carvalho quando esse é demitido dos veículos de grande circulação em que trabalhava em 2005 - os jornais O Globo e Zero Hora e as revistas Bravo!, Primeira Leitura e Época⁸⁰. No mesmo ano ele se muda para Richmond, na Virgínia, continuando a sua atuação política fora do solo brasileiro.

Do ponto de vista ideológico, o Mídia sem Máscara se propunha a ser um projeto de interlocução intelectual entre uma série de articulistas da direita radical brasileira, tendo como eixo o anticomunismo e o antipetismo. O objetivo de Olavo de Carvalho era reunir em um agrupamento sob sua direção uma fração da intelectualidade de direita para assim potencializar sua ação política. Dessa forma o MSM cumpre um papel de coesão de uma série de agrupamentos reacionários, se autodenominando liberais conservadores. A necessidade dessa unidade se daria pela debilidade da burguesia nacional.

Se algo aprendi nos dezesseis anos que decorreram desde meus primeiros avisos sobre a mais vasta e silenciosa trama revolucionária que já se viu no mundo, foi que a “burguesia” é a classe mais indefesa que existe. Acovardada perante o prestígio dos vigaristas intelectuais mais baixos e sórdidos, ela se apega a qualquer pretexto para enxergar, no inimigo que planeja assassiná-la, todas as virtudes mais róseas e fictícias e evitar assim o confronto com uma realidade temível. O famoso “aparato ideológico da burguesia”, de que falam os marxistas, jamais existiu. Ele é apenas uma projeção invertida do próprio aparato ideológico revolucionário, destinada a impedir, mediante a denúncia preventiva de maquiavelismos imaginários, que um dia um real aparato burguês de autodefesa venha a existir. Quando a burguesia, pelo menos brasileira, consente em dizer algo em seu próprio favor, ela o faz com tanta discricção e delicadeza que dá a impressão de estar disputando com o adversário mais bondoso e compreensivo do mundo, e não com as “máquinas de matar” que os revolucionários se orgulham de ser⁸¹.

⁸⁰ Sobre as demissões, Olavo de Carvalho acusa motivações ideológica, mobilizando seus afiliados a pressionarem o jornal Zero Hora por sua recontração. Na carta aberta publicada por ele, podemos ver alguns argumentos interessantes sobre como ele percebia àquela perseguição: “Nos vinte anos de governo militar, nunca vi um só jornalista ser expulso de toda a “grande mídia” brasileira por divulgar algum fato politicamente indesejado. Esse privilégio, que me lisonjeia ao ponto de me corromper a alma, ficou reservado para ser conferido à minha irrisória pessoa no período histórico imediatamente posterior, chamado, por motivos esotéricos, “redemocratização”. Por informar ao público a existência do Foro de São Paulo e os laços mais que íntimos entre partidos políticos e quadrilhas de narcotraficantes e sequestradores, fui chutado do Globo, da Época, da Zero Hora, do Jornal do Brasil e do Jornal da Tarde. O número dos que por esses e outros canais me chamaram de louco, de mentiroso, de desinformante, de teórico da conspiração e coisas similares conta-se como as estrelas do céu. Excluído do círculo das pessoas decentes, só encontrei um último abrigo neste bravo Diário do Comércio, onde me sinto cinicamente bem entre outros meninos malvados como Moisés Rabinovici, Roberto Fendt e Neil Ferreira”. CARVALHO, Olavo. A Escolha Desgraçada. **Diário do Comércio**, 25 de maio de 2010. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/escolha-desgracada/>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

⁸¹ CARVALHO, Olavo. A burguesia indefesa. **Diário do Comércio**, 17 de agosto de 2009. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/a-burguesia-indefesa/>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

Como podemos ver, a avaliação da debilidade burguesa no Brasil e da sua convivência e permissibilidade para com os comunistas leva ao impulso de organização política e de trabalho intelectual comum da direita radical.

Frisamos o tema do trabalho intelectual pois era nítido que o que visava tática para o momento de Carvalho e seus articuladores era ainda muito mediada por um espaço político diminuto. Era necessário ainda que se transcorresse uma etapa de arregimentação de filiados, troca de experiências e de organização em busca de uma coesão teórica e programática mínima. Uma etapa no qual eles estariam fadados a pequenos círculos que “nada fazem senão discutir e discutir, analisando diariamente, com minucia obsessiva, uma conjuntura política na qual não têm o mínimo poder de interferir” (CARVALHO apud PATSCHIKI, 2012, p. 71).

Nessa tarefa, a iniciativa organizada por Carvalho se relaciona com uma série de ideologias políticas em desenvolvimento no período. A aproximação mais clara é ao liberalismo econômico, coisa que ainda era tema reticente na obra do autor até então, como vimos, muitas vezes abordado apenas sob a ótica moral. O Mídia sem Máscara, diferentemente, se destacou pela defesa aberta e irrestrita da iniciativa privada. Sua estratégia visava criticar quaisquer iniciativas que, ao menos em tese, visassem a um cerceamento da livre iniciativa, independente de quais sujeitos políticos as propusessem. Esse movimento auxiliava a narrativa olavista de unidade no sistema político hegemônico brasileiro, onde PSDB e PT teriam o mesmo projeto e, sob diferentes meios, almejavam o comunismo (PATSCHIKI, 2012, p. 82). Esse movimento retórico só é possível com o uso de uma cuidadosa seleção e de fatos e uma abstração total da conjuntura no qual eles se inserem.

Nesse movimento o MSM se aproximou também do *Tea Party*, movimento ultraliberal e conservador estadunidense que ascendeu politicamente na esteira da crise de 2008, durante o governo Obama. Seus “*Princípios Inegociáveis*” incluem o combate à imigração e uma política de empregos que privilegie os americanos, redução do gasto público e combate a política de taxa progressiva do imposto de renda, além da defesa irrestrita dos valores da família *tradicional* e da cultura armamentista estadunidense.

A proximidade com o *Tea Party* se dava por acreditar que esse era um movimento que buscava reavivar a constituição estadunidense: “harmonizava as reivindicações práticas do Iluminismo com as exigências e princípios do cristianismo bíblico” (CARVALHO apud PATSCHIKI, 2012, p. 47). Além disso, o *Tea Party* estaria retomando a moral do Partido

Republicano que, segundo o colaborador do MSM Heitor de Paola, estava “mergulhado num lodaçal de corrupção, esquerdismo, dominação do Partido Democrata pelo ‘*shadow party*’ comandado pelos grandes financistas sob a batuta de George Soros”. A ação do *Tea Party* na política estadunidense, desse ponto de vista, estaria trazendo de volta os valores daquela sociedade, e desnudando o “socialismo” do então presidente Barack Obama. Grosso modo, era essa a estratégia que o Mídia sem Máscara queria reproduzir no Brasil.

Podemos analisar que o MSM se inseriu e auxiliou a fomentar a complexa teia de aparelhos privados de hegemonia que descrevemos no capítulo anterior, onde adquiriu espaço e angariou autoridade política para as ideias ali expostas. Cabe ressaltar ainda as diversas conexões que existem entre os membros do Instituto Milenium e o Mídia sem Máscara ou o fato de Olavo de Carvalho ter participado com destaque do Fórum da Liberdade em 5 das 6 edições do evento entre 2000 e 2005. Essa iniciativa de inserção em setores da burguesia brasileira insatisfeitos visava entronizar aquilo que Lucas Patschiki chama de “contrarrevolução moral do homem”, como vemos:

O MSM milita visando à interiorização de todo um modo de ser, uma contrarreforma moral do homem apoiada em alguns elementos agregadores profundamente enraizados na vivência social destes estratos, que apresentados em profunda crise, permitem a construção de explicações e respostas lógicas de fundo moral, civilizacional ou cultural, para crises e convulsões sociais do capitalismo, possibilitando uma dupla ação, mesmo que retórica: por um lado, ele arroga-se de portar a semente de um projeto consequente de sociedade e, por outro, dota de culpa uma suposta atuação global de esquerda – agregando sentido político aos mais diversos fenômenos sociais – através de seu entendimento distorcido de uma suposta “guerra de posições” que estaria sendo levada a cabo de maneira sub-reptícia pela esquerda mundial (o que chamam de “guerra cultural revolucionária”). Em sua interpretação da revolução passiva como estratégia positiva para esquerda, esta visaria destruir as “bases morais do capitalismo” (2012, pp. 19-20).

Ou seja, o projeto de Olavo de Carvalho nos anos 2000 visava formar uma base militante em frações da burguesia e da pequena burguesia brasileira sob um programa de conservadorismo moral e religioso, liberdade econômica e uma retórica radical anticomunista. Há claramente uma radicalização do autor nesse período, quando ele passa a enquadrar em suas batalhas o combate as reivindicações de abertura democrática e conquista social no interior do regime político brasileiro, sempre a carimbando essas disputas com a pecha de comunistas encobertas.

Cabe destacar que nessa frente Carvalho também angariou apoio de grupos de militares e reservistas insatisfeitos que descrevemos no tópico anterior, sendo que muitos desses grupos reconheciam no MSM e em seus colaboradores os dirigentes teóricos de suas ações políticas,

dedicando espaço cativo para a reprodução de publicações dos autores nas mídias digitais e nos jornais organizados por eles.

Como vimos no capítulo anterior, as conexões que tornaram possível a manutenção da ação política de uma fração da direita radical - com programa que combina liberalismo e conservadorismo - se alicerça também de um conteúdo ideológico que também vai sendo constituído a partir de seus contatos, desenvolvimentos e experiências políticas práticas através de sua intervenção na opinião pública.

Dentro desse processo, foi necessário forjar uma série de novas *narrativas explicativas* que encadeassem teleologicamente a história recente do país em uma visão de mundo conservadora de forma a responder aos dilemas políticos do mundo contemporâneo. Desse processo participaram uma série de sujeitos, não sem tensões e particularidades. Destacamos aqui os agrupamentos militares e a produção de Olavo de Carvalho. Como buscamos demonstrar, são muitos os argumentos que convergem na agitação política externa e interna entre as FA e os grupos políticos de extrema direita no Brasil contemporâneo. Dessa forma, concordamos em absoluto com Eduardo Costa Pinto (2021, pp. 289-290) quando diz que a diferença entre o olavismo, o bolsonarismo e os militares é de forma e não de conteúdo. Ou seja, há entre eles uma convergência de projeto. Ainda que cada um atue sob determinado campo da política e sob determinados estratos sociais, todos caminham para um projeto político de conteúdo ultradireitista, anticomunista e reacionário, com fortes traços conspiratórios.

3 A DITADURA MILITAR SEGUNDO A BRASIL PARALELO: REVISIONISMO, NEGACIONISMO E USOS POLÍTICOS DO PASSADO

Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos para o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem somente a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem intenção de o fazer (HOBBSAWN, 1996, p. 14)

Desde suas primeiras produções, a Brasil Paralelo conseguiu atrair um grande público. O sucesso de seus materiais, disponibilizados de forma livre no Youtube e vinculados a uma estratégia de marketing digital muito agressivo, logo chamaram atenção não só daqueles que se alinhavam ideologicamente com aquilo que a produtora apresentava, mas também de alguns estudiosos das áreas de humanidades que buscavam compreender o processo que estava ali se desenvolvendo.

Muitas questões se apresentavam a partir dessa aproximação. Seria a Brasil Paralelo produtora de um tipo de história? Essa história poderia ser enquadrada como revisionista? Localizar o problema dessa forma não seria buscar uma nova História Oficial? Como essa produção se relaciona com os recentes debates entre História e Memória da historiografia brasileira e internacional?

Estas e outras questões ainda estão sendo formuladas por um grupo de pesquisadores que vem se dedicando, nos últimos anos, a estudar o escopo do trabalho da produtora porto-alegrense, bem como os seus impactos políticos em nossa sociedade. Seria impossível esgotar todas essas questões nos limites desse trabalho. Buscaremos apresentar os motivos pelos quais acreditamos que a Brasil Paralelo se enquadra de fato em uma produtora de conteúdo revisionista de tipo regressivo, que se utiliza de conhecimentos próprios da história para teleologicamente justificar determinada visão política de mundo no presente.

O termo revisionismo teria surgido inicialmente com caráter pejorativo nos debates do movimento socialista no final do século XIX, para caracterizar as revisões programáticas defendidas pelo dirigente do SPD alemão Eduard Bernstein (MELO, 2013, p. 50). Os adversários de Bernstein – cujos nomes mais conhecidos são Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Vladimir Ilyich Lenin – acusavam-no de operar uma revisão reformista no pensamento de

Marx. Desde aquele momento, o termo revisionista permaneceu tal qual um xingamento político no vocabulário dos revolucionários que se afiliaram posteriormente à III Internacional (Internacional Comunista) após a Revolução de Outubro de 1917, e serviram a embates políticos muito diferentes.

Contudo, é no pós-II Guerra Mundial que o termo foi introduzido por historiadores com valoração positiva, como elemento de atualização, reelaboração e reavivamento determinados debates históricos a luz de novos paradigmas ou fontes (TRAVERSO, 2007, p. 155).

O historiador inglês Edward Palmer Thompson, em seu seminal trabalho *A Miséria da Teoria* (1981), buscando precisar o sentido parcial - portanto, sempre passível de revisão - do conhecimento histórico, atenta para seu caráter sempre “provisório e incompleto”, “seletivo” e “limitado e definido as perguntas feitas pela evidência” (p. 49). Segundo ele, ainda que o objeto da história fosse sempre o “real”, o conhecimento produzido seria parcial, não porque seria inverídico, mas porque é fruto de uma elaboração historiográfica em um momento concreto, no qual aquele objeto provém de determinadas fontes é submetido a determinadas questões e métodos que são parte das problemáticas postas para aquela sociedade (e aquele historiador, em particular) no momento presente.

Essa avaliação, no entanto, não leva o historiador a um relativismo que não busca valoração entre as interpretações historiográficas, seus desvios e falsificações. Fazendo uma análise sobre a possibilidade de se utilizar critérios científicos objetivos para a aferição do conhecimento histórico Thompson diz “que embora o conhecimento histórico deva ficar sempre aquém da confirmação positiva (do tipo adequado a ciência experimental), o falso conhecimento histórico está, em geral, sujeito a *desconfirmação*” (1981, p. 50).

Esse debate se complexifica na medida em que está em simbiose com um debate que é - ao menos em partes - externo a historiografia, relacionado a memória. Segundo Marcos Napolitano, o processo de confusão entre história e memória se dá na medida em que elas tratam do mesmo passado (2015, p. 10), e muitas vezes tem seus personagens ainda vivos e presentes e ativos na cena pública. A memória, portanto, se debruça sobre a história, enquanto “a memória sobre processos históricos específicos possui uma história” (p. 12). Portanto, a memória também é objetivo de crítica dos historiadores.

À luz da efeméride do bicentenário da Revolução Francesa, no entanto, parte dos estudiosos retornou a uma visão mais crítica das operações revisionistas no campo da historiografia, a partir de seus vínculos políticos. O debate público que envolveu a caracterização do comunismo como grande mal do século XX - portanto rehabilitando o fascismo

como mal menor - protagonizada por Ernst Nolte, além da elaboração de François Furet da Revolução Francesa como marco inicial do mal comunista são o ponto de inflexão para essa análise (MELO, 2013). Eric J. Hobsbawm em *Ecos da Marselhesa* (1996) define assim a discussão:

A novidade da situação atual é que a rejeição da memória da Revolução Francesa vem daqueles que a desaprovam sob o argumento de que a tradição central da historiografia francesa é, desde 1815, marxista e, como tal inaceitável academicamente por uma nova escola de historiadores “revisonistas” (p. 10).

Desse modo, o intuito desses historiadores visava consolidar na opinião pública uma visão negativa de todo e qualquer processo revolucionário. Losurdo aponta para a “convergência entre o revisionismo histórico e o neoliberalismo” (2017, p. 34). Segundo ele, a negação dos direitos econômicos e sociais que eram o projeto políticos de intelectuais como Hayek. A negação desses direitos para ser bem-sucedida precisaria - como o próprio economista austríaco admitia - levar a cabo a “liquidação da tradição revolucionária”.

Podemos perceber que esses críticos utilizam o conceito de revisionismo de forma negativa, mas sem confundi-lo com o negacionismo. Para Melo (2013, pp. 57-58), a elaboração de Nolte se diferencia dos autores de extrema-direita Robert Faurisson e Paul Rassinier, que distorcem evidências históricas para negar o Holocausto. Segundo o autor, o revisionismo estaria mais para o reajuste de fatos já conhecidos da pesquisa histórica de forma a justificar sua interpretação sem, contudo, negar-se o fato. Fato é que há uma relação entre negacionismo e revisionismo de tal modo que a fronteira entre as duas operações nem sempre é nítida. Isto se dá especialmente porque, mesmo os negacionistas buscam estratégias de validar as suas elaborações, seja por meio da opinião pública, seja por intermédio da acadêmica, buscando-as apresentar de forma acadêmica e moralmente válida.

Há cerca de dez anos, abriu-se um novo debate na historiografia brasileira acerca da memória da ditadura militar. Esse complexo debate se deu, em larga medida, em torno da Comissão da Memória, Verdade e Justiça e o papel dos historiadores para com ela. Esse processo, se combinava justamente com o início da ascensão das novas direitas no cenário nacional, mas embriava-se também com uma querela entre alguns historiadores sobre os impactos políticos das conclusões de algumas pesquisas a respeito do regime ditatorial. Criticando aqueles que apontavam essas elaborações como revisionistas Sá Motta dizia:

Além do mais, o que pode ser objeto de revisão não é propriamente uma historiografia consolidada sobre os regimes autoritários, já que esta apenas recentemente começou a pesquisar o tema. As representações dominantes acerca do passado recente – portanto, o foco principal de qualquer revisão – são os registros da Memória (2013, p. 64).

Em decorrência do exposto, a discussão em jogo seria essencialmente sobre que tipo de memória se produziria a partir de determinada elaboração historiográfica. Sem que isso acarretasse um retorno a concepções da virada do século XIX para o século XX, alguns historiadores apontaram para o risco da normalização da *operação revisionista* e dos seus impactos, ao ignorar a economia política que estaria por trás dessas elaborações (MELO, 2013, p. 70).

A teoria de maior impacto que era criticada por esses historiadores seria uma “versão brasileira da teoria dos dois demônios” (NAPOLITANO, 2015, p. 34), que buscava explicar o golpe a partir da polarização e da radicalização dos sujeitos envolvidos, desprezando a estabilidade institucional da ordem então vigente. Segundo Napolitano, essa teoria teria como máxima expressão a coleção de Elio Gaspari (elaboração mais bem acabada também da elaboração liberal do processo ditatorial), mas se encontraria também de maneira menos evidente nos estudos sobre o governo João Goulart de Argelina Figueiredo⁸² e Jorge Ferreira⁸³.

Essas preocupações estavam ligadas umbilicalmente com todo o processo entorno da CNV, a pressão dos militares e uma crescente organização dos que criticavam o “revanchismo” que o governo petista supostamente estaria aplicando. A ofensiva dos Clubes Militares contra a assim chamada falsificação esquerdista da memória já era ponto de preocupação desses historiadores no ano de 2013 (MOTTA, 2013, pp. 61-62).

Como vimos, se o revisionismo é parte intrínseca do ofício do historiador, contribuindo para o avanço do conhecimento, há também um outro tipo de revisionismo, que se utiliza da história para “justificar interesses de natureza diversa”. Se, no primeiro caso trata-se de um procedimento analítico que “contribui para o avanço do conhecimento do passado”, há também aquele que, ao arripio dos procedimentos acadêmicos e orientado por interesses diversos “manipula dados/fatos e apresenta uma interpretação deturpada do passado”, geralmente em um contexto de efervescência política (CAPELATO, 2017, p. 22).

Traverso também corrobora essa visão de que há um revisionismo negativo. Segundo ele, haveriam três tipos de revisionismo: o primeiro seria essencialmente progressivo, ligado as novas descobertas documentais, novas metodologias e novos questionamentos ao objeto histórico; o segundo seria questionável, na medida em que há questões quanto à validade de sua

⁸² FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política (1961-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

⁸³ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

metodologia e de seus encaminhamentos, contudo ela ainda estaria dentro de um campo que promove o debate crítico entre os pares e demais estudiosos do tema; o terceiro tipo, no entanto, seria aquele mais nefasto para o conhecimento histórico, realizando uma operação revisionista enviesada que visa ao negacionismo, não permite o debate e está no campo da apologia de determinada interpretação e determinada memória (TRAVERSO, 2012).

Por tratar de fenômenos políticos tão diversos o historiador italiano faz uma ressalva e uma proposta que deve ser levada em consideração. Ele conclui que o termo revisionismo deveria ser abandonado pelo debate da historiografia, a exceção de quando se pesquisa o debate da II Internacional com Eduard Berntein (TRAVERSO, 2021, p. 164). De fato, a preocupação de Traverso é muito importante. Contudo, sua análise sobre os diferentes tipos de revisionismo não deixa de ser útil para o historiador que visa compreender o modo pelo qual são mobilizados temas próprios da história para a disputa política no tempo presente.

Acreditamos que um melhor caminho para o historiador que se dedica a estudar matérias sob as quais há algum tipo de *revisão* seja a de efetivamente qualificá-las no debate. O ofício desses historiadores deve ser o de localizar se essas produções se trata de uma revisão no campo do debate acadêmico, fruto de novas descobertas documentais ou novas metodologias, ou se é de fato uma revisão que, à revelia da documentação disponível, busca sustentar um embate político presente se utilizando de negacionismo e revisionismo historiográfico.

Sob esse balizador buscaremos analisar a operação realizada pela extrema direita nesse campo no Brasil da atualidade, utilizando ainda com o conceito de revisionismo e negacionismo, tal qual descritos na terceira acepção de Enzo Traverso. Se, por um lado, é verdade que o passado tem múltiplos usos políticos, a versão que nos interessa estudar aqui faz dele um uso bastante delimitado: se utiliza da história para defender um modelo de sociedade no presente, mobilizando assim mitos nacionais do passado de forma absolutamente instrumental e distorcida.

Podemos ver muito claramente essa intenção deliberada na produtora Brasil Paralelo, como parte de sua função de ser idealizada por seus sócios fundadores. Em entrevista a Folha de São Paulo, Lucas Ferrugem diz que o objetivo dos documentários da produtora visa reabilitar a cultura brasileira (essa entendida como o centro de toda a sociedade), que teria sido destruída pela esquerda, após décadas de desmoralização dos grandes feitos dos heróis nacionais⁸⁴. Esse mote pode ser visto desde os primeiros trabalhos da empresa, como podemos ver, por exemplo,

⁸⁴ Entrevista a Folha de São Paulo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p265bGtPv-4>. Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

em Congresso Brasil Paralelo, onde a produtora se coloca a tarefa de analisar as “raízes de nossos problemas” para então chegar na crise política do Brasil na atualidade. Por conta disso, alguns pesquisadores têm inclusive evitado usar a conceituação do produto principal da produtora como “documentário” defendendo que seria mais correto denominá-los de “narrativas de intervenção”, na medida em que seriam essencialmente “ferramentas político-ideológicas capazes de influenciar concepções e memórias populares” (SILVA, COLACIOS, 2023, p. 128).

Nesse capítulo buscaremos mostrar concretamente, onde se dá essa operação instrumental nos trabalhos da Brasil Paralelo. Centraremos nossa análise dos assim chamados documentários da produtora, por entender que são peças mais bem acabadas para os fins propostos pela empresa, portanto, representam a condensação de seu pensamento. Analisaremos centralmente o documentário *1964 – O Brasil entre armas e livros* (2019), contudo, relacionaremos temas presentes nesse documentário também com outras obras de autoria da produtora, na medida em que elas ajudem a entender de forma mais detalhada a visão de mundo ali desenvolvida.

Nossa análise se deterá especialmente as narrativas estabelecidas pelos documentários através das seleções de entrevistas realizadas pela produtora. Nos dedicaremos apresentar criticamente alguns elementos do conteúdo expresso nessas entrevistas e no modo pelo qual eles são utilizados para montar a narrativa política defendida pelo grupo empresarial. Não nos dedicaremos, portanto, a analisar a forma documental por completo, englobando sua estética, sua composição fílmica, e outros elementos que demandariam aqui uma outra abordagem teórico-metodológica.

3.1 1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS: UMA ANÁLISE

O lançamento de *1964: O Brasil entre Armas e Livros* foi cuidadosamente preparado pela Brasil Paralelo – sugestivamente publicizado no dia 31 março de 2019. Antes do lançamento, a produtora investiu intensivamente na divulgação do documentário, deu entrevistas em grandes mídias e buscou viabilizar exposições em universidades e cinemas comerciais para causar impacto.

Em entrevista de divulgação do lançamento de *1964* ao Programa Pânico da Rádio Jovem Pan – programa que serviu de propagador de diferentes espectros da nova direita brasileira desde a segunda metade nos anos 2000 – os sócios da produtora já apresentavam alguns elementos do que seria sua obra. Na entrevista eles reforçam a ideia de que seu trabalho seria isento, informativo, que tem como objetivo resgatar a verdadeira história nacional. Segundo eles

Por décadas destruíram nosso patriotismo. Através das escolas e da mídia nos fizeram acreditar que somos um povo fadado ao fracasso, que não temos virtude. Ideologias perversas contaminaram o imaginário popular, causando danos incalculáveis em jovens, que hoje estão perdidos e sem norte. A nossa resposta está sendo imediata. Estamos distribuindo um antídoto em cada canto do país, para todos os brasileiros. Nossos documentários são produzidos para despertar a consciência e o patriotismo de qualquer pessoa. São distribuídos gratuitamente para que tenham o maior alcance possível. O nosso compromisso é com a liberdade e a consciência do povo brasileiro. Cumprimos a nossa missão. Há um ano lançamos nossa primeira série, Congresso Brasil Paralelo, e ele já foi visto [sic] por mais de quatro milhões de brasileiros. Um impacto profundo nas raízes culturais do nosso Brasil. O mais importante é que pessoas como você fizeram a sua parte, tornando-se membros do Brasil Paralelo, comprando nosso produto e nos financiando. Por causa deste ato de coragem, estamos aqui para um novo passo, um passo em direção à retomada da nossa verdadeira cultura, na nossa verdadeira missão como brasileiros⁸⁵.

O elemento da “contaminação” já aparece aqui na mesma lógica da infiltração comunista alardeada por décadas entre os militantes anticomunistas. Para eles a contaminação é justamente a mistura entre uma patologia e um crime. Na mesma entrevista, os fundadores da BP definem o conceito de ideologia como uma prática política na qual sujeitos se apoderam das instituições do Estado de forma a exercer o domínio totalitário sobre a toda a sociedade, remetendo obviamente aos governos petistas. O lugar da produtora nesse contexto seria, segundo seus fundadores, o de produzir um *espaço* onde os intelectuais pudessem expressar suas opiniões. Seu papel seria o de intermediário, a partir de confecção de materiais para o grande público.

Outro discurso muito presente é uma narrativa de que eles teriam uma missão a cumprir, a missão de levar a verdade para o povo, verdade esta que é sistematicamente censurada pela grande mídia e pelo Estado. Esse elemento aparece nos primeiros momentos de *1964*, como veremos. O senso de missão, contudo, sempre rumo ao engajamento militante, que se combina com o financiamento da produtora. Esse inteligente argumento consegue dar um senso de

⁸⁵Brasil Paralelo explica documentário sobre a ditadura. **JOVEM PAN**, 1 de abril de 2019. Disponível em <https://jovempan.com.br/videos/programas/panico/brasil-paralelo-explica-documentario-sobre-a-ditadura.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

pertencimento e de coletividade àqueles que financiam a BP, como se estes estivessem também garantindo que aquela verdade cerceada possa chegar ao grande público.

O documentário *1964 – O Brasil entre Armas e Livros* se inicia com uma mensagem sobre como a obra tem sido recebida pela grande mídia e pelos espaços acadêmico-educacionais. Várias manchetes são expostas na tela de jovens que tentaram realizar divulgações dos filmes e teriam sido impedidos, além de polêmicas que envolveram a estreia do filme feita pela rede de cinemas Cinemark⁸⁶. A elas se sobrepõe um depoimento, com voz *em off*, de estudantes que teriam tentado organizar exibições em suas universidades e teriam sido boicotados e censurados pela estrutura universitária. Logo nesse início de documentário, já é possível direcionar quais seriam os adversários que a BP objetivava combater com a sua produção: a intelectualidade, a grande imprensa e os comunistas. Logo em seguida, Felipe Valerim toma a palavra para retomar a mesma mensagem que já havia expressado na entrevista à Jovem Pan com um agravante: a censura tornava urgente o apoio financeiro para a empresa, para que essa mensagem continuasse a se espalhar.

O final da abertura de *1964*, após uma longa vinheta com música épica, apresenta uma grafia com a palavra Brasil ornada de vários símbolos. Silva e Colacios assim analisam esses símbolos:

No final, a vista panorâmica mostra a palavra Brasil escrita em caixa alta onde cada letra é gravada com estrelas, e no topo existe um globo encimado por uma cruz, nitidamente inspirado na Bandeira do Principado do Brasil que vigorou entre 1645 e 1816. Nas laterais, ramos de café e tabaco como na bandeira imperial. Na parte inferior um brasão, inspirado no símbolo de armas português, utilizado em várias bandeiras imperiais do Brasil. Por essa espécie de abertura podemos concluir que na Brasil Paralelo não existe muita simpatia pela República, apontando para uma preferência histórica pelo regime imperial ou mesmo colonial (2023, p. 139-140).

Essa visão positiva do período imperial brasileiro, em especial, aparece em muitos momentos de outras produções da BP. Ela aparece especialmente pelas interlocuções de Rafael Nogueira – então presidente da Biblioteca Nacional, hoje está a frente da Fundação Catarinense de Cultura – na visão exposta no segundo capítulo da primeira série documental produtora⁸⁷ e

⁸⁶ Cinemark exhibe filme pró-ditadura, pede desculpas e gera polêmica na internet. Disponível em <https://economia.ig.com.br/empresas/2019-04-02/cinemark-exibe-filme-pro-ditadura-pede-desculpas-e-gera-polemica-na-internet.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

⁸⁷ Congresso Brasil Paralelo: Capítulo 2 – A Terra de Santa Cruz. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8CYt95y5fUU>. Youtube, 15 de dezembro de 2015. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

em diversas partes da série *Brasil – A Última Cruzada*⁸⁸. Defende-se, nessas obras, uma visão negativa da República vinculando sua origem ao positivismo e o cientificismo e, em decorrência dessas influências, o começo da decomposição da memória positiva da nação. Essa visão está bastante vinculada às elaborações oriundas das influências tradicionalistas olavistas.

Nicolazzi (2019) aponta para uma outra influência do período imperial brasileiro na Brasil Paralelo. Segundo ele, a produtora teria gosto também pelo modelo de historiografia implementado no período. Concordamos com ele, na medida em que é flagrante nas produções da BP um modelo de história que busca os feitos dos grandes homens, os “grandes varões ilustres da pátria”. É possível observar uma idealização de passado na busca por um mito nacional que sempre omite desse ideal nacional os grupos oprimidos e marginalizados de nossa sociedade.

Revelador também sobre essa aproximação positiva com a história do Brasil império é a participação frequente de Luiz Philippe de Orleans e Bragança nos vídeos do grupo porto-alegrense. Bragança é um conhecido organizador de grupos conservadores da sociedade civil que ganharam notoriedade no contexto do golpe parlamentar⁸⁹. Sua participação como membro permanente das produções da BP serve por um lado para apresentar de forma *memorialista* uma visão positiva da monarquia brasileira, ao passo que também defende radicalmente o liberalismo, representando cabalmente a ideologia liberal-conservadora que prega o grupo⁹⁰.

Passaremos agora para a análise dos dois argumentos principais que organizam a peça documental *1964*, a tese do golpe preventivo e a da reabertura política como momento da consolidação da hegemonia do marxismo cultural no Brasil.

⁸⁸ Brasil – A Última Cruzada. Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PL3yv1E7IiXySpilepZSpHnrWGWbmrk9j>. Youtube, 20 de setembro de 2017. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁸⁹ Segundo Santos “Como ativista político, articulou propostas de reforma política para o sistema de voto distrital com recall de mandato e projeto de lei de transparência tributária, bem como de mobilização na defesa da soberania e da cidadania atacadas por uma nova lei de imigração” (2021, p. 98-99).

⁹⁰ Na já citada entrevista para a Folha de São Paulo, Lucas Ferrugem se define politicamente da seguinte forma: “Eu me defino como um conservador-liberal. Por quê? Porque é aquele velho papo, que hoje em dia está em voga no Brasil e as pessoas acham que é uma jabuticaba brasileira. Porque o conservadorismo é a tradição dos nossos valores, e o capitalismo nada mais é do que um produto desse conservadorismo. Sem o conservadorismo nós não teríamos uma tradição de conseguir conquista, geração após geração, implementar revoluções como foi a revolução industrial e todo o resto.”

3.1.1 Golpe Preventivo

Assim como os anticomunistas do século XX, a narrativa da Brasil Paralelo parte da construção de uma narrativa da ideologia comunista como uma patologia e uma ideologia irracional e sanguinária. A narração do documentário *1964* apresenta a Revolução de 1917 como um processo vilanesco, onde os bolcheviques assassinaram a família Romanov “para implementar uma ditadura que tinha Lenin como Deus, e Stalin e Trotsky como Papas vermelhos” (2019, 6min). O regime soviético, segundo eles, teria elaborado uma estratégia de expansão internacional do comunismo, espalhando o “terror vermelho” nas décadas que se sucederam. Essa ideia já estava presente no terceiro capítulo do Congresso Brasil Paralelo, intitulado *As Raízes do Problema*⁹¹. Denunciando as mortes do regime comunista a narração diz:

Essas consequências são fruto da mentalidade revolucionária que vislumbram uma utopia teórica. E por se tratar de um futuro idealizado, não pode ser submetido a nenhum crivo e moralidade, ou razão do presente e muito menos do passado. O comunismo sempre negou a natureza humana, usando teorias supostamente científicas para embasar a busca de um novo homem. O extermínio humano se justificava na busca de uma sociedade apenas de homens evoluídos, a famosa utopia comunista” (CONGRESSO, 2017, 9 min).

Como podemos ver, o comunismo era mostrado como uma utopia teórica, que pela frustração de seus planos na condução concreta da revolução, realizava verdadeiros morticínios em massa. Une-se aqui uma crítica à validade teórica da estratégia revolucionária e a sua moral e a moral daqueles que a levaram a cabo.

Em oposição ao bolchevismo, estariam os Estados Unidos da América, que no século XX construíram “uma democracia liberal, baseada numa sociedade de mercado e nos valores cristãos”. Logo em seguida, a narração *em off* apresenta os EUA como “força imprescindível que derrotou os nazistas”, calando-se totalmente sobre o papel da URSS na Frente Oriental.

William Waack, ex-apresentador da Rede Globo⁹² e autor do livro *Camaradas – Nos Arquivos de Moscou: A história secreta da Revolução de 1935*, consolida a visão violenta do bolchevismo no documentário ao dizer: “O comunismo no leste europeu só existiu onde o Exército Vermelho pisou. Não há exemplo de país comunista que tivesse escolhido ser

⁹¹ Congresso Brasil Paralelo: Capítulo 3 – As Raízes do Problema. **Youtube**, 9 de julho de 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G6u1o7UuuAY>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁹² Waack foi demitido após ter sido vazado um vídeo seu em que proferia um comentário racista no ambiente de trabalho, pouco antes de entrar ao ar na emissora. Disponível em <https://www.poder360.com.br/midia/globo-comunica-demissao-de-william-waack/#:~:text=Jornalista%20foi%20acusado%20de%20racismo&text=Em%20comunicado%20divulgado%20n esta%206%C2%AA, trabalho%20desde%2022%20de%20novembro.>

comunista” (1964, 2019, 22 min). Negando toda uma história de revoluções no século XX, com destaque para os processos de descolonização no continente africano, o argumento de Waack, no depoimento concedido à produtora, deixa clara a visão que a BP quer passar: o comunismo seria uma força beligerante e avessa aos interesses nacionais e a autodeterminação das nações.

Dessa forma, ao analisar os comunistas brasileiros, o prisma de análise que orienta toda a argumentação da produtora sobre esse período não pode ser outra se não aquela já apresentada da contaminação ou infiltração comunista. Ela já estaria presente desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), segundo os ideólogos dessas perspectivas, que ao delegar a construção de Brasília a comunistas como Oscar Niemeyer, começava um processo de afastamento do povo do poder, facilitando assim a tomada dos comunistas, que teriam menos resistência contra a sua movimentação golpista.

Mesmo o governo Jânio Quadros - que não tinha nenhuma predileção ao comunismo - não conseguiu passar ileso às denúncias da Brasil Paralelo. Já é bastante conhecida a reação anticomunista a política externa independente de Quadros e os temores de um reatamento de relações com a URSS após a ruptura no governo Dutra (MOTTA, 2020, p. 257). Também é de amplo conhecimento a reação anticomunista no período a outorga da “Ordem do Cruzeiro do Sul” ao então ministro cubano Ernesto “Che” Guevara. Importante, para nós aqui é compreendermos o modo no qual os interlocutores mobilizados pela Brasil Paralelo apresentam esse episódio. Silvio Grimaldo, editor-chefe da *Vide Editorial* – responsável pela edição de *A Revolução Cultural* de Carvalho – assim descreve a situação:

Aconteceu o seguinte: eles estavam numa sala e o Jânio Quadros pegou a medalha de uma prateleira e colocou no peito do Che Guevara. E aquilo foi um presente, porque a comenda ela teria que ser dada pelo Estado Maior, por uma decisão das três armas. E o presidente simplesmente passou por cima daquilo e deu a comenda para o Che Guevara (1964, 2019, 39 min).

Essa sequência de acontecimentos romanceada busca caracterizar Jânio como um político incompetente, sujeito à manipulação pelos comunistas. Rocha, fazendo uma aferição documental do ocorrido, aponta que a condecoração ocorrida no dia 21 de agosto de 1961 já estava prevista e devidamente publicada no Diário Oficial da União desde o dia 18 de agosto, desmentindo o argumento de que a concessão teria sido um impulso episódico do presidente. Ainda, a comenda não era concedida pelo “Estado Maior” como alegou Grimaldo, e sim pelo Conselho da Ordem, que é por sua vez presidido pelo próprio Presidente da República (2021, pp. 280-281). O que vemos aqui é um caso de distorção da história que, seja ela resultado de desconhecimento ou má fé, fato é que ela está submetida sempre a sua conclusão, que é

apresentar o regime brasileiro – e sua classe política - como historicamente permissivo para o comunismo.

Avançando na caracterização do comunismo como ideologia antinacional, Rafael Nogueira repete o estilo de Grimaldo remontando a uma estória de Luís Carlos Prestes no contexto da ofensiva pela ilegalização do PCB em 1947. Segundo ele uma jornalista teria perguntado a Prestes

Só supondo, senador, se houvesse uma guerra entre Brasil e União Soviética, de qual lado o senhor ficaria?” Ele disse: “Ficaria do lado da União Soviética, porque a União Soviética representa a classe dos trabalhadores, não é já uma questão nacional, é uma questão de união de classes”. Beleza: não importa a explicação. O que o povo entende? Numa guerra Brasil x União Soviética, o cara [sic] ficaria contra o Brasil (1964, 2019, 46 min).

Novamente, o trabalho de Castro Rocha é eficaz ao demonstrar a má fé operada pelo então presidente da Biblioteca Nacional em busca de taxar o maior líder popular brasileiro ligado às lutas socialistas de um nacionalista soviético, antibrasileiro. Segundo Rocha, a ofensiva parlamentar-judicial que envolveu a cassação do registro legal do PCB nesse período produziu um documento com uma série de supostas evidências, dentre elas uma entrevista de Prestes a funcionários do poder judiciário, reproduzida no jornal do partido, o *Tribuna Popular*, no qual ele dá uma declaração que remonta ao que disse Nogueira:

A uma pergunta sobre qual a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista e declarasse guerra à União Soviética, o dirigente do PCB respondeu: — Fariamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Pétain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria contra um governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Mas acreditamos que nenhum governo tentará levar o povo brasileiro contra o povo soviético, que luta pelo progresso e bem-estar dos povos. Se algum governo cometesse este crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional⁹³.

A fala de Prestes, como podemos ver, foi substancialmente distorcida por Nogueira. Há de fato uma brecha na fala do dirigente histórico pecebista que permite que sujeitos com intenção de desacreditá-lo se utilizem dela para dizer que Prestes abria uma possibilidade de atuar contra a nação em contexto de guerra. Contudo, a declaração de Prestes é acima de tudo uma negação da participação da classe trabalhadora em uma guerra que objetivasse o ataque ao Estado Soviético porque este seria um ataque fundamentalmente as conquistas estabelecidas ali a partir da Revolução de 1917. Era dessa visão, oriunda das elaborações da III Internacional

⁹³ Prestes em uma sabatina com funcionários da Justiça. **Jornal Tribuna Popular**, 16 de março de 1946.

Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pasta=ano%20194&pesq=carlos%20prestes&pagfis=2076>. Acesso em 20 de março de 2024.

sobre o caráter do fenômeno fascista que recém tinha sido derrotado, que partia o dirigente comunista.

Destacadas essas passagens de Grimaldo e Nogueira é importante aqui frisar o método recorrente do uso de anedotas sem rigor historiográfico ou filológico como instrumento validador de determinado discurso histórico e determinada valorização política.

Um dos principais elementos publicitários trabalhados pela BP ao longo da divulgação de 1964 foi a de que o documentário revelaria provas “bombásticas” que provariam cabalmente a grande infiltração comunista que ocorria no período pré-golpe e o perigo no qual o país então se encontrava. A revelação seria o livro *1964 – O Elo Perdido: O Brasil nos arquivos do serviço secreto do comunismo*, de Mauro Abranches Kraenski e Vladmir Petrilak. Ambos aparecem no filme como especialistas que realizaram um estudo nos arquivos do serviço secreto da então Tchecoslováquia e teriam atestado uma massiva infiltração de espiões tchecos, disfarçados de diplomatas que vieram ao Brasil com a tarefa de converter cidadãos brasileiros ao comunismo e a então exercer influencia pró soviética. Cabe notar que no documentário é apresentado que a pesquisa teria sido viabilizada através de um contato entre Kraenski e Laudelino Lima, administrador da página *A Verdade Sufocada*, que deu vazão à pesquisa nos grupos da extrema direita brasileira.

A grande revelação prometida pelos produtores não vai além de algumas informações já conhecidas, uma série de acusações de infiltração que, no entanto, não apresentam nenhum documento ou nome de sujeitos que teriam realizado essas operações, mas funcionam para justificar a narrativa de que o golpe teria sido uma ação defensiva frente à crescente ameaça comunista. Esse momento do documentário dura pouco mais de 10 minutos de reprodução (24 min ~ 35 min) de um documentário que soma pouco mais de duas horas de duração.

Dessa forma vai se construindo a narrativa da escalada golpista até 1964. O governo Jango é representado como um projeto de “república sindicalista, que é uma pré-revolução”, nas palavras de Rafael Nogueira. O apoio às Reformas de Base, à Reforma Agrária, bem como a mobilização popular para pressionar o Congresso para a sua efetivação são caracterizadas por ele como instrumentos antidemocráticos utilizados pelo presidente, contra o Poder Legislativo. Essa visão expressa uma concepção de regime político no qual não é permitida a participação e a mobilização popular coletiva para o pleito de determinadas ações e decisões do Estado.

Olavo de Carvalho defende que a escalada golpista teria sido uma resposta não só à infiltração comunista no governo Jango, como também à crescente organização guerrilheira no Brasil. Nesse trecho do documentário há uma narração que confunde o processo de ruptura do

PCB que dá origem ao Partido Comunista do Brasil (que posteriormente iria optar pela estratégia do foco guerrilheiro) e a luta pela reforma agrária no campo, que partia da ideia da mobilização dos camponeses brasileiros, bastante diferente de uma “guerrilha revolucionária no campo” como é descrita. De todo modo, o documentário caminha para a afirmação de Carvalho de que “a guerrilha foi uma resposta ao golpe? Não, não, não! O golpe é que foi uma resposta às guerrilhas!” (1964, 2019, 51 min).

Essa estratégia da produção de contrafactuais pode ser encontrada em muitos momentos nas elaborações da produtora. De fato, a historiografia especializada no tema não comprova o afirmado por Carvalho. Ao contrário, temos estudos já clássicos, como também estudos recentes que apontam o exato oposto daquilo que é afirmado por ele. Se, por um lado, a radicalização que havia em torno da mobilização pelas reformas, com especial expressão para a Reforma Agrária, amedrontava a direita e dava munição ideológica para os anticomunistas da época tecerem seu discurso, por outro, ela não representava uma alternativa consciente de poder popular e camponês ou qualquer variante estratégica desse tipo. Além disso, a teoria de que haveria guerrilhas consolidadas e disseminadas no território nacional se choca frontalmente com a baixa resistência exercida pelos movimentos sociais no contexto imediato do golpe, como aponta a pesquisa de Ridenti (2010).

Segundo esse ponto de vista – que é extremamente frágil se confrontado com as evidências documentais existentes -, em resposta às ações comunistas revolucionárias, se organizou um movimento civil que teve como expressão máxima a Marcha da Família com Deus pela liberdade. Nesse contexto, a intervenção militar é representada no documentário como Poder Moderador, que intervém na conjuntura para conter o acirramento político e evitar uma guerra civil. Contudo, essa interpretação expressa na obra se contradiz logo em seguida quando descreve a movimentação militar rumo ao poder. Thomas Giulliano – aluno de Carvalho e organizador do livro *Desconstruindo Paulo Feire* (2020) – expõe, não intencionalmente, essa contradição na narrativa do documentário, dizendo que tanto Jango (sob a influência de Brizola), quanto o Exército estavam conspirando, sendo que a única diferença se dava no desfecho exitoso da conspiração do Exército e o conseqüente fracasso dos esquerdistas (1964, 2019, 1h6min). No entanto, a narrativa exposta por Olavo de Carvalho é a que ganha mais destaque. Ele diz:

O movimento de 64 não foi um movimento militar. Ele começa como um movimento civil. Os líderes eram sobretudo governadores de estado. Os militares foram entrando de pouquinho na coisa. Só que, no final, eles se precipitaram. Aliás, eles nem queriam dar o golpe. Foi o Mourão Filho que se precipitou e obrigou os outros generais a entrarem na coisa. Eles estavam tudo quietinhos, no canto. Aí o Mourão Filho que era

um doidão botou os tanques na rua e começou a ir em direção ao Rio de Janeiro. Ai eles tiveram todos que se movimentar (1964, 2019, 1h5min).

Dessa afirmação, um primeiro elemento que podemos destacar é que a sequência de argumentos que frisam a participação civil na trama golpista funciona como um avalizador político e como um abono moral para a ação militar. A deposição de João Goulart é justificada na medida em que, segundo a perspectiva apresentada no documento filmico, ela era o desejo do povo em sua luta contra a opressão comunista à vontade nacional. Em segundo lugar, é possível destacar na produção três interpretações presentes sobre o momento do golpe: um primeiro que ele seria uma força de contenção a uma possível guerra civil – ideia essa que se aproxima da elaboração de Carvalho em *História Oficial de 1964* -; um segundo, expresso por Giuliano, em que os militares faziam parte de uma das frentes da trama golpista, de onde teriam saído exitosos; e, por fim, uma terceira interpretação, expressa pelo próprio Carvalho, que apresenta a tomada de poder militar como um ato descoordenado, quase como involuntário, onde um general teria submetido todos os outros, levando ao golpe o Exército mesmo que não fosse naquele momento a intenção da maioria da corporação. A ideia de que o general Mourão Filho teria apressado a trama golpista encontra algum lastro em parte da historiografia sobre o tema, em especial na obra de Elio Gaspari (2002, p. 57).

Contudo, esse arrojado argumento expresso por Carvalho – ao qual a produção dá mais atenção em sua estrutura narrativa – expressa uma função política muito precisa. Em primeiro lugar, localiza um denominador comum entre todas as forças: a hierarquia estava na tarefa política de impedir o golpe comunista e isso passava inexoravelmente pela retirada de João Goulart do poder, independente de qual ator político fosse o responsável por executar a deposição. Em segundo lugar, ao utilizar um argumento que relativiza a conspiração militar, apontando um caráter de imprevisto à tomada do poder de 1 de abril, ele acaba por abonar, ainda que parcialmente, como veremos, a responsabilidade do Exército para com o regime que se seguiu. O que fica claro nessa passagem é uma predileção de Carvalho pela via da luta política civil, ainda que os objetivos políticos que ele traça sejam os mesmos daqueles levados a cabo pelos militares golpistas – a deposição de Jango e a desarticulação do comunismo em solo nacional.

Para encerrar a análise sobre a representação da trama golpista feito pela Brasil Paralelo em *1964*, vejamos o modo pelo qual a produtora apresenta a participação dos EUA no golpe. Duas afirmações são feitas por Carvalho a esse respeito. A primeira assegurava que a tese de que o golpe teria se originado em uma operação organizada pela CIA teria sido criada pela StB - serviço de inteligência tcheco -, sob o comando de Landislav Bittmann que depois viria a

abandonar seu posto e se tornar um notório defensor do anticomunismo. A segunda afirmação que compõe esse tema seria a de que o porta-aviões dos EUA que navegava em direção a costa brasileira não teria nenhuma função militar e seria apenas utilizado para retirada dos cidadãos estadunidenses em caso da concretização da guerra civil que se aproximava – afirmação essa que é apresentada sem nenhuma fonte (1964, 2019, 1h08min).

A elaboração exposta claramente tem a intenção de reforçar a visão de que os EUA seriam arautos da liberdade, portanto uma nação não intervencionista. A tese de que não houve intervenção estadunidense na trama golpista militar brasileira já encontra provas para sua refutação há várias décadas. Dreifuss já apontava a relação do IPES com uma série de organizações da sociedade civil estadunidense, que prestavam apoio à ação política da classe dominante em seu trabalho progressivo em busca da desestabilização do regime (1981, pp, 170-171). É do historiador uruguaio também a exposição da comunicação do Coronel Vernon A. Walters, que ao vir ao Brasil a serviço da diplomacia estadunidense por suas relações com os militares do país, teria sido comunicado que o presidente Kennedy “não se oporia a deposição do governo de João Goulart, se fosse substituído por um estável governo anticomunista que ficasse ao lado do mundo ‘livre’ ocidental” (1981, p. 172). Antes disso uma estudante de mestrado estadunidense em sua pesquisa encontrou os documentos que demonstram o nível de envolvimento dos EUA no processo (PARKER, 1977). Mais recentemente, a pesquisa de Carlos Fico relevaria ainda mais a relação entre a embaixada estadunidense no Brasil e o golpismo. Fico explicita o papel ativo do embaixador Lincoln Gordon no convencimento do centro do poder dos EUA (primeiro com Kennedy, depois com Lyndon Johnson) da necessidade de depor Goulart. Para além disso, o historiador apresenta provas da mobilização do aparato militar estadunidense, a serviço do golpe. Os EUA teriam mobilizado um porta-aviões e um porta-helicópteros, seis contratorpedeiros, e um carregamento com mais de 100 toneladas de armas para ação contra insurgente, além de quatro navios petroleiros para o caso de desabastecimento. O apoio militar externo só não ocorreu porque estava programado para o dia 11 de abril e o golpe contudo, se consolidou logo com as movimentações do dia 1 de abril (2008, pp. 97-98).

Carvalho e os produtores da Brasil Paralelo não apresentam nenhum tipo de fonte como estas, que são amplamente debatidas na academia e são trabalhos de referência para a discussão do tema⁹⁴. O projeto de desqualificação da produção acadêmica como enviesada produz

⁹⁴ Cabe destacar aqui o projeto organizado por Sidnei J. Munhoz e James N. Green, vinculado a Brown University, onde estão disponíveis uma vasta gama de documentos sobre a relação entre Brasil-EUA entre as

também um tipo de negacionismo – o da participação imperialista dos EUA no golpe -, e ignora a literatura especializada julgando-a como inválida, na medida em que é fruto do marxismo cultural. Dessa forma, ela é substituída por anedotas históricas sem comprovação documental.

O documentário segue explorando a consolidação do regime militar no pós-golpe. Apresenta-se uma construção do primeiro governo, de Humberto de Alencar Castello Branco, como evidentemente positivo, com amplo apoio de todos os extratos sociais. Rafael Nogueira diz o seguinte:

Com Castello Branco, você tem a interpretação que de a intervenção militar ela não passava de uma intervenção cirúrgica. Temos um problema, esse problema ele é grave. Mas ele pode ser resolvido mediante internação, sedação. E aí você faz as devidas aberturas no paciente, retira o problema, fecha e acabou. Intervenção cirúrgica, ou seja, rápido, eficaz. E sai, deixa o paciente na sua independência (1964, 2019, 1h12min).

Nogueira, e a direção da BP, portanto, apresentam a posição que foi utilizada justamente pelo regime para aferir legitimidade ao golpe, afirmando que a intervenção militar seria algo transitório, e que o Exército devolveria o poder aos civis de maneira rápida. No entanto, o que apresenta a obra da produtora gaúcha é mais uma vez uma utilização do suposto radicalismo esquerdista como justificativa para o aprofundamento do fechamento do regime. Segundo eles, a vitória da “linha dura” do regime e a ascensão de Costa e Silva teria acontecido em reação a explosão de violência guerrilheira que sucedeu o golpe. Olavo de Carvalho aproveita para fazer mais uma diferenciação lateral com a condução dos militares, afirmando que a ascensão de Costa e Silva e posteriormente Médici, marca também a ascensão da tecnocracia ao poder no Brasil, levada a cabo pela influência positivista dos militares, que eram avessos à política civil e propensos ao autoritarismo (1964, 2019, 1h20min).

Retomando a narração *em off*, a Brasil Paralelo sintetiza assim o momento pós-golpe no país:

Mesmo antes de 1964, guerrilhas rurais e movimentos armados já existiam, e estavam determinados a fazer a revolução. Após o 31 de março, esses grupos passam a adotar métodos hediondos e submetem o Brasil a anos tenebrosos. O terrorismo revolucionário torna-se cotidiano. O crime, o medo e o sangue marcam presença na vida dos brasileiros. Assaltos a bancos e estabelecimentos comerciais, explosão de bombas em lugares públicos. Fuzilamento e tortura de inocentes. Os revolucionários assassinavam até os próprios colegas que quisessem desistir da luta armada. Os comunistas brasileiros seguiam o exemplo de seus companheiros ideológicos, que em outros países já somavam mais de 50 milhões de assassinatos em nome da revolução. No mês de fevereiro, antes da subida dos militares ao poder, o PCdoB enviou brasileiros para a China com o objetivo de aprender as técnicas de guerrilha de Mao Tse Tung. Foram estes cidadãos que voltaram quatro meses depois e formaram a guerrilha do Araguaia. Preso nessa guerrilha, foi José Genoíno.

[...]

Bandidos e terroristas, hoje reverenciados como heróis nacionais, sequestraram, torturaram, assassinaram inocentes em nomes de seus ideais. Essa, uma verdade pouco noticiada nos anos seguintes pela imprensa e pela academia brasileira, que tratou tudo como uma luta contra a ditadura e pela democracia (1964, 2019, 1h22min).

Aqui podemos ver uma articulação muito nítida entre a visão das esquerdas como grupos de assassinos e sanguinários que espalhavam o caos na sociedade brasileira. Ela é apresentada no documentário com a provocadora efetiva do fechamento do regime e dos Atos Institucionais que sucederam o golpe e se aprofundaram nos anos seguintes. É importante destacar que há no documentário uma preocupação em não abonar o papel dos militares na repressão (“Não é preciso justificar tortura e ditadura para reconhecer que crimes foram cometidos”), mas há uma clara estrutura narrativa que busca justificá-la. Mais do que isso, essa narrativa aponta ao presente, denunciando que esses sujeitos terroristas que praticavam crimes no passado hoje são os principais líderes políticos do país. Além de citar o ex-deputado José Genoíno, nas imagens nesse momento passam fotos de Dilma Rousseff e, por fim, o dirigente do PT José Dirceu, esse apresentado de forma bastante vilanizada e fazendo alusões ao terrorismo e à corrupção.

3.1.2 A Redemocratização e a hegemonia do Marxismo Cultural

Como vimos no capítulo anterior, há uma nova etapa da elaboração anticomunista no Brasil no contexto da queda da ditadura militar. Ela é levada a cabo por setores marginais e extremados da direita, com setores militares, especialmente entre os reservistas, que lutavam contra a desmoralização de seus feitos no regime que então ruía. A tese da ascensão da hegemonia cultural esquerdista durante o declínio da ditadura é traço estruturante do pensamento divulgado pela produtora Brasil Paralelo.

Segundo os articulistas mobilizados pela BP, a virada culturalista da esquerda brasileira teria se dado na esteira dos eventos de maio de 1968, que teria iniciado uma revolução cultural que “destruiu uma cultura forjada sob séculos”. Novamente, a narração *em off* condensa as ideias apresentadas dizendo que os movimentos sociais por “liberalização sexual, o movimento por paz mundial, aborto e a quebra da noção tradicional de família” eram na verdade máscaras que escondiam um propósito oculto. A narração prossegue da seguinte forma:

Percebendo que a classe trabalhadora não havia aderido à revolução como Marx havia previsto, o filósofo comunista Gyorgy Lucáks concluiu que o movimento revolucionário não deve se preocupar com a destruição do capitalismo, mas sim, com as bases da civilização ocidental – a filosofia grega, o direito romano e a religião judaica

cristã. O fundador do Partido Comunista Italiano passa a escrever os Cadernos do Cárcere, onde relata que a estratégia marxista deve acontecer no meio cultural, instruindo todos os valores, a moral, a religião e a família. Para isso os comunistas devem ocupar espaços, e exercer o controle dos meios educacionais, das instituições religiosas e os meios de comunicação, a fim de pervertê-los e criar um novo modo de pensar (1964, 2019, 1h35min).

Cabe notar que há aqui algumas incongruências. Primeiro, a narração dá a entender que os movimentos de maio de 1968 seria a inspiração para a reelaboração estratégica de Gramsci e Lucács, sendo que o primeiro se encontrava morto desde 1937. Como podemos ver na transcrição da narração há uma referência à Lucács que logo passa à Gramsci de forma confusa, o que nos faz acreditar que houve um erro de roteiro nesse momento, que tenta ser consertado pela inclusão de um trecho do filme *Antonio Gramsci: os dias do cárcere*, de Lino Del Fran. De toda forma, há na elaboração da Brasil Paralelo uma visão linear e esquemática dos escritos de Lucács, Gramsci e os teóricos da Escola de Frankfurt. Por fim, cabe destacar a distorção que é dizer que Gramsci “passa a escrever os Cadernos do Cárcere”, como se essa elaboração não estivesse intimamente condicionada à condição carcerária imposta pelo regime fascista, na qual Gramsci permaneceria até suas últimas semanas de vida.

A síntese expressa no trecho expõe uma dimensão ideológica do processo de infiltração que descrevemos no tópico anterior. Agora, segundo a perspectiva apresentadas no documentário, com o abandono da estratégia revolucionária, os comunistas teriam começado a se concentrar na demolição dos valores culturais e morais da sociedade capitalista e na substituição deles por valores comunistas. Essa demolição, por sua vez, se daria de modo paulatino e silencioso, conquistando a hegemonia socialista de forma imperceptível.

Segundo essa perspectiva expressa na produção, a educação seria um espaço privilegiado para essa construção. A crítica ao sistema educacional brasileiro aparece em vários momentos dos documentários da produtora, tendo uma série dedicada exclusivamente ao tema, intitulada *Pátria Educadora* (2020). Desde o Congresso Brasil Paralelo o tema já aparecia, buscando vincular o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, ao *gramscismo* e à suposta estratégia de dominação comunista.

Outra estratégia também, segundo o mesmo ponto vista, seria o excessivo criticismo a todos os elementos da vida social. Segundo a produtora, a teoria da Escola de Frankfurt defendia que “se criticarmos tudo que existe, o processo de dialética histórica trazido por Hegel será acelerado, e conseqüentemente, a utopia comunista irá chegar mais rápido” (CONGRESSO, 2018, 25min). Longe de qualquer interpretação discutível sobre essa corrente de pensamento, esse argumento visava única e exclusivamente imputar responsabilidade intelectual a esses

teóricos à crescente onda de reivindicações de direitos sociais ligados à luta das mulheres, dos negros e negras, das pessoas LBGTI+, bem como responsabilizá-los pela reação conservadora na qual se insere a BP na crítica ao *politicamente correto*. Vemos isso também na fala de Fábio Morgenstern:

O Brasil vai virar o país mais gramscista do mundo! Itália e França que são dois países onde o gramscismo pegou nunca chegaram ao nível de gramscismo brasileiro. Qual que é a grande questão do gramscismo? E o que ninguém entende no Brasil? A melhor forma de você ser um gramscista ortodoxo é nunca tendo ouvido falar de Gramsci. Ele quer hegemonia. Ele não quer revolução da caserna. Ele não quer coturno, ele não quer uniforme. Ele quer uma cultura, onde você sempre vai reproduzir os mesmos termos. Porque que hoje a esquerda toda fala sempre: ‘machismo, racismo, homofobia!’? Isso é gramscismo (1964, 2019, 1h38min).

Essa reformulação estratégica, é exatamente aquela que desenvolve Olavo de Carvalho ao longo da década de 1990. É por meio dela que a esquerda teria conseguido, segundo a Brasil Paralelo, transformar uma derrota militar em uma vitória política. Segundo eles, “se o socialismo econômico falhou, se as ditaduras socialistas todas acabarem em genocídio, foi na guerra cultural, que a esquerda conseguiu seu grande triunfo” (1964, 2019, 1h37min).

Em 1964, Olavo de Carvalho apresenta a virada estratégica como decorrência do racha entre PCB e PCdoB, onde a ruptura seria na verdade uma “divisão de trabalho”. Ele sugere que os guerrilheiros teriam optado por essa estratégia não porque enxergavam com otimismo as lutas realizadas pelo povo cubano e chinês, mas porque estava dispostos a morrer em batalha e servirem de mártires para uma nova esquerda, que através do trabalho intelectual realizado pelo PCB, levaria à consolidação da hegemonia comunista no período subsequente. Novamente, sem a apresentação de nenhuma fonte, Carvalho ignora as diversas produções historiográficas sobre o tema que estudam a disputa encarniçada sobre a estratégia da revolução brasileira, no qual levou a ruptura do PCB e deu origem ao PCdoB. Cabe destacar que essa discussão estratégica permaneceria como debate intenso e permanente ao longo dos anos seguintes, intensificando novas rupturas do movimento comunista ao longo do regime militar e sem mencionar, nenhuma vez sequer, a suposta teoria da *divisão do trabalho* expressa aqui por Carvalho (RIDENTI, 2010, pp. 29-31)

É sobre a falta de combate do regime ditatorial ao campo da cultura que está a principal crítica da Brasil Paralelo ao regime. Segundo eles, a já citada “teoria da panela de pressão” do General Golbery “trouxo consequências incalculáveis para a política brasileira”. Partindo de nova fala de Morgenstern, a ditadura teria focado seus esforços exclusivamente no combate ao terrorismo, vencendo a trincheira militar, mas deixando a trincheira da cultura livre para que a “esquerda cultural contasse a história do terrorismo, da perseguição ao terrorismo” e por isso,

segundo ele, ninguém falaria do “terrorismo de esquerda” no Brasil nos dias de hoje (1964, 2019, 1h44min). Por intermédio desse argumento, a produtora reforça a ideia patológica da esquerda, agressiva e antidemocrática, ao passo que busca explicar a partir de uma interpretação do desenvolvimento da história nacional, o modo pelo qual a esquerda estabeleceu a sua dominação no regime brasileiro.

A Lei da Anistia é apresentada primeiramente como algo positivo, por Lucas Berlanza, diretor executivo do Instituto Liberal. Ela é definida como um meio de pacificação nacional para que depois “aos olhos da história, e não da justiça” fossem julgadas “as escolhas difíceis que as pessoas têm que fazer em contextos diferentes” (1964, 2019, 1h52min). Contudo, logo em seguida, a retomada da narração *em off* deixa subentendida outra interpretação. Ela diz que a combinação da operação já em curso do *gramscismo* cultural, com a lei da anistia em um contexto de desmoralização das forças militares e das lideranças liberais e conservadoras teria deixado caminho aberto para que a esquerda dirigisse o processo da nova constituição. Dessa forma, antigas propostas que antes “colocaram o Brasil à beira de uma guerra civil e provocaram uma intervenção militar” agora se tornaram normas constitucionais. Segundo eles, as reformas de base, o estatismo e a relativização da propriedade privada agora eram “clausulas pétreas da vida de todos os brasileiros”. Estaria assim consolidada a hegemonia cultural *gramscista*.

É nesse momento que surge o *Teatro das Tesouras*, tese conspiracionista que defende que a polarização entre PSDB e PT que imperou em boa parte das disputas políticas do pós redemocratização seria na verdade uma falsa oposição que buscava enganar o povo apresentando-lhe duas propostas supostamente diferentes, mas que na verdade aplicariam a mesma ideologia esquerdista (CONGRESSO, 2018).

Dessa forma, o combate às bases fundadoras da Nova República faz parte constante da crítica da produtora. Para ela, essa estrutura não seria o resultado de uma abertura democrática progressiva ao conjunto do regime brasileiro, mas uma nova conformação estatal de caráter socialista. Rafael Nogueira critica duramente as bases da Nova República, denunciando o império da burocracia e a exclusão do povo dessa nova articulação de poder. Para isso, ele aponta que esse novo regime precisa criar um novo mito fundador, e esse seria justamente o de que “esta Nova República foi fundada para o cidadão e contra um ditador, e qualquer pessoa que os contrarie é ditador” (1964, 2019, 2h03min).

Enquanto se encerra o trecho da fala de Nogueira, o documentário exhibe imagens do depoimento do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra à Comissão Nacional da Verdade. Desse modo, a produtora busca reabilitar a imagem de Ustra - já mimetizada pela retórica bolsonarista

desde que seu líder dedicou seu voto na cessão de cassação da presidente Dilma Rousseff ao torturador – apresentando-o como alguém que teria uma interpretação apenas divergente – ou podemos dizer, uma *verdade sufocada* – da Nova República. Durante uma exibição do filme na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, espectadores conclamaram sua memória com gritos de “Ustra vive! Fleury vive!” (SILVA, COLACIOS, 2023, p. 149).

3.2 A BRASIL PARALELO COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA IDEOLÓGICA

Como vimos, a produção da Brasil Paralelo é marcada por uma série de distorções de análise sobre fontes históricas que são apenas mostradas parcialmente, são descontextualizadas ou mesmo adulteradas. Essa operação mescla fatos conhecidos do grande público com fontes exógenas ao meio acadêmico, que carecem de debate entre os especialistas, de forma a encaixar sua narrativa de forma teleologicamente orientada à uma função política. Em suas produções é sempre o fato que se molda as conclusões, portanto uma operação exatamente inversa àquela realizada não só pelo historiador, mas por qualquer pesquisador que leve em consideração premissas metodológicas básicas do trabalho científico. Muitas das passagens que apresentamos em nossa análise podem ser enquadradas por vezes naquilo que Traverso chama de revisionismo perverso, por vezes mesmo em negacionismo.

A interpretação da produtora Brasil Paralelo sobre a ditadura militar parte do princípio de que os militares cumpriram um papel progressista em uma conjuntura em que o perigo comunista era iminente. Ainda que critique o isolamento das lideranças conservadoras civis e os crimes da linha dura, essa compreensão geral não se desfaz e pode ser aferida na conclusão do documentário *1964*, onde novamente a narração *em off* diz que “se impedimos uma revolução foi com a ajuda do Quarto Poder do Brasil, o Exército” (2019, 2h04min).

Contudo, a crítica mais dura realizada ao regime militar, acima de qualquer condenação sobre torturas, perseguições e assassinatos, está justamente em a omissão para com a repressão do movimento de esquerda e o abandono da trincheira cultural. A interpretação olavista norteia todo o documentário, de modo que, na verdade, nenhuma ideia apresentada ali tem uma conclusão política nova. Todas já estavam sedimentadas na produção olavista, que vinha galgando espaço no ambiente público brasileiro ao longo de décadas.

O chamado à militância - que já está presente em Carvalho - aqui ganha um novo patamar. Todo o encadeamento factual das produções da Brasil Paralelo busca dimensionar um

forte senso de urgência que chama seus telespectadores à ação política (e conseqüentemente à sustentação financeira do projeto empresarial da produtora). A estratégia apresentada ao longo de *1964* busca evidenciar a necessidade da organização da extrema-direita civil brasileira para terminar aquilo que os militares não conseguiram fazer: derrotar ideologicamente a esquerda. E aqui queremos dizer *esquerda* tal qual caracteriza a produtora, ou seja, incorporando quadros centrais do neoliberalismo brasileiro. Para eles, a esquerda não faz parte do jogo democrático, na medida em que trabalha permanentemente por meio da infiltração, da manipulação, da dissuasão, pela implementação de um regime totalitário e assassino comunista no Brasil.

Concordamos com Nicolazzi (2019), quando aponta que os usos políticos do passado se dão em uma perspectiva da “história como prática moralizadora da sociedade”. Ou seja, a Brasil Paralelo pensa que a crise política da atualidade é também uma crise cultural e de visão de mundo e que o resgate da História nacional (aquela dos grandes feitos e heróis) pode cumprir um papel de moralização da cultura nacional. É nesse sentido também que a produtora define a sua estética épica em seus documentários, buscando sensibilizar seus espectadores, remetendo a períodos grandiosos da nação.

Dessa forma, acreditamos ser possível definir o conteúdo das produções da Brasil Paralelo como instrumentos de propaganda ideológica destinados, acima de tudo, ao engajamento militante ao projeto da extrema direita brasileira. A produtora opera através de uma versão engajada de revisionismo que utiliza de temas próprios do conhecimento histórico de maneira instrumental para construir um novo *mito palingenético*, para retomar o conceito de Griffin (1993). Assim, ela busca refundar mitos nacionais, reinterpretando processos sociais e aspectos políticos com impacto direto no tempo presente. É por intermédio dessa operação que a empresa opera efetivamente como um Aparelho Privado de Hegemonia, na luta pela construção de uma hegemonia da fração extremista da nova direita brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou dissertar acerca da relação entre os grupos sociais e sujeitos políticos que se desenvolveram especialmente na esteira da redemocratização brasileira e ascenderam ao poder no Brasil depois do golpe parlamentar de 2016, tendo seu apogeu – até o momento – no governo Bolsonaro (2018-2022). Nossa pesquisa visou compreender a estrutura de pensamento, o programa político e as principais pautas desses agrupamentos e especialmente o modo pelo qual esses sujeitos compreendiam e se inseriam na Nova República que se formava com o fim da ditadura militar.

Nossa hipótese inicial de trabalho era a de que a produtora porto-alegrense Brasil Paralelo seria a expressão de uma etapa superior do processo de construção uma hegemonia da nova direita brasileira, congregada por meio do projeto bolsonarista de poder. Dessa forma, acreditávamos que ela teria produzido uma nova síntese superior produzindo um *aggiornamento* programático que congregava o programa de diferentes frações radicais da direita brasileira, produzindo a um só tempo uma nova visão de mundo, linguagem e estrutura de pensamento.

Como podemos ver, nossa pesquisa nos levou ao estudo calcado na concepção gramsciana de Estado Integral, onde os diferentes aparelhos privados de hegemonia trabalham desde a *sociedade civil* para solidificar determinada visão de mundo. Esse processo, conflituoso em si, na medida em que se enfrenta com diferentes visões de mundo de outras classes e frações de classe, teve no processo de redemocratização brasileiro um aprofundamento significativo. Nesse contexto, o surgimento de uma série de estruturas de frações da classe dominante que se sentiam marginalizadas e preteridas no rearranjo do poder político da Nova República começam a estruturar instrumentos de ação política e ideológica para defender os seus interesses.

Do desenvolvimento desse processo de reestruturação das lutas pelo poder desde a *sociedade civil* se decorreu a criação de uma série de APHs que formaram uma coluna de intelectuais orgânicos com trânsito e autoridade nos meios de comunicação, meios empresariais e políticos brasileiros. O Instituto Liberal, Instituto Millenium, Mises Brasil e o Fórum da Liberdade são instâncias típicas desse processo formativo e constitutivo da nova direita no país. Eles aliam uma visão radical do liberalismo econômico com ideais morais conservadores. Esses por sua vez são partes constituintes da Brasil Paralelo, como relata Lucas Ferrugem em entrevista a Folha de São Paulo:

Eu me defino como um conservador liberal. Por quê? Porque é aquele velho papo que hoje em dia está em voga no Brasil e as pessoas acham que é uma jaboticaba brasileira.

Porque o conservadorismo é a tradição dos nossos valores e o capitalismo nada mais é que um produto desse conservadorismo. Sem o conservadorismo nós não teríamos uma tradição de conseguir conquistas geração após geração, implementar evoluções como foi a Revolução Industrial e todo o resto. Então, liberal economicamente, não tem nem como discutir com isso, sou um empresário. E conservador nos costumes, que embora a imprensa brasileira tenha notificado como uma jaboticaba brasileira, isso já está notificado em filósofos e pensadores de grande porte desde sempre (2019, 16min).

O que podemos aferir, portanto, é que houve ao longo de décadas um trabalho comum permanente - ainda que preservando algumas diferenças de concepção e de método de ação - de uma série desses agrupamentos da nova direita que emergiam, gerando trocas de experiências, ações políticas comuns e a formação de uma coluna de intelectuais. Esse alinhamento, no entanto, salta de patamar no contexto da crise política brasileira do governo Rousseff, quando esses grupos protagonizam o enfrentamento ao governo e tiveram um salto em substancial em sua capacidade de influência social, permitindo agora o pleito ao poder.

Nesse contexto, o surgimento da Brasil Paralelo se valeu desse caldo político de décadas e do movimento conjuntural vantajoso para as ideias por eles construídas. Seu projeto de documentários como “curadoria de palestras” (NICOLAZZI, 2019), utilizava do prestígio desses articulistas forjados em uma série de aparelhos privados de hegemonia formados no enfrentamento ao ciclo petista.

Como vimos, é possível caracterizar um alinhamento substancial em torno de ideias liberais-conservadoras em diversas frações da direita brasileira, que estão ancoradas em diferentes APH. Detivemo-nos a caracterizar alguns deles brevemente, munidos de trabalhos acadêmicos recentes nesse campo de estudo.

Na medida em que surge do mesmo processo político que dá origem ao bolsonarismo, a Brasil Paralelo tem seu projeto umbilicalmente ligado às disputas que envolvem o centro dirigente desse bloco de poder. Entendemos o bloco de poder que levou o Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto como um agrupamento de uma série de frações burguesas, do oficialato militar e das polícias. Contudo, a complexificação do cenário político brasileiro atual exige o exercício da concretização da hegemonia em múltiplas esferas extrapartidárias. Nesse contexto, a Brasil Paralelo se insere como um instrumento de propaganda política e ideológica para a visão de mundo que sustenta esse bloco.

Como podemos ver, o anticomunismo, expresso sob a roupagem da ideologia do marxismo cultural, é parte constitutivas da formação teórica dessa nova direita que se expressa através da Brasil Paralelo. Essas ideias - retomadas do arsenal clássico do anticomunismo brasileiro, presente nas forças civis e militares desde a década de 1930 - sofreram uma série de

mutações influenciadas por uma perspectiva que tem o *antigracianismo* como elemento central. Em nossa pesquisa, foi possível comprovar que essas ideias permearam a formação ideológica militar no contexto dos últimos anos do regime militar e deram origem a grupos de pressão de reservistas que questionavam o descrédito militar na Nova República e os perigos da ascensão do comunismo com os governos do PSDB e PT. Mais importante é a canonização civil feita de forma concomitante por Olavo de Carvalho, que permaneceu na esfera pública disputando suas ideias e formando todo uma geração a partir da ideologia conspiratória da existência de um suposto marxismo cultural. Em Carvalho temos uma sistematização programática e política para a ação no interior da sociedade brasileira, uma interpretação histórica sobre o papel da modernidade, da república, do regime militar e uma visão de futuro centrada na necessidade de varrer a esquerda da sociedade brasileira. Seu papel como organizador coletivo e formador em uma conjuntura de menor abertura para suas ideias foi fundamental para a existência posterior da Brasil Paralelo.

Esse trabalho de formulação política e ideológica paulatina, da arregimentação de apoiadores, do desenvolvimento de preceitos teóricos que alicerçam determinada visão de mundo e uma forma de ação sob a sociedade é um movimento que caminha de forma concomitante ao desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia que descrevemos no primeiro capítulo, contudo têm sua própria dimensão de análise.

Dessa forma, remetendo à nossa hipótese inicial de trabalho, concluímos que a Brasil Paralelo constitui um projeto de sistematização e divulgação agressiva de uma série de ideias já desenvolvidas e sistematizadas por esse complexo conjunto de aparelhos privados de hegemonia e agentes políticos ao longo de década. A empresa se utiliza de forma instrumental do passado buscando construir uma história mitológica, resgatando uma memória nacional gloriosa supostamente perdida e identificando um inimigo do presente a ser combatido.

Ela se diferencia de parte dos agrupamentos políticos do bloco bolsonarista na medida em que se alinha ao olavismo e à estratégia da luta civil contra a esquerda, se afastando de agrupamentos militares pretensamente golpistas e defendendo a conquista da hegemonia da nova direita pela luta no campo da política e da cultura. Curiosamente, essa estratégia se aproxima sensivelmente da suposta *virada culturalista* gramsciana, da qual a Brasil Paralelo é feroz combatente.

Por fim, a hipótese de que a produtora em sua intervenção teria produzido uma síntese superior da ideologia foi frustrada pela aferição crítica das fontes apresentadas. Nossa conclusão é que a Brasil Paralelo se valeu de uma oportunidade conjuntural para montar um

agrupamento empresarial propagador das ideias da nova direita, com fins mercadológicos claros, sem que isso implicasse uma reformulação de quaisquer ideias já postas nas décadas anteriores. A autopercepção dos sócios da produtora de que não são intelectuais e sim “pessoas que vão buscar os intelectuais e intermediar o contato destes com um público mais amplo”⁹⁵ se comprovou em nossa análise.

O caráter singular e qualitativo do empreendimento da Brasil Paralelo está, portanto, para nós, em sua capacidade de articular velhas ideias anticomunistas com um conjunto de preceitos desenvolvidos pela nova direita brasileira, apontando especialmente para a necessidade do engajamento militante de um amplo grupo de espectadores que acessam os conteúdos da produtora. Toda a mobilização de conteúdos próprios do conhecimento histórico utilizados pela produtora é trabalhada por ela através de táticas agressivas de marketing e propaganda e submetido a uma estratégia: a necessidade de organização coletiva da extrema direita brasileira para salvar o Brasil do comunismo.

⁹⁵ JOVEM PAN. Brasil Paralelo explica documentário sobre a ditadura. Disponível em <https://jovempan.com.br/videos/programas/panico/brasil-paralelo-explica-documentario-sobre-a-ditadura.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

REFERENCIAS

AMARAL, MARINA. A nova roupa da direita. **A Publica**, junho de 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em 17 de junho de 2022.

ANDRADA, Alexandre, FILHO, João. Até Anarcocapitalistas ganham espaço no Governo Bolsonaro. E na Folha de S. Paulo também. **The Intercept Brasil**, 5 de maio de 2019. Disponível em <https://theintercept.com/2019/05/05/anarcocapitalismo-bolsonaro-folha-ancaps/>. Acesso em 15 de junho de 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. “Entrevista com Fernando de Araújo Penna – Escola sem partido” (Série Conquistas em Risco). **Anped**, 20 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>>. Acesso em: 21 out. 2019.

BERTOL, R. “Filósofo accidental. Entrevista de Olavo de Carvalho”. **O Globo**, 20 de maio de 2000.

BIANCHI, Alvaro, MUSSI, Daniela. Os Inimigos de Gramsci. Publicado em **Jacobin Brasil**, 27 de abril de 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/04/os-inimigos-de-gramsci/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

BIANCHI, Alvaro & ALIAGA, Luciana. “Força e consenso como fundamentos do Estado.” **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.5, Brasília, pp.17-36, janeiro-junho de 2011.

BOULOS, Guilherme. Jair Bolsonaro e os herdeiros do General linha-dura Sylvio Frota. **Carta Capital**, 11 de agosto de 2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/jair-bolsonaro-e-os-herdeiros-do-general-linha-dura-sylvio-frota/>. Acesso em 12 de maio de 2022.

BRASIL PARALELO. **O que é DE FATO o Brasil Paralelo?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9RDRKmAvsik>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

BRANDÃO, Priscila Carlos. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura militar, por meio do Projeto ORVIL. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e ascensão das direitas no Brasil. **Revista Conhecer**: debate entre o público e o privado, v. 10, nº 24, 2020.

CALIL, Gilberto. O Astrólogo que inspira a Jair Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique** Brasil, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-astrologo-que-inspira-jair-bolsonaro/?SuperSocializerAuth=LiveJournal>.

CANTANHÊDE, Elaine. PT irrita Exército. **Estado de São Paulo**, 16 de maio de 2016. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/eliane-cantanhede/pt-irrita-exercito/>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História do Brasil e Revisões Historiográficas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, nº 43, pp. 21-37, julho de 2017.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O Cadete e o Capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel**. Todavia, São Paulo, 2019.

CARVALHO, Olavo. **A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci**. Vide editorial, Campinas, s.d.

CARVALHO, Olavo. **O Jardim das Aflições: De Epicuro a ressuscitação de César**, ensaio sobre o materialismo e a religião civil. Topbooks Editora, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **O Imbecil Coletivo: Atualidades inculturais brasileiras**. Faculdade da Cidade Editora, Rio de Janeiro, 1999.

_____. A História Oficial de 1964. **Jornal O Globo**, 19 de janeiro de 1999. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/a-historia-oficial-de-1964/>. Acesso em 03 de outubro de 2023.

_____. Porque a direita só se furanha. **Youtube**, publicado em 29 de dezembro de 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=3WN1Lq6uBB8&ab_channel=OlavodeCarvalho. Acesso 17 de agosto de 2023.

_____. A Escolha Desgraçada. **Diário do Comércio**, 25 de maio de 2010. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/escolha-desgracada/>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

_____. A burguesia indefesa. **Diário do Comércio**, 17 de agosto de 2009. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/a-burguesia-indefesa/>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. Fórum da Liberdade: O grande palco das direitas e do movimento reacionário no Brasil. In: MIRANDA, João Elter Borges de, SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Nova Direita, Bolsonarismo e Fascismo: Reflexões sobre o Brasil Contemporâneo**. Texto e Contexto, Ponta Grossa, 2020.

_____. **A Tragédia e a Farsa: A ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo**. Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo, 2020b.

CHAFUEN, Alejandro. The 2021 Ranking of Free-Market Think Tanks Measured by the Social Midia Impact. **Forbes Magazine**, 30 de março de 2021. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2021/03/30/the-2021-ranking-of-free-market-think-tanks-measured-by-social-media-impact/?sh=7055dc7077f6>. Acesso em 5 de julho de 2022.

CHIRIO, Maud. Da linha dura ao marxismo cultural: O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (*Jornal Inconfidência – 1998-2014*). In MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os Militares e a Crise Brasileira**. Editora Alameda, São Paulo, 2020, pp. 206-224.

COUTINHO, Servio Augusto de Avellar. **A Revolução Gramscista no Ocidente: A concepção revolucionária de Antonio Gramsci em Os Cadernos do Cárcere**. Editora Ombro a Ombro, Rio de Janeiro, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

COUTINHO, Sergio Augusto de Avellar. **Cadernos da liberdade**. Sografe, Belo Horizonte, 2003.

CONSTANTINO, Rodrigo. Filme do Brasil Paralelo sobre 1964 é uma aula de história que nos foi negada. **Gazeta do Povo**, 4 de abril de 2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/filme-brasil-paralelo-sobre-1964-e-aula-de-historia-que-nos-foi-negada/>. Acesso em 18 de maio de 2022.

COSTA, Cristyan. Josias Teófilo desautoriza Brasil Paralelo a usar conteúdos produzidos por ele. Revista Oeste, 28 de setembro de 2022. Publicado em **Revista Oeste**, 28 de setembro de 2022. Disponível em <https://revistaoste.com/brasil/josias-teofilo-desautoriza-brasil-paralelo-a-usar-conteudos-produzidos-por-ele/>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

DARDOT, Pierre, LARVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Democracia Operária**. Campinas, Editora da Unicamp, 1987, vol. I e II.

_____. Sobre a leitura dos textos gramscianos. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DINES, Alberto. Carta aberta aos alunos e professores da Universidade. **Observatório de Imprensa**, 20 de dezembro de 2014. Disponível em <https://web.archive.org/web/20141220051853/http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da270620011.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

DIRANI, Claudio. Henrique Viana abre as portas do Brasil Paralelo. **Revista Esmeril**, 21 de janeiro de 2020. Disponível em <https://revistaesmeril.com.br/perfil-%E2%94%82-henrique-viana-abre-as-portas-da-brasil-paralelo/>. Acesso em 10 de julho de 2022.

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado: Ação Política e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FANG, Lee. Esfera da Influência: Como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **The Intercept Brasil**, 11 de agosto de 2017. Disponível em

<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>. Acesso em 04 de outubro de 2022.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política (1961-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por Olho**: Os livros secretos da ditadura. Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.

FILHO, João. RenovaBR: os 147 jovens eleitos a serviço das elites em 2020. **The Intercept Brasil**, nov. de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/22/renovabr-os-147-jovens-eleitos-a-servico-das-elites-em-2020/>. Acesso em 11 de junho de 2022.

FOLHAPRESS. Protestos Pró-governo em 15 de março de 2020. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1661240212994236-protestos-pro-governo-no-dia-15-3>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e História. Rio de Janeiro: EdUFRJ - Fiocruz, 2010.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**: As ilusões armadas. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Marcelo. Soldados influenciadores: Os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. In MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os Militares e a Crise Brasileira**. São Paulo, Editora Alameda, 2020, pp. 63-83.

GONÇALVES, Benedito. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601522-38.2022.6.00.0000 (PJe). **Corregedora-geral da Justiça eleitoral, 18 de agosto de 2022**. Disponível em <https://consultaunificadapje.tse.jus.br/consulta-publica-unificada/documento?extensaoArquivo=text/html&path=tse/2022/10/18/15/59/46/f21fe948e12dea0b8cd952d26da852e7652a7ee6a6ef33235102d585751068f5>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao Estudo da Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017, vol. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, vol. 2.

_____. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, notas sobre a política e o Estado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, vol. 3.

_____. **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento**, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015, vol. 5.

GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. London, Routledge, 1993.

GUGLIANO, Mônica, MONTEIRO, Tânia. O general, o tuíte e a promessa. **Revista Piauí**, 12 de março de 2021. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-general-o-tuite-e-promessa/>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro, Instituto Libera, 1990.
HOBBSBAWN, Eric J. **Ecos da Marselhesa: Dois séculos reveem a Revolução Francesa**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HOEVELLER, Rejane Carolina. **(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do *Council of the Americas* (1965-2019), (Tese de Doutorado) Niterói, 2020.

JELIN, Daniel. “Seis dicas de João Doria para fazer amigos e influenciar poderosos”. **Veja**, 31 jan. 2007. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/seis-dicas-de-joao-doria-para-fazer-amigos-e-influenciar-poderosos/>. Acesso em 23 de junho de 2022.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo, SP. Editora Alameda, 2020.

LIMA, Lucas Brito de. **Política Sexual Do Bolsonarismo**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2020.

LIGUOURI, Guido. Aparelho hegemônico. In: LIGUOURI, Guido, VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1927-1936)**. São Paulo, Boitempo, 2017.

LOPEZ, Jahde, VIDAL, Camila Feix. (Re) pensando a dependência latino-americana: Atlas Network e institutos parceiros no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 38, pp. 1-40.

LOSURDO, Domenico. **Guerra e Revolução: O mundo um século após outubro de 1917**. São Paulo, Boitempo, 2017.

MANIFESTO À NAÇÃO BRASILEIRA. **Portal Gibanet.com**, 22 de novembro de 2014. Disponível em <https://gibanet.com/com-armas-da-verdade-generais-da-reserva-protestam-contratativa-de-desmoralizar-forcas-armadas/>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Editora Usina. São Paulo, 2020.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo no século XXI In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R.; CHABALGOITY, D. (Org.). **(Neo)fascismo e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

MELO, Demian Bezerra de. Antonio Gramsci, Palmiro Togliati e a questão do consenso sob o fascismo. **Outubro Revista**, ed. 26, 2016.

_____. As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa. In: **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 – De O capital à Revolução de Outubro (1867-1917)**. Niterói, 2017.

_____. O MBL e sua Rede. **Fundação Maucício Garbois**, 9 de novembro de 2017. Disponível em <https://grabois.org.br/2017/11/09/o-mbl-e-sua-rede/>. Acesso em 9 de junho de 2022.

_____. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates do passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 1, nº 1, out. 2013, pp. 49-74.
MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de, FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-71.

MIRANDA, João Elter Borges. Existe uma nova direita no Brasil contemporâneo? SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos, MIRANDA, João Elter Borges de (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonarismo e Fascismo: Reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Coleção Singularis, v.9, Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

MONTEIRO, Renan. Brasil Paralelo surfa na polarização e tem crescimento exponencial. **Revista Veja**, 8 de julho de 2022. Disponível em <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-paralelo-surfa-na-polarizacao-e-tem-crescimento-exponencial/>. Acesso em 10 de julho de 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Editora Eduff. Niterói, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 9, nº 1, pp. 56-70, janeiro-junho de 2013.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre regime militar brasileiro. *Revista Antítese*, Londrina, vol. 8, nº 15, 2015, pp. 9-45.

NETTO, Paulo Roberto. TSE desmonetiza Brasil Paralelo e intima Carlos Bolsonaro por fake news. **UOL**, 18 de outubro de 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/18/tse-desmonetiza-brasil-paralelo-e-intima-carlos-bolsonaro-por-fake-news.htm>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

NICOLAZZI, Fernando. A Brasil Paralelo produz História? Youtube, 23 de março de 2019. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=R71LxS5FhD8&t=1115s&ab_channel=Historiar-Se. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

ORTELLADO, Pablo, SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos em 2015. **Revista Perseu: História, memória e política**, Fundação Perseu Abramo, n. 11, 2016.

PARLATÓRIO LIVRE. Jornalismo e liberdade – Henrique Viana. **Youtube**, 16 de outubro de 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6BF83wbervI&t=875s&ab_channel=Parlat%C3%B3rioLivre. Acesso em 17 de agosto de 2023.

PARKER, PHILLIS. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

PATSCHIKI, Lucas. **Os Litores da nossa Burguesia**: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002 – 2011) (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Randon, Paraná, 2012.

PATSCHIKI, Lucas. **A classe dominante em organização**: uma análise sobre a hierarquia do Instituto Millenium (2005 – 2013). Artigo. XIV Encontro Regional de História: 1964-2014. 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Marechal Rondon-PR: Unioeste, 2014.

PEDRETTI, Lucas. Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. **Agência Publica**, 30 de agosto de 2021. Disponível em <https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/>. Acesso em 15 de julho de 2023.

PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro, quartéis e marxismo cultural: a loucura como método. In MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os Militares e a Crise Brasileira**. Editora Alameda São Paulo, 2020, pp. 277-293.

PINTO, Lúcio Flavio. Paulo Francis e a bomba esquecida. **Observatório de Imprensa**, 04 de maio de 2010. Disponível em <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/paulo-francis-e-a-bomba-esquecida/>. Acesso em 22 de agosto de 2023.

PUGLIA, Leonardo Seabra. **Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo**. Revista Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v.13, n.12, dez. 2018, pp. 40-54. REDAÇÃO BRASIL PARALELO, A Brasil Paralelo é Bolsonarista? Publicado em **Brasil Paralelo**, 5 de abril de 2022. Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/a-brasil-paralelo-e-bolsonarista>. Acesso em 17 de maio de 2022.

_____. O Teatro das Tesouras – A política brasileira nua e crua. Publicado em **Brasil Paralelo**, 22 de setembro de 2022. Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/teatro-das-tesouras>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

REDAÇÃO UOL. Brasil Paralelo justifica a ida a jantar com Lula: “Aprendemos um pouco”. Publicado em **Portal UOL**, 28 de setembro de 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/28/brasil-paralelo-ida-jantar-lula-aprender-como-mente.htm>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, Mais Mises”**: Uma gênese da nova direita (2006 – 2018). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Editora da Unicamp, Campinas, 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TRAVERSO, Enzo. **O Passado, Modos de Usar**: História, memória e política. Campinas, Editora da Unicamp, 2012.

SANTOS, Eduardo Heleno. 2009. **Extrema-direita, Volver!** Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Niterói: UFF.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos (Orgs.). **Nova Direita, Bolsonarismo e Fascismo: Reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020a. (Coleção Singularis, v.9)

SANTOS, Vitor. **A dimensão estratégica do conceito de hegemonia na contribuição de Edmundo Fernandes Dias** (Monografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2021.

SHALDERS, André. Como o discurso de Bolsonaro mudou ao longo de 27 anos na Câmara? **BBC Brasil**, 7 de dezembro de 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485>. Acesso em 11 de junho de 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura”, política e bolsonarismo. In: FILHO, João Roberto Martins. **Os Militares e a Crise Brasileira**. Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2020.

SILVA, José Alexandre da, COLACIOS, Roger D. **1964 – O Brasil entre armas e livros**: negacionismos e revisionismos da história. Revista de História Social y las Mentalidades, Santiago, vol. 27, nº 1, 2023, pp. 122-157.

WINTER, Brian. Por que tanta gente em Wall Street torce por uma vitória de Bolsonaro? **Folha de São Paulo**, 05 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/por-que-tanta-gente-em-wall-street-torce-por-uma-vitoria-de-bolsonaro.shtml?loggedpaywall>. Acesso em 11 de junho de 2022.